



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE



JANAÍNA FERREIRA ADERALDO

COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM: PROMOÇÃO OU AMEAÇA
AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL?

FORTALEZA
2012



JANAINA FERREIRA ADERALDO

COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM: PROMOÇÃO OU AMEAÇA
AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL?

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Organização do Espaço e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. George Satander Sá Freire
Co-orientadora: Profa. Dra. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima

FORTALEZA
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

-
- A182c Aderaldo, Janaina Ferreira.
Complexo industrial e portuário do Pecém: promoção ou ameaça ao desenvolvimento sustentável regional? / Janaina Ferreira Aderaldo. – 2012.
146 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: Organização do Espaço e Desenvolvimento Sustentável.
Orientação: Prof. Dr. George Satander Sá Freire.
Coorientador: Profª. Dra. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima.
1. Indicadores de desenvolvimento sustentável. 2. Políticas Públicas. 3. Desenvolvimento sustentável - Ceará. I. Título.

JANAÍNA FERREIRA ADERALDO

COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM: PROMOÇÃO OU AMEAÇA
AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL?

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Área de concentração Organização do Espaço e Desenvolvimento Sustentável.

Aprovada em: 2/07/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. George Satander Sá Freire (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima (Co-orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Maria Isabel de Araújo Furtado
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral
Universidade Federal do Ceará

Dedico à minha família de sangue e à de coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe Marisa que sempre me apoia e me ensina como há mil maneiras de enxergar a mesma coisa, basta manter o espírito aberto. Te amo mais que tudo!;

Intensidade: seu nome é Assis! Pai que fez da minha vida uma aventura com muitos ensinamentos;

Às minhas irmãs Cacá, Maria Rita e Juliana; cada uma com seus gostos e temperamentos, temperos gostosos que quando se misturam aquecem qualquer coração gelado;

À minha vovó que eu amo tanto, meus tios: Mary e Celso, Ricardo e Marília, minhas primas Aline e Lara, minha linda sobrinha Ananda, Ganso e Éder. Vocês refletem o meu sentimento de família;

Por mais bobo que possa parecer, gostaria de agradecer à Michele, Xuxa, Peste, Panqueca, Ramona, Dadá (todas *in memoriam*), Ive Brussel, Zefinha, Geraldo, Lilica e Edith. Criaturas que me ensinaram a linguagem não verbal e o amor incondicional;

Veza por outra eu falo a alguém que não ligo para colecionar amigos, prefiro ter perto de mim os poucos e bons. Sorte a minha que a vida me ofereceu e continua oferecendo tantas pessoas maravilhosas, das quais já tive a oportunidade de presenciar a grandeza de espírito e amizade verdadeira. E para homenagear meus diamantes, anuncio que não pouparei caracteres.

Aos meus amigos de infância Alessandra, Vivian, Luis Eduardo e Nataly que continuam lado a lado, cada um em suas latitudes;

Aos meus amigos de longa data Jarina, Magno, Geórgia, Ricardo, Raquel, Tati (te amo Tets), Mahatma, Maíra (Gato, você é mais que irmã p/ mim), família Simeão (obrigada por me agregarem, amo vocês!), Rafael, Zoo, Neuza, Clarissa, Jotinha (que saudades!), Joe, Pedro Macambira (Pedgo, seu grande fdp que eu amo), Nelson, Reeen, Lívia, Liana, Fio, Gabriela (Bibiba geóloga do meu coração), Diney, Rafaello, Johnnie Boy, Lúcio etc. por todos os momentos em que vivemos de todas as maneiras possíveis. À Vanessa e Glória, que tal como o Mestre dos Magos, só aparecem em momentos providenciais; todos os encontros que tenho com vocês me acalmam e modificam meu olhar;

Aos meus queridos prodêmicos: Andreia (você está em todas as categorias para mim), Anna, Chico Tiago, Armando, Tiala, Karla, Leo, Eduardo, Marisol, Milene, Débora, Daniela e quem eu injustamente tiver esquecido, PIBs, FIBs, Ginis, etnos e afins. Foi extremamente divertido fazer esse curso com vocês! Obrigada por todos os momentos: *cafusday*, Chaguinhas, Alex, cafezinhos na cantina etc. Espero que a gente tenha mais momentos juntos!

Aos meus amigos de menor data, porém não menos importantes: Patrícia, Russel, Iasmin, Caetano e Denise. Tenho certeza que nos encontramos na multidão pela mais pura e simples afinidade, não só porque fomos apresentados. Espero ter vocês sempre perto;

À professora Patrícia, pessoa sensível, dedicada, delicada, disponível, atenciosa e inteligente que tive o privilégio de conviver. Sua ajuda não só acadêmica, mas também aconselhamentos em momentos decisivos foram acertados e reconfortantes. Desculpa por te aperrear tanto!;

À professora Raquel Rigotto, pelo seu brilhantismo e sensibilidade, que mudaram a maneira como interpreto pequenas atitudes e como aprendi a encarar com responsabilidade minhas opiniões;

Ao professor Satander, por todas as formas de apoio concedidas desde 2005. Aos muitos professores da biologia (em especial Roberto Feitosa) e do Prodema (em especial Jeovah Meireles);

À oportunidade de estudar, manusear e me apaixonar pelos foraminíferos na graduação. Não os quis durante o mestrado, preferi dar um tempo em nossa relação, mas descobri que os amo e sinto falta deles. Quem sabe um dia nos encontremos novamente. Amo vocês meus pequenos e fofos protozoários;

À CAPES que, por meio da bolsa, me incentivou e permitiu que eu me dedicasse integralmente à pesquisa; e

Agradeço também à vida e suas ironias, que por mais incompreensíveis que sejam de início, sempre me trazem o bem!

*Jornalismo é publicar aquilo que alguém não quer que se publique,
todo o resto é publicidade.*

(George Orwell)

ADERALDO, Janaina Ferreira. **COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM: PROMOÇÃO OU AMEAÇA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL?**. 2012. 153 pgs. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA. Universidade Federal do Ceará – UFC.

RESUMO

A crescente escassez de recursos naturais e maior ocorrência de desastres ambientais fomentaram o debate acerca da importância de analisar previamente as consequências da pressão antrópica exercida e, neste cenário histórico ganhou forma e valia o conceito de desenvolvimento sustentável, que provém da reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e seu meio natural e artificial. Mesmo sendo unânime o reconhecimento da importância dos indicadores para mensurar o desenvolvimento sustentável, é difícil acreditar que haverá alguma fórmula de ampla aceitação, devido à existência de sérias clivagens e bloqueios, tanto conceituais quanto operacionais. Dentre os programas governamentais que visam corrigir as distorções em todas as dimensões, foi elaborado no Ceará o Plano de Desenvolvimento Sustentável – PDS do governo estadual, que incorporou a noção sustentabilidade em seus planos de desenvolvimento a partir de 1995. Esse plano apresentou como objetivo a melhoria na qualidade de vida da população no espaço temporal de 25 anos e gerou expectativas de redução das desigualdades sociais. Uma das metas presentes no PDS do governo cearense foi a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, *projeto estadual estruturante que tem como objetivo viabilizar a operação de atividades portuárias e industriais integradas, imprescindíveis ao desenvolvimento*. Dado o exposto, surgiu o questionamento do modelo de desenvolvimento pretendido pelo Poder Público, cujo discurso define como sustentável, pois este estudo buscou avaliar de que forma o modelo de desenvolvimento proposto e financiado pelo governo no município de São Gonçalo do Amarante estimula o desenvolvimento. Observou-se que a política de atração de investimentos priorizou os setores industrial e de serviços, dentre outras iniciativas, que promoveram, também, sérios problemas sociais (êxodo rural, falta de moradia nas cidades, falta de saneamento básico) e ambientais (desmatamento, perda da biodiversidade, comprometimento dos recursos hídricos) além de intensificar ainda mais as desigualdades entre as regiões urbana e rural ao diminuir as perspectivas de emprego no campo. Sugere-se a adoção de medidas corretivas possíveis, como o ordenamento da urbanização, capacitação profissional de qualidade para população local, implantação de medidas fomentadoras de práticas culturais e econômicas de caráter dinâmico, adoção de tecnologia limpa em todas as áreas de atuação como engenharia, arquitetura, transporte etc.

Palavras-chave: indicadores de desenvolvimento sustentável, Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Políticas Públicas, Ceará.

ADERALDO, Janaina Ferreira. **COMPLEJO INDUSTRIAL Y PORTUARIO DEL PECÉM: ¿ PROMOCIÓN O AMENAZA AL DESARROLLO SOSTENIBLE REGIONAL?**. 2012. 153 pgs. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA. Universidade Federal do Ceará – UFC.

RESUMEN

Se considera hoy día que la relación entre desarrollo y medio ambiente es un punto central en la comprensión de los problemas sociales, económicos y ambientales. En la historia reciente de Brasil, hay abundantes ejemplos de cómo el Poder Público considera que desarrollo y crecimiento econômico son sinónimos. En Ceará, lócus de esta investigación, no es diferente la crítica que los sectores involucrados con la sostenibilidad han dirigido al proceso de implantación del Complejo Industrial y Portuario de Pecém – CIPP, de iniciativa del Gobierno estadual de Ceará en el municipio de São Gonçalo do Amarante. El CIPP es el blanco de críticas desde la elaboración de su Plan Maestro, que tiene un área para construir 5 centrales termoeléctricas, entre ellas dos alimentadas por carbón mineral. Las controversias generadas por el Complejo van desde la expropiación de tierras pertenecientes a los pueblos indígenas hasta las plantas para construir usinas termoeléctricas. Por esas razones, este estudio se justifica, porque tiene la intención de evaluar en qué medida el modelo de desarrollo propuesto y financiado por el Gobierno en São Gonçalo do Amarante sigue los criterios de sostenibilidad mencionados en los actuales discursos gubernamentales, como modelo deseado. Esta investigación se centro en la ciudad de São Gonçalo do Amarante (CE), en la que se aplicaron criterios metodológicos para evaluar la sostenibilidad, por medio del Índice de Propensión para el Desarrollo Sostenible – IPDS. Los resultados de la investigación revelan que, em que pese que la aplicación del CIPP sea una de las prerrogativas del Plan de Desarrollo Sostenible – PDS de Ceará, éste se expande sin la existencia de un Plan Maestro y no cumple con los criterios de sostenibilidad. En este trabajo se concluye que el CIPP se ha mostrado en falta de armonía con respecto a la preocupación acerca de las cuestiones ambientales y de la población de los alrededores, ya que ha buscado una satisfacción que da prioridad a un grupo minoritario político y empresarial, y que implanta medidas únicamente mitigadoras y compensatorias incipientes ante el impacto ambiental, particularmente en relación con los grupos indígenas anacé y tapeba, así como pescadores y agricultores, en términos de recursos naturales para subsistencia de esos grupos. Esta investigación muestra y sugiere más estudios interdisciplinarios que contribuyan con la formulación de indicadores de desarrollo sostenible para el municipio de São Gonçalo do Amarante y sobre las medidas de mitigación para los impactos negativos que sean eficaces para el desarrollo del CIPP.

Palabras–claves: Indicadores de desarrollo sustentable, Complejo Industrial y Portuario de Pecém, Políticas Públicas, Ceará.

ADERALDO, Janaina Ferreira. **PECÉM INDUSTRIAL PORT COMPLEX: DEVELOPMENT OR THREAT TO THE SUSTAINABLE REGIONAL ENVIRONMENT?** 2012. 153 p. Dissertation (Masters in Development and Environment) – Regional program of post-graduation in Development and Environment – PRODEMA. Federal University of Ceará. – UFC.

ABSTRACT

The growing shortage of natural resources and a greater occurrence of environmental disasters heat up the debate about the importance of previously analysing the consequences of the anthropic pressure made and critically reevaluate the relation between society and its natural and artificial environment in this historical setting, in which the concept of sustainable development takes shape and importance. Even though it is acknowledged the importance of indicators to measure the sustainable development, it is hard to believe that there will be some formula of wide acceptance due the existence of serious operational and conceptual rifts and blocks. Among the governmental programs that aim to correct distortions in all dimensions, it was elaborated, in Ceará, the plan of sustainable development – PSD of the state government. This plan incorporated the notion of sustainability in its development plans since 1995 and presented as goal the improvement of the quality of life of the population in period of time of 25 years, raising expectations of reduction of social inequalities. One of the goals in the Cearense government PSD is the implementation of the Pecém Industrial Port Complex – CIPP, *a structural state project that has the objective to make the operation of integrated industrial and portuary activities possible, paramount to the development.* In the light of the above, the questioning to the developmental model proposed by the government came up, which discourse defines the model as sustainable. This study aims to analyze how the developmental model proposed and financed by the government of the municipality of São Gonçalo do Amarante encourages the so called sustainable development. It has been observed that the investment attraction policy has placed a high priority on the service and industrial sectors, among other initiatives, which also promoted serious social (rural exodus, homelessness, lack of basic sanitation.) and environmental (defloration, loss of biodiversity, damage to water resources) problems. In addition, it has intensified even more the inequalities between the urban and rural regions for having diminished the prospects for employment in the countryside. It is suggested the adoption of possible corrective measures, as the planning of urbanization, good professional training for the local population, implementation of measures that encourage cultural and economical practices with dynamic nature, adoption of clean technology in all areas of operation, such as engineering, architecture, transportation, etc.

Keywords: sustainable development, indicators, Pecém industrial port complex, Public Policies, Ceará.

Índice de Figuras

Figura 1. Macrorregiões de planejamento do estado do Ceará.	23
Figura 2. Mapa da região metropolitana de Fortaleza.	26
Figura 3. Imagem aérea do distrito do Pecém em São Gonçalo do Amarante, Ceará. .	29
Figura 4. Fluxograma do planejamento do estudo.....	34
Figura 5. Região metropolitana de Fortaleza	35
Figura 6. Macrorregião do litoral oeste do Ceará.....	36
Figura 7. Macrorregião de planejamento de Sobral/Ibiapaba.	37
Figura 8. Macrorregião de planejamento do sertão dos Inhamuns.....	38
Figura 9. Macrorregião de planejamento do Sertão Central.	39
Figura 10. Macrorregião de planejamento de Baturité.	40
Figura 11. Macrorregião de planejamento do litoral leste/Jaguaribe.....	41
Figura 12. Macrorregião de planejamento do Cariri/Centro Sul.	42

Índice de quadros

Quadro 1. Princípios de Bellagio.....	43
Quadro 2. Indicadores selecionados para dimensão ambiental.....	49
Quadro 3. Indicadores selecionados para dimensão econômica.	50
Quadro 4. Indicadores selecionados para dimensão institucional.	51
Quadro 5. Indicadores selecionados para dimensão institucional.	52

Índice de tabelas

Tabela 1. Dados da dimensão ambiental em São Gonçalo do Amarante nos anos de 2000 e 2008.....	56
Tabela 2. Dados da dimensão econômica em São Gonçalo do Amarante nos anos de 2000 e 2008.....	58
Tabela 3. Dados da dimensão social em São Gonçalo do Amarante nos anos de 2000 e 2008.	60
Tabela 4. Dados da dimensão institucional em São Gonçalo do Amarante nos anos de 2000 e 2008.....	62
Tabela 5. Comportamento do Índice Ambiental nas macrorregiões de planejamento do Ceará e em São Gonçalo do Amarante (2000-2008).	64
Tabela 6. Comportamento do Índice Econômico nas macrorregiões de planejamento do Ceará e em São Gonçalo do Amarante (2000- 2008).	66
Tabela 7. Comportamento do Índice Social nas macrorregiões de planejamento do Ceará e em São Gonçalo do Amarante (2000 – 2008).	68
Tabela 8. Comportamento do Índice Institucional nas macrorregiões de planejamento do Ceará e em São Gonçalo do Amarante (2000 – 2008).....	70
Tabela 9. Dados utilizados para construção dos Índices Ambiental e Econômico em 2000.	81
Tabela 10. Dados utilizados para construção dos Índices Institucional e Social em 2000.	88
Tabela 11. Dados utilizados par construção dos Índices Ambiental e Econômico em 2008.	95
Tabela 12. Dados utilizados para construção dos Índices Institucional e Social em 2008.	102
Tabela 13. Dados padronizados utilizados nos Índices Ambiental e Econômico em 2000.	110

Tabela 14. Dados padronizados utilizados nos Índices Institucional e Social em 2000.....	117
Tabela 15. Resultados do Índice de Propensão ao Desenvolvimento Sustentável e demais sub-índices em 2000.....	124
Tabela 16. Dados padronizados utilizados nos Índices Ambiental e Econômico em 2008.	131
Tabela 14. Dados padronizados utilizados nos Índices Institucional e Social em 2008.....	138
Tabela 18. Resultados do Índice de Propensão ao Desenvolvimento Sustentável e demais sub-índices em 2008.....	145

Índice de Equações

Equação 01. Padronização dos indicadores.....	55
Equação 02. Cálculo de sub-índices.....	56

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

BACEN - Banco Central do Brasil

CDS – Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

CIPP – Complexo Industrial e Portuário do Pecém

COELCE - Companhia Energética do Ceará

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

DERT - Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes

DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito

DPSIR – Índice de Força Motriz-Pressão-Estado-Impactos-Resposta

ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

EEA - Agência Europeia do Ambiente

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

IA - Índice Ambiental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDM – Índice de Desenvolvimento Municipal, do IPLANCE

IDS – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IE – Índice Econômico

II - Índice Institucional

IISD - Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPDS – Índice de Propensão ao Desenvolvimento Sustentável

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

IPLANCE – Fundação Instituto de Planejamento do Ceará

IS - Índice Social

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OECD - Organização para Coordenação e Desenvolvimento Econômico da EEA

ONU – Organização das Nações Unidas

PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODETUR - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo

PROGERIRH - Programa de Gerenciamento e Integração de Recursos Hídricos

PROURB - Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos

PSR – Índice de Pressão-Estado-Resposta

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SEDUC - Secretaria da Educação do Ceará

SEINFRA - Secretaria da Infraestrutura do Ceará

SESA - Secretaria da Saúde do Ceará – SESA

SSPDS- Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

TCM - Tribunal de Contas dos Municípios

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

Índice de figuras.....	xii
Índice de quadros.....	xiii
Índice de tabelas.....	xiii
Índice de fórmulas.....	xiv
1.1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	4
1.2. HIPÓTESE	4
1.3. OBJETIVOS.....	5
1.3.1. objetivo geral	5
1.3.2. objetivos específicos	5
2. ESTADO DA ARTE	6
2.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: REFLEXÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	6
2.2. REFLEXÕES SOBRE INDICADORES NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE	11
2.3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	18
3. ÁREA DE ESTUDO	23
3.1. MACRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO	23
3.2. SÃO GONÇALO DO AMARANTE.....	26
3.2.1. Características gerais	26
3.2.2. Histórico	27
3.3. PECÉM	28
3.3.1. CIPP: contexto histórico e político	30
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
4.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	33
4.2. ETAPAS METODOLÓGICAS.....	34
4.2.1. Levantamento bibliográfico	34
4.2.2. Determinação da área de estudo	34
4.2.3. Seleção dos Indicadores.....	43
Princípio 02: Perspectiva holística	45
Princípio 03: Elementos essenciais	46
Princípio 04: Escopo adequado.....	46
Princípio 05: Foco prático	48
Os princípios 06 -abertura e transparência; 07 - comunicação efetiva; 08 - ampla participação; 09 - avaliação constante; e 10 - capacidade institucional não foram detalhados abaixo porque não compõem a avaliação deste estudo.....	48
Dimensão ambiental.....	49

Dimensão econômica	50
Dimensão institucional	51
Dimensão social	52
4.2.4. Construção do Índice de Propensão ao Desenvolvimento Sustentável - IPDS	53
4.2.4.1. Padronização dos indicadores	53
4.2.4.2. Cálculo dos sub-índices	54
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
5.1. A PROPENSÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE	55
5.1.1. Dimensão Ambiental	56
5.1.2. Dimensão Econômica	58
5.1.3. Dimensão Social	60
5.1.4. Dimensão Institucional	62
5.2. Análise comparativa do município <i>versus</i> macrorregiões	64
5.2.1. Análise Comparativa da Dimensão Ambiental	64
5.2.2. Análise Comparativa da Dimensão Econômica	66
5.2.3. Análise Comparativa da Dimensão Social	68
5.2.4. Análise da Dimensão Institucional	70
O CIPP NA VISÃO DA POPULAÇÃO AFETADA	72
6. CONCLUSÃO	75
7. REFERÊNCIAS	77
8. ANEXOS	81
8.1. Dados brutos	81
8.1.1. 2000	81
8.1.1.3. Dados dos Índices Ambiental e Econômico	81
8.1.1.4. Dados dos Índices Institucional e Social	88
8.1.2. 2008	95
8.1.2.5. Dados dos Índices Ambiental e Econômico	95
8.1.2.6. Dados dos Índices Institucional e Social	102
8.2. Dados PADRONIZADOS	110
8.2.1. 2000	110
8.2.1.7. Dados dos Índices Ambiental e Econômico	110
8.2.1.8. Dados dos Índices Institucional e Social	117
8.2.1.9. IPDS	124
8.2.2. 2008	131

8.2.2.10.Dados dos Índices Ambiental e Econômico.....	131
8.2.2.11.Dados dos Índices Institucional e Social	138
8.2.2.12.IPDS.....	145

INTRODUÇÃO

A crescente escassez de recursos naturais e maior ocorrência de desastres ambientais fomentaram o debate acerca da importância de analisar previamente as consequências da pressão antrópica exercida e, neste cenário histórico ganhou forma e valia o conceito de desenvolvimento sustentável, que provém da reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e seu meio natural e artificial. Por se tratar de um processo contínuo e complexo, observa-se hoje uma variedade de abordagens que procuram explicar o conceito de sustentabilidade. Segundo Veiga (2010) desde que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD lançou o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH para evitar o uso exclusivo da opulência econômica como critério de aferição, ficou mais nítida a diferença conceitual entre desenvolvimento e crescimento econômico que, no entanto, não se verifica na prática.

A relação entre desenvolvimento e meio ambiente é considerada hoje um ponto central na compreensão dos problemas ecológicos. A necessidade de se incluir a avaliação do desenvolvimento como sustentável (ou insustentável) levou diversos pesquisadores e centros de pesquisa a desenvolverem seus próprios indicadores e índices ao longo do século XX; contudo, a grande quantidade de propostas e a falta de contato entre as instituições apresentou preocupante prognóstico em relação à efetividade e divulgação dos mesmos. Até mesmo o capítulo 40 da Agenda 21¹ Global enfoca a necessidade da construção de indicadores que contemplem a realidade de cada país para informar e orientar as práticas individuais, empresariais e institucionais de maneira a evitar o que se considera insustentável, como a miséria humana e escassez dos recursos naturais.

Para pensar esta questão, em novembro de 1996 um grupo de especialistas e pesquisadores em avaliação de todo o mundo se reuniu no Centro de Conferências de Bellagio, na Itália, para revisar os dados e as diferentes iniciativas de avaliação da sustentabilidade, sendo o resultado deste encontro a síntese da percepção geral sobre os aspectos relacionados à avaliação de desenvolvimento sustentável. Segundo Bellen (2006), este encontro gerou uma série de princípios conhecidos como os Princípios de Bellagio, que servem como guia para a avaliação do processo de desenvolvimento segundo a diretriz

¹ <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>

pretendida (neste estudo, desenvolvimento sustentável), desde a escolha e projeto de indicadores, a sua comunicação até à interpretação dos resultados.

Como afirma Louette et al (2007), mesmo sendo unânime o reconhecimento da importância dos indicadores para mensurar o desenvolvimento sustentável, é difícil acreditar que haverá alguma fórmula de ampla aceitação. Veiga (apud Louette et al, 2007) vai além ao afirmar que é possível que se tenha pecado por excesso de pretensão ao se estabelecer os princípios de Bellagio. É necessário admitir a existência de sérias clivagens e bloqueios, tanto conceituais quanto operacionais e, mesmo que a referência seja apenas ao quinto critério (foco prático), as avaliações devem se basear num conjunto explícito de categorias que liguem perspectivas e metas à indicadores.

O discurso do desenvolvimento sustentável tem sido uma tônica em diversos países do mundo, especialmente aqueles considerados mais pobres e com um efetivo grau de desigualdade social e econômica. Barbier (1987) acredita que o conceito de desenvolvimento sustentável aplicado aos países subdesenvolvidos está diretamente ligado à melhoria do nível de vida dos pobres, a qual pode ser medida quantitativamente em termos de aumento de alimentação, renda real, serviços educacionais e de saúde, saneamento e abastecimento de água etc., e não diz respeito somente ao crescimento econômico no nível de agregação nacional. Desse modo, é possível atentar para o fato de que o Brasil está inserido no conceito acima mencionado, pois é um país com alto índice de desigualdade social e econômica, além de serviços precários de educação, saúde, dentre outros que se manifestam de forma intensa em parte considerável da população.

Ainda no Brasil, é notório que as regiões Norte e Nordeste sofrem ainda mais os efeitos das deficiências institucionais, o que incita de forma ainda mais efetiva a reflexão sobre um desenvolvimento sustentável. No caso do Nordeste, esta é uma região com grande potencial em recursos naturais, energéticos, sociais e econômicos, contudo, encontra-se subdesenvolvida devido ao abandono institucional e modelo político adotado há séculos, o que se reflete em índices de educação, saúde, saneamento etc. muito precários.

Dentre os programas governamentais que visam corrigir as distorções em todas as dimensões, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Sustentável – PDS do governo estadual, que incorporou a dimensão de sustentabilidade em seus planos de desenvolvimento a partir de 1995. Esse plano apresentou como objetivo a melhoria na qualidade de vida da população no espaço temporal de 25 anos e gerou expectativas de redução das desigualdades

sociais. Uma das metas presentes no PDS do governo cearense foi a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, *projeto estadual estruturante que tem como objetivo viabilizar a operação de atividades portuárias e industriais integradas, imprescindíveis ao desenvolvimento* (CEARÁ, 2010)

Conforme demonstra Rodrigues et al. (2010),

a política de atração de investimentos priorizou os setores industrial e de serviços, a expansão do agronegócio e da agricultura irrigada centrada na fruticultura, dentre outras iniciativas, que promoveram, também, sérios problemas sociais (êxodo rural, falta de moradia nas cidades, falta de saneamento básico) e ambientais (desmatamento para extração da lenha, salinização do solo, assoreamento dos rios, perda da biodiversidade, comprometimento dos recursos hídricos) além de intensificar ainda mais as desigualdades entre as regiões urbana e rural ao diminuir as perspectivas de emprego no campo.

Durante muitos anos, o município de São Gonçalo do Amarante – CE viveu do turismo, de pesca e de práticas agropastoris, porém hoje, com a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP seu perfil está em transição.

Segundo Luiz Carlos Farias - presidente da Comissão de Triagem, Elaboração de Projetos e Criação de Novos Municípios do Ceará - em entrevista à revista Portuária (2010), O Complexo Portuário - conhecido como CIPP - já é responsável por 87% da receita municipal proveniente do Imposto sobre Serviços que Qualquer Natureza – ISS. Em contraste, o CIPP foi alvo de críticas na elaboração de seu Plano Diretor - que possui área para a construção de cinco termoeletricas (dentre elas duas alimentadas por carvão mineral), na desapropriação de terras pertencentes a povos indígenas e greve dos funcionários por maior segurança no ambiente de trabalho – sem comentar o conjunto de precariedades observado, que inspiram a necessidade de se pensar o desenvolvimento sustentável, face ao desenvolvimento industrial no município.

Dado o exposto acima, surgiu o questionamento do modelo de desenvolvimento pretendido pelo Poder Público, cujo discurso define como sustentável e or estas questões este estudo se justifica, pois buscou avaliar de que forma o modelo de desenvolvimento proposto e financiado pelo governo no município de São Gonçalo do Amarante estimula o desenvolvimento dito como sustentável, citados nos atuais discursos governamentais.

1.1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A pesquisa adotou como unidade de estudo o município de São Gonçalo do Amarante devido às sua história recente, impulsionada quase exclusivamente pelo CIPP, meta presente no Plano de Desenvolvimentos Sustentável do Ceará – PDS. Certamente, o desenvolvimento apresentado pelo município tem relação direta com a implantação do CIPP e pretende-se estudar as características deste desenvolvimento com base nas dimensões do desenvolvimento sustentável. É válido ressaltar que esta pesquisa não pretende esgotar o tema e, pelo contrário, pretende reforçar a base de informações locais e sobre a ferramenta utilizada. Como afirma Carvalho Silva (2010), em pesquisas acadêmicas se faz importante fundamentar pontos indicativos e diretrizes para futuras pesquisas, o que faz com que o estudo não esteja direcionado a um estigma de conclusão e nem de considerações finais, mas sim uma espécie de reflexões indicativas ou simplesmente, resultados da pesquisa.

Partindo das premissas acima, este estudo apresenta como propósito realizar uma investigação com a finalidade de responder uma questão central: Como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, presente como meta no Plano de Desenvolvimento Sustentavel do Ceará – PDS, contribuiu para o desenvolvimento do município de São Gonçalo do Amarante – CE?

1.2.HIPÓTESE

O trabalho parte do dogma que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento sustentável. Acredita-se que o município de São Gonçalo do Amarante não está caminhando na direção do desenvolvimento sustentável, pois, apesar do desenvolvimento econômico obtido com Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, esse desenvolvimento é duvidoso social e ambientalmente, pois este município apresenta persistentes problemas sociais, econômicos e ambientais mesmo após mais de uma década da implantação do Complexo.

1.3.OBJETIVOS

1.3.1. objetivo geral

Analisar de que forma ocorreu o desenvolvimento no município de São Gonçalo do Amarante – CE antes e após a implantação do CIPP.

1.3.2. objetivos específicos

- ✓ Elaborar diagnóstico socioeconômico e ambiental do município de São Gonçalo do Amarante - CE por meio da análise dos dados oficiais (secundários) dos anos 2000 e 2008;
- ✓ Gerar um Índice de Propensão ao Desenvolvimento Sustentável – IPDS do município para avaliar a evolução das dimensões no município;
- ✓ Identificar as principais mudanças ocorridas no município de São Gonçalo do Amarante após a implementação do CIPP;
- ✓ Realizar análise comparativa entre IPDS do município de São Gonçalo do Amarante e da macrorregião na qual está inserido e as demais macrorregiões do estado do Ceará; e
- ✓ Analisar a contribuição do CIPP para o desenvolvimento do município de São Gonçalo do Amarante – CE sob a ótica da sustentabilidade.

2. ESTADO DA ARTE

Este capítulo pretende elencar os principais autores, envolvidos no tema de estudo, utilizados como norteadores teóricos para a elaboração e execução deste estudo. Dentre estes, destacam-se: Amartya Sen, autor de “Desenvolvimento como liberdade” (1999); “Desigualdade reexaminada” (2004); e “Paz e sociedade democrática (2011); Henry Acselrad, autor de “Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia” (2002); “Conflitos ambientais no Brasil” (2004); e “O que é Justiça Ambiental” (2009); Ignacy Sachs, autor de “Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente” (1993); “Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado” (2006); e “Caminhos para o desenvolvimento sustentável” (2006); e José Eli da Veiga, autor de “Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI” (2010), “A Emergência Socioambiental” (2007) e “Meio Ambiente & Desenvolvimento” (2006).

Abaixo, segue breve descrição de obras norteadoras por subárea de pesquisa.

2.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: REFLEXÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

É preciso ressaltar que o desenvolvimento sustentável apresenta uma variedade de conceitos e percepções. Antes de adentrar propriamente ao seu conceito, é preciso entendê-lo diante das configurações histórica e política às quais se encontra associado. Bruseke (1994, p. 17) afirma que:

O conceito de desenvolvimento sustentável tem uma conotação extremamente positiva. Tanto o Banco Mundial, quanto a UNESCO e outras entidades internacionais adotaram-no para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. Esse tripé virou fórmula mágica, que não falta em nenhuma solicitação de verbas para projetos de natureza mais variada no campo eco-sócio-econômico dos países e regiões do nosso velho Terceiro Mundo. O conceito desenvolvimento sustentável sinaliza uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais do desenvolvimento, desgastadas numa série infinita de frustrações.

Observa-se que o autor anuncia o advento do desenvolvimento sustentável com bastante otimismo, de sorte que surge como uma nova alternativa para se pensar o processo de desenvolvimento humano, econômico, social e ecológico diante dos conflitos apresentados pela sociedade global.

Segundo o mesmo, é possível atentar para o processo de valorização do desenvolvimento sustentável em nível global a partir de alguns fatos, dentre os quais podem ser destacados, a saber:

a) uma sensibilidade, pelo menos, *a priori*, das grandes instituições de cunho político e econômico, como o Banco Mundial, a UNESCO, entre outras no que tange aos graves problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais que envolvem a sociedade global;

b) a grande desigualdade social e econômica entre as nações;

c) a precária situação, especialmente dos países de Terceiro Mundo que necessitam urgentemente de um projeto a curto, médio e longo prazo de um desenvolvimento mais justo social, econômico e ambiental;

d) os insucessos observados pelas diversas aplicações de teorias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, tanto de cunho conservador, quanto de um discurso de resistência;

e) o desenvolvimento sustentável surge como uma proposta diferente do que vinha sendo postulado pelos mercados das grandes nações e instituições políticas e econômicas;

f) o desenvolvimento sustentável soa como um discurso promissor para os mercados das nações desenvolvidas que estão mais preocupadas, a partir de suas ações políticas, econômicas e ambientais com o uso e produção por meio das riquezas naturais sem ter a consciência da necessidade da preservação dos recursos naturais.

Este último fator tem apresentado uma grande polêmica em torno da real proposta do desenvolvimento sustentável. “*A priori*” é possível definir que o conceito de desenvolvimento sustentável surge como postulado epistêmico que visa aliar teoria e prática buscando a coerência na distribuição dos recursos naturais e humanos, assim como na busca por um olhar mais cauto para a exploração da natureza pelo ser humano.

Por outro lado, surge como alternativa dos países considerados mais desenvolvidos, especialmente Estados Unidos, de arbitrar processos de desenvolvimento para as outras nações mais pobres em termos econômicos.

Layrargues (1997, p. 2) afirma que o estilo de vida dos Estados Unidos “tornou-se a luz que direcionaria o desenvolvimento do Terceiro Mundo, e as nações recém liberadas do colonialismo europeu imediatamente aceitaram a condição de país subdesenvolvido, proclamando-se candidatas ao desenvolvimento econômico”.

Com efeito, é possível afirmar que o desenvolvimento sustentável apresenta, sob uma abordagem epistemológica, um conceito de harmonização entre o ser humano e seus diversos status e a natureza indicando uma perspectiva de ação² que prime pela distribuição e não pela concentração; pela consciência social e coletiva e não pela consciência pessoal e individual. Por outro lado, apresenta uma série de dificuldades de aplicação de seu conceito e teoria em virtude da dificuldade dos países desenvolvidos em reconhecer seus modelos de desenvolvimento baseados na desigualdade social e de uma exploração deliberada pela natureza com fins muito mais econômicos e políticos do que humanos e ambientais.

Desse modo, o desenvolvimento sustentável pode ser visto como elemento de efetiva relevância, especialmente a partir da metade do século XX. Segundo van Bellen (2006), há autores que consideram os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentáveis como sinônimos. Todavia, outros autores como Sen (1999) e Veiga (2010) afirmam que o termo desenvolvimento sustentável apresenta conotação de processo com vistas ao futuro tendo a sustentabilidade como seu fim.

Um dos conceitos mais difundidos sobre desenvolvimento sustentável é o da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), que considera *o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações de satisfazerem suas necessidades.*

Este conceito remete à reflexão sobre a tríade passado-presente-futuro, mas não como fenômeno específico e isolado e sim como fenômeno integrado. Hobsbawm (1998, p. 50) confirma a importância de reflexão integrada entre passado, presente e futuro:

“A maior parte da ação humana consciente, baseada em aprendizado, memória e experiência, constitui um vasto mecanismo para comparar constantemente passado, presente e futuro. As pessoas não podem evitar a tentativa de antever o futuro mediante alguma forma de leitura do passado. Elas precisam fazer isso. Os processos comuns da vida humana consciente, para não falar das políticas públicas, assim o exigem. E é claro que as pessoas o fazem com base na justificativa de que, em geral, o futuro está sistematicamente vinculado ao passado que, por sua vez, não é uma concatenação arbitrária de circunstâncias e eventos.”

² A ação deve ser entendida aqui a partir do pensamento do educador Dermeval Saviani (2007), o qual afirma que esta se constitui em um conjunto de idéias bem estruturadas, dentro de uma tessitura consciente dos seus objetivos e finalidades atestando que a ação exige um eminente grau de planejamento e equilíbrio das idéias, a fim de que elas sejam aplicadas com perspectivas mais efetivas de êxito.

Entende-se que as ações do passado e do presente são cruciais para determinar as perspectivas futuras. Pensar a ideia de desenvolvimento significa se ocupar das relações entre passado, presente e futuro, de sorte que a percepção de desenvolvimento indica um processo de construção histórica.

No caso do desenvolvimento sustentável, é pertinente atentar para o fato de que as ações humanas que se desenrolam historicamente no contexto ambiental, econômico e político podem determinar procedimentos diversos de cunho deficitário ou promissor para o futuro da humanidade.

Outro conceito de desenvolvimento sustentável pode ser atribuído a Goodland & Ledoc (1987) quando afirmam que:

Desenvolvimento sustentável é aqui definido como um padrão de transformações econômicas estruturais e sociais (i.e., desenvolvimento) que otimizam os benefícios sociais e econômicos disponíveis no presente, sem destruir o potencial de benefícios similares no futuro. O objetivo primeiro do desenvolvimento sustentável é alcançar um nível de bem-estar econômico razoável e equitativamente distribuído que pode ser perpetuamente continuado por muitas gerações humanas (...), implica usar os recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras, (...). Desenvolvimento sustentável também implica a exaustão dos recursos energéticos não renováveis numa taxa lenta o suficiente para garantir uma alta probabilidade de transição societal ordenada para as fontes de energia renovável (...)

Este conceito tem como base os postulados indicados no conceito anterior. Contudo, busca ampliar a concepção de desenvolvimento sustentável por meio de seus objetivos e finalidades.

Percebe-se, em primeiro lugar, que pensar o desenvolvimento sustentável como ação integrada entre passado, presente, futuro demanda inicialmente a necessidade de assimilar um processo de distribuição econômica de forma mais equitativa de maneira continuada. Em segundo lugar, é preciso observar o desenvolvimento sustentável a partir do uso equilibrado dos recursos naturais sem degradá-los para as gerações futuras. Em terceiro lugar, o desenvolvimento sustentável está diretamente ligado ao uso ordenado dos recursos energéticos, com vistas à promoção de uma transição sócio-histórica das fontes de energia renovável.

Há ainda outros conceitos de desenvolvimento sustentável apresentando como ideia central a preocupação com as ações do presente, visando não prejudicar as gerações futuras, sendo necessários esforços permanentes de cada geração para consolidar a perspectiva de um desenvolvimento que prime pela valorização dos recursos naturais, conforme podem ser destacados nos conceitos de Markandya e Pearce (1988); Pezzey (1989), entre outros.

Há diversos autores envolvidos na pesquisa sobre desenvolvimento sustentável, com destaque para Sachs (2004) e van Bellen (2006), que dedica um capítulo de seu livro a compilar autores e definições do termo desenvolvimento sustentável, como também elaborou o seguinte questionamento respondido por si próprio

Como o desenvolvimento sustentável pode ser definido e operacionalizado para que seja utilizado como ferramenta (...)? A resposta a esse questionamento tem sido o desenvolvimento e a aplicação de indicadores ou ferramentas de avaliação que procuram mensurar a sustentabilidade. Entretanto, a complexidade do conceito, com suas múltiplas dimensões e abordagens, tem dificultado a utilização mais consciente e adequada dessas ferramentas.

O livro intitulado *Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável* (2006), organizado por Guedes e Guerra apresenta, como o próprio nome indica, uma série de argumentos que explicam o que há de irreal na teoria de desenvolvimento sustentável, desde a discussão do conceito e das filosofias que a este subjazem, até à abordagem de seus limites teórico-metodológicos. Destaque para o Capítulo “A Filosofia Política do Ecologismo”, que tece crítica à noção de desenvolvimento sustentável, centrada no modelo hegemônico de sociedade que prioriza a racionalidade científica, que transforma problemas éticos e políticos em problemas técnicos, que confere legitimidade à propriedade privada independentemente de seu uso, e na crença da indissociabilidade entre progresso e desenvolvimento econômico. Por mais que o conceito de desenvolvimento sustentável tenha sido criado para que se possa reinventar a ideia de progresso, este conceito se encontra numa fase tão abstrata que pode ser considerado esvaziado.

Nicholas Georgescu-Roegen foi um excepcional matemático e economista que se tornou “persona non grata” em sua área após criticar os economistas liberais neoclássicos que defendiam o crescimento econômico material sem limites por desenvolver uma teoria oposta e extremamente ousada para a época: o decrescimento econômico (CARPINTERO, 2006). Com base na segunda lei da termodinâmica (lei da entropia) esta teoria que apontou para a inevitável degradação dos recursos naturais em decorrência das atividades humanas.

Apesar deste estudo não utilizar a metodologia proposta pelo cientista acima, houve a tentativa de capturar e utilizar a ideia central de seu trabalho, que é a avaliação do desenvolvimento por critérios não monetários.

2.2. REFLEXÕES SOBRE INDICADORES NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE

A discussão sobre indicadores tem ocorrido em diversos setores da sociedade, seja no contexto operacional, político ou acadêmico-científico. Desse modo, vale perguntar: o que significa o termo indicador?

Para Mitchell (1996), indicador é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma determinada realidade. O autor em questão lança um ponto inicial de reflexão sobre indicadores atentando sua relevância para compreender os problemas de uma determinada realidade. Assim, o indicador seria uma forma de informar grupos e indivíduos acerca de determinados contextos sociais, políticos, econômicos, ecológicos etc.

Uma definição de indicadores é estabelecida pela *European Environment Agency* - EEA (2005, p. 7) como “Uma medida, geralmente quantitativa, que pode ser usada para ilustrar e comunicar um conjunto de fenômenos complexos de uma forma simples, incluindo tendências e progressos ao longo do tempo”.

Outra definição mais completa reside no relatório da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2002, p. 204):

Uma ferramenta de avaliação entre outras; para captar-se todo o seu sentido, devem ser interpretados de maneira científica e política. Devem, com a devida frequência, ser completados com outras informações qualitativas e científicas, sobretudo para explicar fatores que se encontram na origem de uma modificação do valor de um indicador que serve de base a uma avaliação.

Percebe-se que a noção de indicadores está relacionada a pesquisas científicas, contextos políticos e econômicos. Aliás, a percepção de indicadores, desde sua origem esteve atrelada a concepção de padrões econômicos que mensurava o desenvolvimento dos países, sendo ampliada no decorrer da história por ser ponderada como insuficiente para contemplar o ideário de desenvolvimento, assim como para satisfazer as necessidades da sociedade global. (SILVA, et al, 2002).

Os indicadores de sustentabilidade são instrumentos cruciais para tomadas de decisão no que concerne às questões econômicas, sociais, ambientais e institucionais. De acordo com Gallopin (1997 apud Delai e Takahashi 2006) os indicadores podem ser definidos “como medidas operacionais que fornecem informações acerca das características ou atributos de um sistema ou fenômeno”.

Indicadores possuem profunda relação com a identificação de problemas, visando conceber um processo de reflexão e uma posterior solução em determinadas situações. Outrossim, estão relacionados aos processos de avaliação e planejamento de serviços, bem como a fenômenos da área de saúde, tecnologia, gestão, políticas públicas, acessibilidade, dentre outros.

Todavia, os indicadores, de qualquer espécie, não devem ser considerados como uma “fórmula mágica” ou um modelo universal que deve ser seguido de forma determinante. Os indicadores são instrumentos subsidiários que buscam detectar problemas e promover soluções a problemas contextuais e específicos, conforme as necessidades das sociedades.

Isso significa dizer que os indicadores devem ser construídos pensando em resolver os problemas sociais, econômicos, ecológicos e institucionais apresentados pelas sociedades locais, regionais, nacionais e até internacionais, mas o principal objetivo é promover transformações benéficas para o indivíduo.

Evidentemente que o desenvolvimento sustentável também possui seus indicadores para diversas finalidades. De acordo com Siche et al (2007, p. 142-143):

Um índice de sustentabilidade implica: a) explicação dos mecanismos e lógicas atuantes na área sob análise; e b) quantificação dos fenômenos mais importantes que ocorrem no sistema. Através destes dois itens será possível conhecer: como a ação humana está afetando seu entorno; alertar sobre os riscos de sobrevivência humana e animal; prever situações futuras; guiar na tomada de melhores decisões políticas.

Os autores exprimem um aparato discursivo-normativo sobre as contribuições e/ou relevância dos indicadores de sustentabilidade. O interessante é que os indicadores de sustentabilidade buscam precisamente detectar e lidar com problemas e resolvê-los por meio de procedimentos metodologicamente estabelecidos. Os indicadores se constituem como caminhos estabelecidos para se chegar a um determinado fim.

Pode-se mencionar o limiar dos debates científicos sobre indicadores de sustentabilidade no início da década de 1970, mais precisamente, em 72. Veiga (2010, p. 39-40) relata que:

O debate científico sobre indicadores de sustentabilidade foi desencadeado há quase 40 anos por um trabalho que continua amplamente visto como "seminal". Trata-se do capítulo "*Is growth obsolete?*", publicado em 1972 por William D. Nordhaus e James Tobin, no quinto volume da série *Economic Research: Retrospect and Prospect*, do *National Bureau of Economic Research* (NBER), dos Estados Unidos. Como diz o título, o foco não estava propriamente em indicadores, e sim na discussão sobre uma hipotética obsolescência do crescimento econômico. E a argumentação se ancora na teoria econômica canônica para refutar um tipo de contestação do crescimento econômico que crescera nos anos 1960, e que se tornou particularmente aguda nos Estados Unidos entre 1968 e 1972.

Pode-se considerar que a origem da discussão sobre indicadores de sustentabilidade apenas é anunciada na década 1970, haja vista que a discussão estava mais centrada na obsolescência do crescimento econômico que estava mais preocupado com o crescimento do produto interno bruto que do que o crescimento da sociedade em si.

Todavia, observa-se que essa discussão deu margem efetiva para começar a pensar a construção de indicadores de sustentabilidade que valorizassem um crescimento centrado no ser e não na economia que privilegiava uma parcela minoritária da população, além de não prezar pelo uso equilibrado dos recursos naturais.

Desse modo, apenas no final da década de 1980 e início da década de 1990 que os indicadores de sustentabilidade se tornam uma tônica mais concreta e definida, especialmente através do "Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável" em face da elaboração economista ecológico Herman e. Daly. (VEIGA, 2010).

A década de 1990 é um expoente para o debate acerca dos indicadores, principalmente através da realização de eventos e elaboração de propostas e programas. Conforme destacam Marzall e Almeida (2000, p. 42-43) podem ser citados alguns acontecimentos:

- a) Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (Rio-92);
- b) Encontro sobre Indicadores Ambientais e de Desenvolvimento Sustentável, em fins de 1993, em Genebra, organizado pelo *United Nations*;
- c) Colóquio internacional tendo como tema "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável", realizado em 1996, na França;

d) O programa eco-pontos na Áustria, em 1991;

e) Em 1992, foram desenvolvidas pela Organização Internacional da Luta Biológica e Integrada, na Suíça, experiências-piloto em produção integrada (PI); e

f) Na Alemanha, a Universidade de Bonn desenvolve o diagnóstico biótico, com objetivo de avaliar a biodiversidade.

O discurso Nações Unidas (1992) demonstra a relevância da década de 1990 para fortalecer a percepção de indicadores de sustentabilidade:

Os indicadores comumente utilizados, como o produto nacional bruto (PNB) ou as medições das correntes individuais de contaminação ou de recursos, não dão indicações precisas de sustentabilidade. Os métodos de avaliação da interação entre diversos parâmetros setoriais do meio ambiente e o desenvolvimento são imperfeitos ou se aplicam deficientemente. É preciso elaborar indicadores de desenvolvimento sustentável que sirvam de base sólida para adotar decisões em todos os níveis, e que contribuam a uma sustentabilidade autorregulada dos sistemas integrados do meio ambiente e o desenvolvimento.

Por isso, é pertinente estabelecer a ligação entre as décadas 1970, 1980 e 1990, de sorte que houve um amadurecimento do discurso referente ao desenvolvimento sustentável. Os indicadores são provas de que o desenvolvimento deveria ser repensado e recriado no mundo.

Já no início do século XXI as discussões e propostas sobre sustentabilidade tornam-se ainda mais intensas em face das grandes instabilidades ecológicas e desigualdades social e econômica que imperam no mundo, especialmente nos países considerados subdesenvolvidos que apresentam um alto grau de miséria e condições de sobrevivência.

O início do século XXI, especialmente o ano de 2009 marcam novas perspectivas de indicadores de sustentabilidade, em caráter particular, *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress* (STIGLITZ-SEN-FITOUSSI, 2009), considerado por Veiga (2010, p. 46-47) como elemento fundamental para se pensar os indicadores de sustentabilidade, levando-se em consideração que:

A primeira grande contribuição dessa Comissão já foi mostrar com muita clareza que existem três problemas bem diferentes, que não deveriam ter sido misturados nem isolados, como fizeram todos os indicadores ao longo de quase 40 anos. Uma coisa é medir desempenho econômico, outra é medir qualidade de vida (ou bem-estar), e uma terceira é medir a sustentabilidade do desenvolvimento. E para essas três questões o relatório

deu orientações muito mais radicais do que supunham quase todos os observadores:

- 1) O PIB (ou PNB) deve ser inteiramente substituído por uma medida bem precisa de renda domiciliar disponível, e não de produto;
- 2) A qualidade de vida só pode ser medida por um índice composto bem sofisticado, que incorpore até mesmo as recentes descobertas desse novo ramo que é a economia da felicidade;
- 3) A sustentabilidade exige um pequeno grupo de indicadores físicos, e não de malabarismos que artificialmente tentam precificar coisas que não são mercadorias.

Em primeiro lugar, o relatório elaborado pela Comissão faz uma série de apontamentos que incidem, inicialmente, como severas críticas aos indicadores anteriores trabalhados por quatro décadas.

Em segundo lugar, o relatório faz uma diferenciação entre crescimento econômico e qualidade de vida implicando que para a consecução de um desenvolvimento sustentável é necessário uma humanização mais efetiva do indivíduo com suas gerações e as gerações futuras.

Em terceiro lugar, o relatório aponta que o desenvolvimento não pode ser conduzido a esmo, de modo que desenvolvimento econômico não necessariamente significa consistência social e ecológica. Por isso, é preciso que ocorra uma sustentabilidade do desenvolvido.

A partir das três questões apontadas, o relatório procura propor algumas indicações que permitam observar os indicadores de forma mais consistente. A primeira indicação está preocupada com o indivíduo em si independente da classe econômica, uma vez que se preocupa com a renda familiar e não com a renda do produto. A diferença é que a renda familiar indica de forma mais precisa a qualidade de vida da sociedade global e não apenas apresentam perspectivas econômicas gerais para a sociedade e específicas para um grupo de empresários e/ou grupos políticos e institucionais.

A segunda indicação é de cunho eminentemente psíquico e subjetivo, dado que está preocupada com os fatores da consciência e da felicidade humana como quesitos fundamentais para analisar o desenvolvimento da humanidade. Isso significa dizer que um indicador de sustentabilidade não deve apresentar ou priorizar apenas elementos econômicos, mas também psicológicos, neurolinguísticos, que se preocupem com a saúde física e mental do ser humano.

A terceira indicação humaniza o indicador em si, pois busca perceber a necessidade dos indicadores fornecerem elementos físicos que se preocupem com a qualidade do ser em detrimento de um indicador composto como mercadoria ou simplesmente elemento suposto na seara da produção, da mercadoria e da concepção mercadológica.

Outro relatório elaborado com diretrizes para o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade está descrito no capítulo sobre a metodologia, devido à sua utilização na elaboração do índice.

Para se pensar o desenvolvimento sustentável considerando a existência e atuação do CIPP é preciso estabelecê-lo em dimensões que permitam compreender como de fato ocorre. Jara (1998, p. 34) afirma que:

O desenvolvimento é sustentável quando atinge as seguintes esferas:

- Ecológica: pela conservação dos ecossistemas e pelo manejo racional do meio ambiente e recursos naturais.
- Econômica: promovendo atividades produtivas razoavelmente rentáveis preocupadas mais com a qualidade da vida do que com a quantidade da produção, e que tenham relativa permanência no tempo.
- Social: as atividades e o conteúdo dos processos de desenvolvimentos são compatíveis com os valores culturais e com as expectativas das sociedades; existe uma base de consenso entre os atores sociais participantes que permite controlar as decisões e as ações que afetam seu destino.

Observa-se que o desenvolvimento sustentável, embora seja uma estrutura, possui vertentes diversas que soam ora, como elementos paradoxais, ora como contraditórios. A contradição das vertentes ecológica, econômica e social reside na consumação do sistema capitalista em priorizar o desenvolvimento econômico que privilegia uma minoria da população global em detrimento da precarização das condições de vida da maioria, o que inviabiliza a proposição de um desenvolvimento social e ecológico mais justo.

Em termos sociais, é visível o processo de desigualdade entre os seres humanos em diversos contextos (educacional, humano, renda, etc.). Em termos ecológicos, acredita-se que a dimensão é muito complexa, pois extrapola o limite das questões sociais e econômicas, haja vista que envolve os recursos naturais. Verifica-se que o modelo de desenvolvimento econômico e social desfavorece um desenvolvimento ecológico sustentável e equilibrado para as gerações atuais e vindouras.

Pode-se afirmar também que existe um efetivo distanciamento entre discurso e prática no que toca ao desenvolvimento sustentável, uma vez que é comum o discurso empresarial e institucional de uma política de desenvolvimento sustentável que contemple de forma equilibrada uma consonância entre desenvolvimento ecológico, econômico, social e institucional.

A prova desse “desenvolvimento insustentável” é evidente nos próprios países desenvolvidos em que a tônica de desenvolvimento sustentável ganhou força inicial quando a prioridade é a apropriação predatória dos recursos naturais. É possível observar que o continente europeu é quem ainda postula um movimento de vanguarda por um desenvolvimento sustentável que possa aliar discurso e prática.

Desse modo, percebe-se que há um estigma de ambiguidade na utilização do conceito de desenvolvimento, visto que cada grupo social, político e/ou econômico utiliza da forma como considera mais conveniente.

Contudo, em termos conceituais, a percepção discursiva mais promissora sobre desenvolvimento sustentável que é concebida a partir de suas dimensões econômica, social, ecológica e institucional é indicada por Jara (1998, p. 35) quando afirma que essas dimensões engendram:

preocupações: com o presente e o futuro das pessoas; com as necessidades básicas de subsistência; com os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico; com as práticas decisórias e a distribuição do poder; e com os valores pessoais e a cultura; o conceito é abrangente e integral e, necessariamente, distinto, quando aplicado às diversas formações sociais e realidades históricas.

O conceito de desenvolvimento sustentável em questão permite a construção de uma série de observações, a saber:

a) pensar o desenvolvimento sustentável implica em uma preocupação geral com o presente e futuro da humanidade;

b) como consequência, pensar o presente e o futuro da humanidade implica em pensar o uso dos recursos naturais e o equilíbrio do ecossistema;

c) a preocupação com o uso dos recursos naturais de forma distributiva favorece um processo de distribuição de recursos e a garantia da subsistência do ser;

d) uma retomada nos procedimentos decisórios da política e do poder econômico, político, social, cultural, educacional, ambiental etc.;

e) o conceito de desenvolvimento sustentável não é único e arbitrário, pois pode ser aplicado em diversas condições espaço-temporais, conforme as necessidades sócio-históricas;

f) este conceito, embora possa ser aplicado de forma específica em várias sociedades e períodos históricos, possui a finalidade de pensar no bem-estar do ser humano em qualquer espaço ou período a partir de uma latente preocupação com os recursos naturais, sociais, econômicos e institucionais.

Dessa forma, entende-se que as dimensões ecológicas, econômicas, sociais e institucionais são de crucial relevância para aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável.

Com efeito, essas dimensões não podem ser tergiversadas do contexto do CIPP, já que um Complexo de profunda relevância para a economia do Estrado do Ceará demanda um olhar mais cauto sobre como se dá seu processo de desenvolvimento ecológico, social, econômico e institucional.

2.3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A temática do desenvolvimento regional sustentável tem conquistado efetivo espaço de estudos entre pesquisadores do Brasil e do mundo nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Todavia, há um conjunto de pressupostos e paradigmas que tem norteado as reflexões sobre desenvolvimento regional sustentável. Boisier (1989, p. 601) revela que para se pensar o desenvolvimento regional é preciso dar uma atenção especial “a um conjunto de elementos – macroparâmetros – que delimitam o âmbito do planejamento do desenvolvimento regional em termos de sistemas de organização econômica, de estilos de desenvolvimento e dos conceitos hoje dominantes sobre o desenvolvimento econômico”.

Percebe-se que a visão apresentada indica caminhos para se pensar um desenvolvimento regional a partir das concepções e os sistemas de organização econômica, com vistas a conceber uma percepção de desenvolvimento planejada e adequada as

realidades locais. Entende-se que a ideia apresentada pelo autor não se configura como um substitutivo a outras ideias, mas sim como um complemento.

Esse complemento pode ser notadamente visível no argumento de Boisier (1989, p. 616) quando ratifica que “O processo de desenvolvimento regional deve ser considerado, principalmente, como a internalização do crescimento e, em consequência, como de natureza essencialmente endógena.”

É possível atestar que o desenvolvimento regional não deve ser pensado a partir de instrumentos exógenos que arbitrem perspectivas para o desenvolvimento regional, mas sim a partir de instrumentos endógenos, de modo que esteja voltado para as necessidades regionais/locais que envolvam questões diversas de ordem econômica e natural.

Isso significa refletir sobre um desenvolvimento de “baixo para cima” e não de “cima para baixo”. Como afirmam Oliveira e Lima (2003, p. 31) “Pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”.

Pode-se afirmar que um desenvolvimento regional é fruto de um processo de interdependência que envolve de forma interativa e participativa comunidades e processos naturais e econômicos que se insurgem em condições locais e dialogam com as condições mais amplas (nacionais e/ou internacionais).

A concepção de “baixo para cima” se posiciona de forma contrária a teoria intitulada de “cima para baixo” que é uma tônica no contexto da reflexão sobre o crescimento econômico. Essa concepção prima pelo desenvolvimento nacional e internacional em detrimento das necessidades e adequações regionais/locais que norteiam comunidades diversas.

Evidentemente que a concepção de “cima para baixo” tem recebido árduas críticas e tem se configurado como política inadequada para se pensar um desenvolvimento sustentável mais socializado e acessível a uma maioria em locais diversos. Como afirma Bandeira (1999, p. 9):

Quanto ao estilo, vem-se tornando cada vez mais evidente a inadequação das ações formuladas de cima para baixo, sem envolvimento dos segmentos relevantes da sociedade civil. Na verdade, esse não é um problema exclusivo das políticas regionais, pois a

persistência desse estilo tecnocrático continua a marcar grande parte das ações governamentais, nos vários níveis da administração pública brasileira.

Vale ressaltar que é comum no pensamento teórico-prático por parte de governos, empresas e indústrias, dentre outros da construção de uma política de “cima para baixo” que está preocupada com um desenvolvimento centralizado e permissível a um corpus minoritário por meio de uma política tecnocrática.

Todavia, as críticas em torno dessa concepção tem sido ávidas, especialmente por considerar sua ação arbitrária que relega a um plano inferior um planejamento mais adequado a população mundial considerando suas especificidades regionais/loais.

Destarte, é preciso pensar em um desenvolvimento de “baixo para cima” que contemple um processo participativo da sociedade, seja em um contexto nacional ou regional/local. Bandeira (1999, p. 10) elenca cinco argumentos fundamentais para pensar um desenvolvimento participativo:

O primeiro argumento destaca a necessidade da consulta aos segmentos da comunidade diretamente afetados, quando da concepção, elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos, relacionados com o desenvolvimento, como meio para assegurar sua eficiência e sustentabilidade.

O segundo, mais abrangente, registra a importância da vitalidade de uma sociedade civil atuante na vida pública para a boa governança e para o desenvolvimento participativo. Uma das conexões desse argumento é a implicação de que a participação da sociedade civil é importante para assegurar a transparência das ações e para permitir o combate eficiente à corrupção no setor público.

A terceira linha de argumentação vincula a participação à acumulação de capital social. Segundo estudos recentes, o capital social — que é composto por um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas — constitui-se em importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento.

A quarta estabelece conexões entre a operação de mecanismos participativos na formulação e implementação de políticas públicas e o fortalecimento da competitividade sistêmica de um país ou de uma região.

A quinta — e última — ressalta o papel desempenhado pela participação no processo de formação e consolidação das identidades regionais, que facilitam a construção de consensos básicos entre os atores sociais que são essenciais para o desenvolvimento.

O primeiro argumento é referente ao reconhecimento de que a participação das comunidades nas sugestões e tomadas de decisão é fundamental para elaboração e implementação de projetos relativos ao desenvolvimento, com vistas a concretizar a adequação desses projetos as necessidades da população.

O segundo argumento revela que um governo voltado para a maioria da população exige a participação direta e/ou indireta da sociedade civil, com vistas a fiscalizar e analisar os processos gerenciais, políticos e econômicos do governo observando suas condutas, perspectivas e limitações. A participação da sociedade civil pode contribuir para uma gestão governamental de maior transparência quanto às ações e investimentos concebidos, visando o combate a corrupção.

O terceiro argumento indica que o capital social deve ser fruto de um processo participativo, visando efetivar as funcionalidades dos atores sociais na construção de ações coletivas. Todavia, é fundamental reconhecer que é precisamente a concentração do capital social e a participação minoritária dos segmentos que buscam construir as ações, muitas vezes, de forma arbitrária e impositiva que instigam as diferenças regionais no que toca ao nível de desenvolvimento.

O quarto argumento investe um amadurecimento político a partir dos três primeiros, de sorte que com o olhar para as necessidades da comunidade e sua participação no processo decisório, bem como a participação mais ampla e coletiva da sociedade civil e ainda a distribuição de um capital social permitem de forma mais efetiva pensar na implementação de políticas públicas, buscando o fortalecimento dos países em sua estrutura econômica e política atrelada a sua força natural.

Por último, o quinto argumento, elucida sobre o que, como e porque é necessária a participação da comunidade e sociedade civil, assim como a distribuição do capital social concretizando o fortalecimento das identidades regionais/locais em termos econômicos, políticos e sociais, além de atentar para o uso equilibrado e consciente dos recursos naturais, com vistas a favorecer não somente a um grupo minoritário, mas a população de modo majoritário.

No caso do nordeste brasileiro, é pertinente comentar que o desenvolvimento regional tem sido uma discussão relevante, especialmente por ser uma Região com condições políticas e econômicas marcadamente desiguais e desfavoráveis para um desenvolvimento mais justo e distributivo. Historicamente a tônica do nordeste brasileiro tem sido de investimentos escassos e uma efetiva concentração dos recursos econômicos. Todavia, as últimas décadas inseriram uma preocupação maior com a população nordestina aferindo a necessidade de se pensar o desenvolvimento econômico regional.

3. ÁREA DE ESTUDO

3.1. MACRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO

O estado do Ceará é dividido oficialmente em macrorregiões de planejamento, criadas pela lei complementar nº 12.896 do ano de 1999, conforme visualizado na figura 01. Estas possibilitam uma abordagem regional no planejamento de políticas públicas, onde são analisados temas envolvendo aspectos geográficos, sociais, demográficos, infraestrutura, economia e finanças, como forma de subsidiar as tomadas de decisões dos gestores públicos e dos cidadãos de um modo geral. O IPECE lançou, em 2011, uma coletânea composta por oito volumes, cada um contendo o desenvolvimento macrorregional no aspectos socioeconômicos entre os anos de 2000 e 2010. Esta coletânea foi utilizada como referência para a discussão dos resultados obtidos.

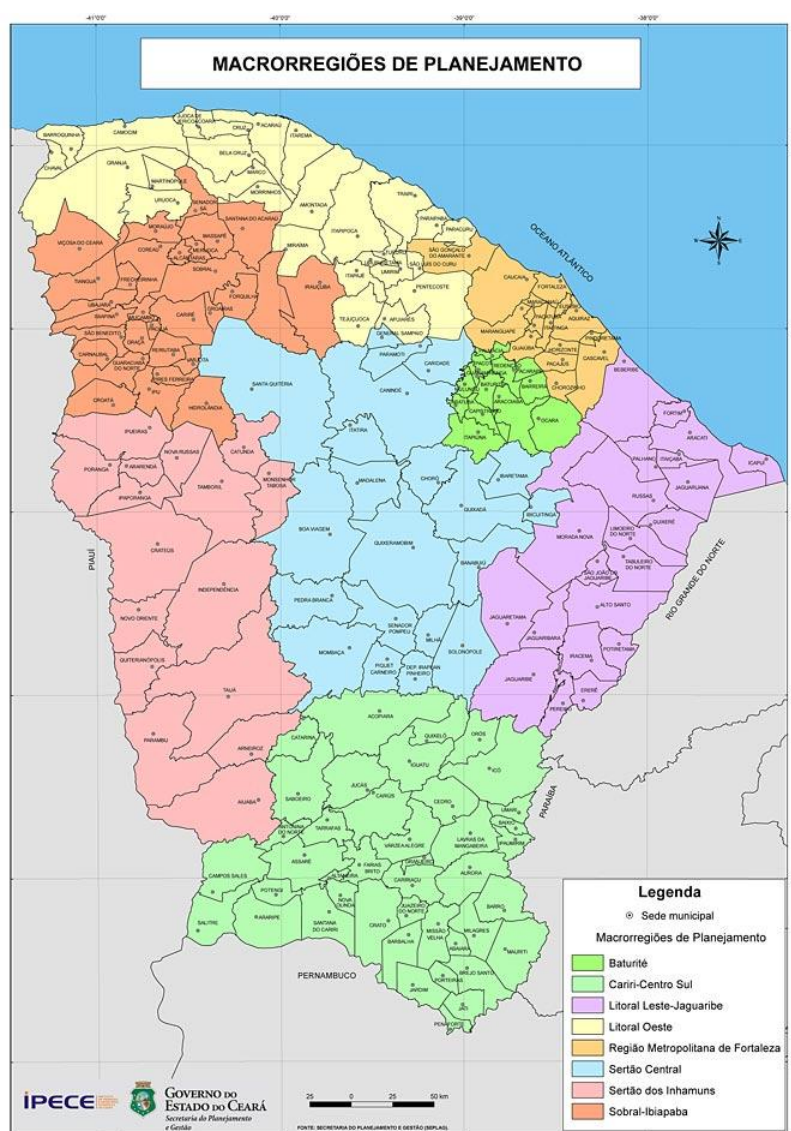


Figura 1. Macrorregiões de planejamento do estado do Ceará.

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), também conhecida como Grande Fortaleza, está localizada no estado brasileiro do Ceará. Foi criada pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973, que instituía, também, outras regiões metropolitanas no país. Com 3.610.379 habitantes é a sexta região metropolitana do Brasil e está entre as 120 maiores áreas metropolitanas do mundo em termos populacionais, tendo como área de influência todo o estado do Ceará, o centro-oeste do Rio Grande do Norte, o centro-leste do Piauí, o leste do Maranhão e o centro-oeste da Paraíba.

O município de Caucaia é o maior em área, com 1.227,895 km². O município de Eusébio, desmembrado em 1987 de Aquiraz, é o menor município com apenas 78,65 km². Pindoretama é o menos populoso com apenas 18.322 habitantes.

Atualmente, com mais que o triplo da população inicial e mais que o dobro de municípios, a principal dificuldade é a integração das cidades. O transporte coletivo ainda é muito caro e pouco abrangente. Quase a totalidade dos equipamentos urbanos concentra-se ainda em Fortaleza. (IPECE, 2011a).

A População residente da Macrorregião Litoral Oeste é a 4^a do Estado com 9,9% dos 8.452.381 habitantes do Ceará. O Território do Litoral Oeste concentra 55,2% da população da macrorregião e o Território do Litoral Norte 44,8%.

A Área territorial da Macrorregião Litoral Oeste ocupa 18.268,2 km², representando 12,3% da superfície territorial do Estado. O Território do Litoral Oeste ocupa 48,7% da área da macrorregião e o Território do Litoral Norte 51,3% dessa área. A densidade demográfica é 45,7 habitantes por km² (CEARÁ, 2011a).

A População residente da Macrorregião Sobral/Ibiapaba é a 3^a do Estado, com 9,9% dos 8.452.381 habitantes do Ceará. O Território da Ibiapaba concentra 40,1% da população da macrorregião e o Território de Sobral 59,9%.

A Área territorial da Macrorregião Sobral/Ibiapaba ocupa 16.603,4 km², representando 11,1% da superfície territorial do Estado. O Território da Ibiapaba ocupa 34,3% da área da macrorregião enquanto o Território de Sobral ocupa 65,7% dessa área. A densidade demográfica é 50,5 habitantes por km² (CEARÁ, 2011b).

A População residente da Macrorregião Sertão dos Inhamuns é a 7^a do Estado com 4,9% dos 8.452.381 habitantes do Ceará. O Território Sertão dos Crateús concentra 68,2% da população da macrorregião e o Território do Sertão dos Inhamuns 31,8%.

A Área territorial da Macrorregião Sertão dos Inhamuns ocupa 26.269,9 km², representando 17,6% da superfície territorial do Estado. O Território do Sertão de Crateús ocupa 58,6% da área da macrorregião e o Território do Sertão dos Inhamuns 41,4%. A densidade demográfica de apenas 15,7 habitantes por km² (CEARÁ, 2011c).

A População residente da Macrorregião Sertão Central é a 5ª do Estado com 7,3% dos 8.452.381 habitantes do Ceará. O Território do Sertão Central concentra 71,9% da população da macrorregião e o Território do Sertão do Canindé 28,1%.

A Área territorial da Macrorregião Sertão Central ocupa uma de 29.664,4 km², representando 19,9% da superfície territorial do Estado. O Território do Sertão Central ocupa 67,0% da área da macrorregião e o Território do Sertão do Canindé 33,0% dessa área. A Densidade Demográfica é 20,8 habitantes por km² (CEARÁ, 2011d).

A População residente da Macrorregião Baturité, visualizada na figura 07, é a menor do Estado com 2,7% dos 8.452.381 habitantes do Ceará.

A Área territorial da Macrorregião Baturité ocupa 3.707,24 km², representando 2,5% da superfície territorial do Estado. A densidade demográfica é 62,2 habitantes por km² (CEARÁ, 2011e).

A População residente da Macrorregião Litoral Leste/Jaguaribe, visualizada na figura 08, é a 6ª do Estado, com 6,7% dos 8.452.381 habitantes do Ceará. O Território do Jaguaribe concentra 71,9% da população da macrorregião e o Território do Litoral Leste 28,1%.

A Área territorial da Macrorregião Litoral Leste/Jaguaribe ocupa 19.640,8 km², representando 13,2% da superfície territorial do Estado. O Território do Jaguaribe ocupa 80,7% da área da macrorregião e o Território do Litoral Leste ocupa 19,3% dessa área. A densidade demográfica é de 28,8 habitantes por km² (CEARÁ, 2011f).

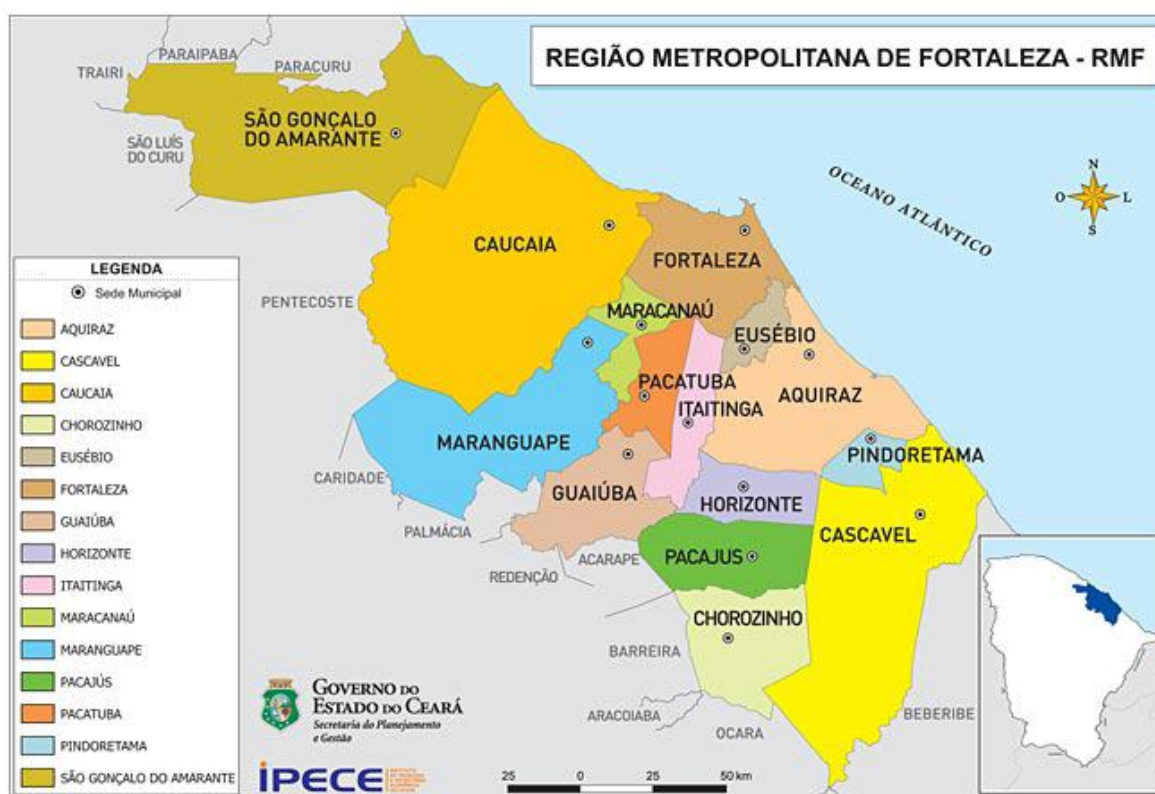
A população da Macrorregião do Cariri/Centro Sul, visualizada na figura 09, é a 2ª do Estado com 15,8% dos 8.452.381 habitantes do Ceará. O Território Centro Sul concentra 32,1% da população da macrorregião e o Território do Cariri, 67,9%.

A área da Macrorregião do Cariri/Centro Sul ocupa 28.971,9 km², representando 19,5% da superfície territorial do Estado. A densidade demográfica é de 46,2 habitantes por km² (CEARÁ, 2011g).

3.2. SÃO GONÇALO DO AMARANTE

3.2.1. Características gerais

São Gonçalo do Amarante é um município situado no Estado do Ceará, Região Metropolitana de Fortaleza, distante 55 km da capital, o acesso é feito através das rodovias: BR-222/CE-423 ou pela rodovia CE-085. Região rica em lagoas, praias e dunas, com temperatura média de 27°C; limita-se com Caucaia, Pentecoste, São Luiz do Curu, Trairi, Paraipaba, Paracuru e com o Oceano Atlântico, como visualizado na figura 02 (SÃO GONÇALO DO AMARANTE, 2011).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Figura 2. Mapa da região metropolitana de Fortaleza.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE.

Segundo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizado em 2010, o município possui de 43.890 habitantes em uma unidade territorial de área igual a 838,513 Km², que gera uma densidade demográfica de 52,34 hab/Km². Apresenta extensão de linha de costa de 18,4 Km, sendo a última cidade do lado oeste a pertencer a região metropolitana de Fortaleza. O Índice pluviométrico médio é de 2.225 mm/ano, pertencendo ao Tropical Quente Semiárido.

A etnia indígena Anacé reside a região desde antes do período colonial, apresentando, segundo IPECE (2010, p.23) população de 1.129 habitantes. O grupo encontra-se em processo de litígio com o Estado devido ao atual conflito territorial, conflito detalhado a seguir, na seção que descreve o CIPP.

O município vivia do turismo, de pesca e de práticas agropastoris, porém hoje, com a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, São Gonçalo do Amarante está em transição, pois segundo Luiz Carlos Farias, em entrevista à revista Portuária (2010), 87% da receita atual do município provém do Imposto sobre Serviços que Qualquer Natureza - ISS gerado pelo Porto do Pecém. Atualmente, está em discussão um projeto de emancipação do distrito do Pecém, baseado exatamente nestes cálculos de arrecadação, e tudo indica que a questão será resolvida por meio de plebiscito.

3.2.2. Histórico

Segundo o levantamento elaborado pelo governo municipal (2011) e pelo governo estadual (2011), a área atualmente ocupada pelo município de São Gonçalo do Amarante era primitivamente habitada por índios das etnias Anacé, Guanacé e Jaguaruana. Essas nações eram ligadas por vínculo de amizade e guardam em suas histórias o contato com a civilização portuguesa, na figura do Capitão-Mor Fernão Carrilho em terras compreendidas em partes do Rio Siupé, Paramirim e Uruburetama em meados de 1700. As investidas do português visando o povoamento da região tiveram início com a concessão das primeiras Sesmarias na década de 1680, onde surgiram alguns núcleos populacionais, como São Gonçalo e Siupé. Desta primeira leva de colonizadores portugueses, constavam Manuel Barreto da Silva e demais companheiros, tendo como cessionário doador o Capitão-Mor Bento de Macedo Faria. Além desses, instalaram-se também os sesmeiros Jorge Pereira, José Tavares Cabral e Antônio da Costa Peixoto. Entre os rios Pará e Siupé foram adquiridas terras, encravadas no Sítio Peixoto, pelo padre João Alves da Rocha, morador na povoação de Aquiraz. Essas terras mediam três léguas de fundo por uma de frente, tendo como cessionário doador o Capitão-Mor Gabriel da Silva Lago, conforme escritura datada de 8 de março de 1707.

A vila que veio posteriormente a denominar-se São Gonçalo do Amarante, teve seu reconhecimento público no ano de 1868, como parte integrante do hoje município de Paracuru. Claro que àquela época existiam apenas algumas fazendas de agricultura e

pecuária. As edificações mais antigas existentes no município estão situadas na localidade de Siupé, como por exemplo, a igreja em homenagem a Nossa Senhora da Soledade cuja construção, acredita-se, tenha se dado entre 1730 e 1737, e, segundo registros, era por aquela área do município que se deslocavam os tropeiros com seus animais fazendo a comercialização de produtos entre a capital e outras localidades interioranas.

Em 1891, quase duzentos anos após a divisão sociopolítica em sesmarias, as moradias dispersas encontrariam o seu polo de centralização, tendo precedência os trabalhos realizados pelo Coronel Martins de Oliveira (Neco Martins), bem como o Capitão Procópio de Alcântara. Com eles então o progresso da vila aconteceu de maneira mais célere, ganhando a mesma, expressão política no contexto do Estado do Ceará. Em 1921, São Gonçalo do Amarante foi elevado à categoria de município, tornando-se Paracuru, uma de suas vilas. A elevação do arraial à categoria de Vila, com sede na povoação de Paracuru, provém do Decreto nº 72, de 1º de outubro de 1890, tendo sido instalada a 25 do mesmo mês e ano. Sua elevação à categoria de Município ocorreu segundo Decreto-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, mantendo a denominação de São Gonçalo. A partir desse estágio e a ter como pioneira no campo da educação D. Filomena Martins, esposa de Neco Martins, instalam-se as primeiras escolas e núcleos de assistência comunitária, abrangendo vastas localidades da região. Freguesia e Paróquia, respectivamente, têm como instrumento de apoio Ato de D. Manuel da Silva Gomes, Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, assinado em data de 22 de julho de 1940, tendo como primeiro vigário o padre Joaquim Alves Ferreira. Entre os anos de 1943 e 1951, recebeu a denominação de Anacetaba, em homenagem aos índios Anacés, antigos residentes na região. Recebeu a denominação atual por meio da Lei nº 1.153 de 22 de novembro de 1951.

3.3. PECÉM

O distrito do Pecém abriga belo cenário fisiográfico, constituído por belas praias com enseadas e piscinas naturais de água salgada, coqueirais, jangadas e dunas brancas, contrastando com o verde das águas do mar. Com ondas convidativas, é excelente local para a prática do surf. Atualmente a praia abriga o Complexo Industrial e Portuário conhecido pela sigla CIPP, sendo uma das principais portas de saída dos produtos exportados pelo país.

É espacialmente dividido em comunidades costeira e lacustre, cordão de dunas e Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, como é possível visualizar por meio da fotografia aérea (figura 03), abaixo.



Figura 3. Imagem aérea do distrito do Pecém em São Gonçalo do Amarante, Ceará.
Fonte: Google Earth, 2011.

Segundo censo do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE³, o distrito do Pecém possuía em 2010 uma população total de 9156 habitantes, dos quais 2711 em área urbana. Acredita-se que este número aumente a cada dia, decorrente dos projetos de expansão do CIPP.

A implantação do Complexo teve início bem antes de sua presença física. A sua idealização teve como ponto de partida o Projeto Áridas, realizado em 1994 pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, com o intuito de mapear as condições para a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento sustentável no Nordeste semiárido.

O diagnóstico feito pelos pesquisadores a partir da investigação apontava para a importância da mudança do padrão de planejamento e gestão do desenvolvimento local no

³ <http://CIPP.IPECE.ce.gov.br/mappav/vi/ex1.php?&page=1&order=ano:ASC&filter=>

Nordeste, o que motivou a formulação de planos de desenvolvimento para os estados, dentro da concepção do desenvolvimento sustentável (ANDRADE, 2000, p.8).

O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará - PDS buscou orientar políticas e definir objetivos, sendo o objetivo síntese a melhoria de qualidade de vida dos cearenses na escala temporal de uma geração, supondo:

- a proteção do meio ambiente;
- o reordenamento do espaço;
- a capacitação da população;
- o crescimento da economia, geração de empregos e redução das desigualdades;
- o desenvolvimento cultural, científico, técnico e inovador; e
- a melhoria da gestão pública.

Destacando as prioridades do governo (meio ambiente, educação, saúde, saneamento, segurança, agricultura, emprego) o plano atrela a execução destas à promoção de mudanças culturais significativas e ao avanço científico e tecnológico.

Fato interessante também é ter sido o plano elaborado já durante a campanha, como projeto de governo para a futura gestão, sendo alegado amplo processo participativo, e não consumindo, portanto, anos de administração. (ANDRADE, op cit, p.9)

Um dos carros-chefe do PDS cearense é a implantação do Complexo Industrial e Portuário de Pecém – CIPP (detalhado em tópico abaixo), devido à proximidade da capital, à profundidade próxima à linha de costa e à proximidade aos outros continentes.

3.3.1. CIPP: contexto histórico e político

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, localizado no município de São Gonçalo do Amarante é um projeto do governo do Estado do Ceará implementado no governo Tasso Jereissatti que foi inaugurado em 28 de março 2002. Desse modo, é pertinente ressaltar que o CIPP completa em março de 2012 uma década de existência com muitas ações de cunho social, econômico, ambiental e institucional.

Segundo Araújo, Freitas e Albuquerque (2009) o município de São Gonçalo do Amarante foi escolhido para a implantação do CIPP por possuir uma posição geográfica privilegiada em relação aos principais mercados de consumo internacional (Comunidade Europeia e Estados Unidos da América) no atual processo de globalização da economia e também devido à maior profundidade da água na região (16 m de profundidade a uma distância de 2 km da costa).

Freire (2003) revela que alguns projetos e ações têm sido direcionados para o CIPP visando fomentar seu processo de construção e consolidação. Percebe-se que os projetos e ações do CIPP envolvem dimensões de cunho turístico, econômico e empresarial, assim como uma dimensão política e urbana e ainda uma dimensão ambiental e institucional.

Porém, é inegável que boa parte das ações constituídas visa o efetivo crescimento da economia cearense sem uma preocupação mais direta com os fatores ambientais e os processos de distribuição de renda, especialmente no que se refere à sociedade de São Gonçalo do Amarante com destaque para os moradores do distrito do Pecém. As ações do governo estadual implicam em grande crescimento econômico e político, mas com grande degradação ambiental que promove o agravamento de problemas sociais. Araújo, Freitas e Albuquerque (2009, p. 3) levantam o questionamento *sobre a natureza e magnitude dos impactos socioambientais relevantes sofridos de fato pelas populações mais vulneráveis nesta localidade.*

Com efeito, entende-se que os impactos ambientais podem ser inseridos aos mais diversos setores sociais, tais como: agricultura, comércio, pesca artesanal, dentre outros. Como exemplo Araújo, Freitas e Albuquerque (*op cit*, p. 8) afirmam que *os impactos socioeconômicos sobre os pescadores artesanais abrangem as variáveis demográficas, sociais, econômicas e ambientais, tendo como base a percepção dos pescadores frente aos prováveis impactos decorrentes da implantação do CIPP.*

Assim, acredita-se que a implantação do CIPP tem promovido problemas referentes às questões demográficas, sociais, econômicas e ambientais, o que tem causado prejuízo direto as comunidades do entorno do complexo portuário.

É interessante afirmar também que se a implantação do CIPP promove desenvolvimento econômico para o Estado esperam-se como consequência investimentos maiores e melhores planejados em questões vitais, como saúde, educação, habitação, entre outros, visando conciliar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social.

Em outras palavras, assim como o ambiente físico, os atores sociais são tanto os que sofrem influência direta, ou seja, vivem no distrito, como os que sofrem influência indireta, que vivem na região impactada pela dinâmica do distrito. Sobre estes, se destacam os diversos estudos (IDACE, 1997; PIKANÇO, 2006; BRISSAC, 2008; MEIRELES et al, 2009) que detalham o forte embate entre a etnia indígena Anacé contra a expansão do CIPP, claramente detalhada por Nóbrega & Martins (2010) na afirmação:

os conflitos que envolvem a construção do CIPP e os Anacé não são apenas sobre a posse ou propriedade de um dado território, mas situam-se, principalmente, no campo do simbólico, da definição de modelos de desenvolvimento e de projetos de futuro, nas formas de produzir e gerir os recursos naturais.

Com relação aos Anacés, foi instituído pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, por meio da Portaria nº 1.035, de 21 de julho de 2010, um Grupo de Trabalho com a “finalidade de realizar estudos de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação da área de ocupação tradicional do povo Anacé, situada nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, no estado do Ceará”. Até o momento esse estudo não foi concluído e, portanto, a área ocupada pelos Anacés ainda não foi quantificada e delimitada.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa é classificada segundo Marconi & Lakatos (2001) e Medeiros (2004) tipologicamente como factual, pois estuda objetos naturais e culturais; possui natureza de pesquisa aplicada, já que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais; é também caracterizada, segundo seus objetivos, como exploratória, pois, conforme mesmo autor, visa estabelecer critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto da pesquisa e orientar a formulação de hipóteses; e do tipo qualiquantitativa, uma vez que considera a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados básicos do processo em questão.

O método de abordagem do estudo é dedutivo, pois parte de teorias e leis para deduzir fenômenos ou fatos particulares. Sua função básica é demonstrar aquilo que implicitamente já se encontra no antecedente.

O método de procedimento deste estudo se enquadra como estruturalista, pois parte de observações concretas, chega a um nível abstrato de realidade e, depois, retorna à realidade para compreendê-la.

A investigação se deu por meio de pesquisa bibliográfica e documental indireta, que compreende o levantamento da bibliografia referente ao assunto e de documentos secundários, respectivamente.

Esta foi estruturada conforme o fluxograma visualizado na figura 04 e as etapas metodológicas estão descritas nos tópicos subsequentes.

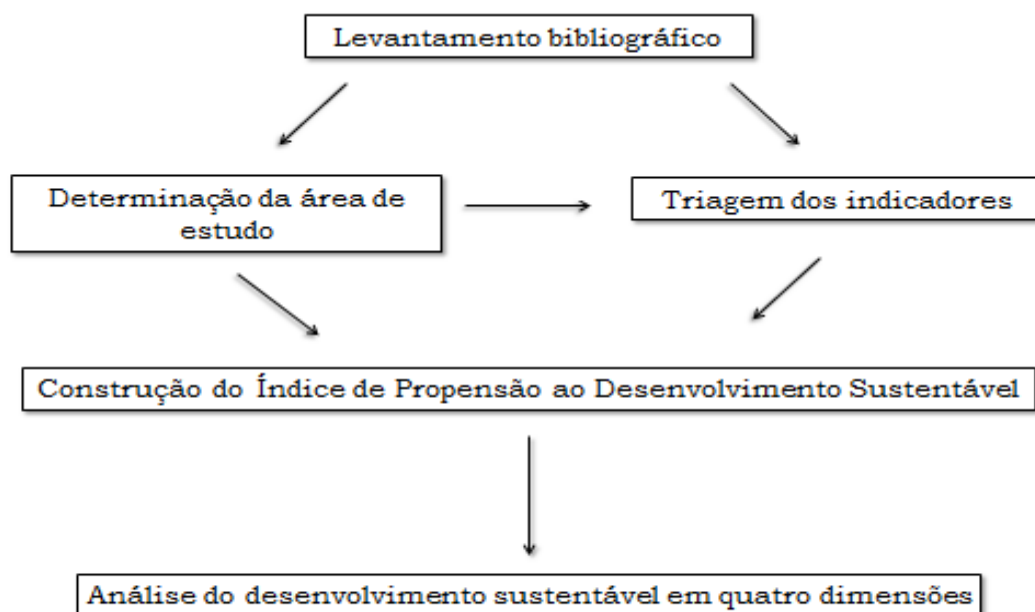


Figura 4. Fluxograma do planejamento do estudo.

4.2. ETAPAS METODOLÓGICAS

4.2.1. Levantamento bibliográfico

Esta fase compreendeu o levantamento bibliográfico, o melhoramento do projeto, o esboço dos procedimentos metodológicos. A pergunta de partida foi gerada a partir da afinidade com o tema pretendido, sendo esta: *O CIPP estaria realmente contribuindo para o desenvolvimento sustentável do município de São Gonçalo do Amarante?*

A partir desta, houve o levantamento de bibliografias sobre os temas: desenvolvimento sustentável, indicadores e indicadores de sustentabilidade, bem como sobre o CIPP. Com a diversidade de definições e ferramentas existentes, foi necessário optar pelas que melhor se enquadrassem no estudo.

4.2.2. Determinação da área de estudo

A escolha do município de São Gonçalo do Amarante deu-se, principalmente, por receber o Complexo Industrial e Portuário definido como meta para o desenvolvimento sustentável em documento oficial, que o envolveu como ponto estratégico dos novos paradigmas desenvolvimentistas pretendidos. Para tal, este estudo pretendeu relacionar o

perfil do desenvolvimento apresentado pelo município de São Gonçalo do Amarante com o perfil de desenvolvimento apresentado pelas macrorregiões de planejamento do estado do Ceará.

São oito as macrorregiões que foram analisadas em comparação, sendo estas listadas abaixo:

1) macrorregião Metropolitana de Fortaleza (5.783,6 km²), visualizada na figura 5 composta pelos municípios: Aquiraz (481 km²); Cascavel (838 km²); Caucaia (1.227,9 km²); Chorozinho (278,4 km²); Eusébio (76,6 km²); Fortaleza (313,1 km²); Guaiúba (267,2 km²); Horizonte (160 km²); Itaitinga (150,8 km²); Maracanaú (105,7 km²); Maranguape (590,8 km²); Pacajus (254,4 km²); Pacatuba (132,4 km²); Pindoretama (72,9 km²); e São Gonçalo do Amarante (834,4 km²).

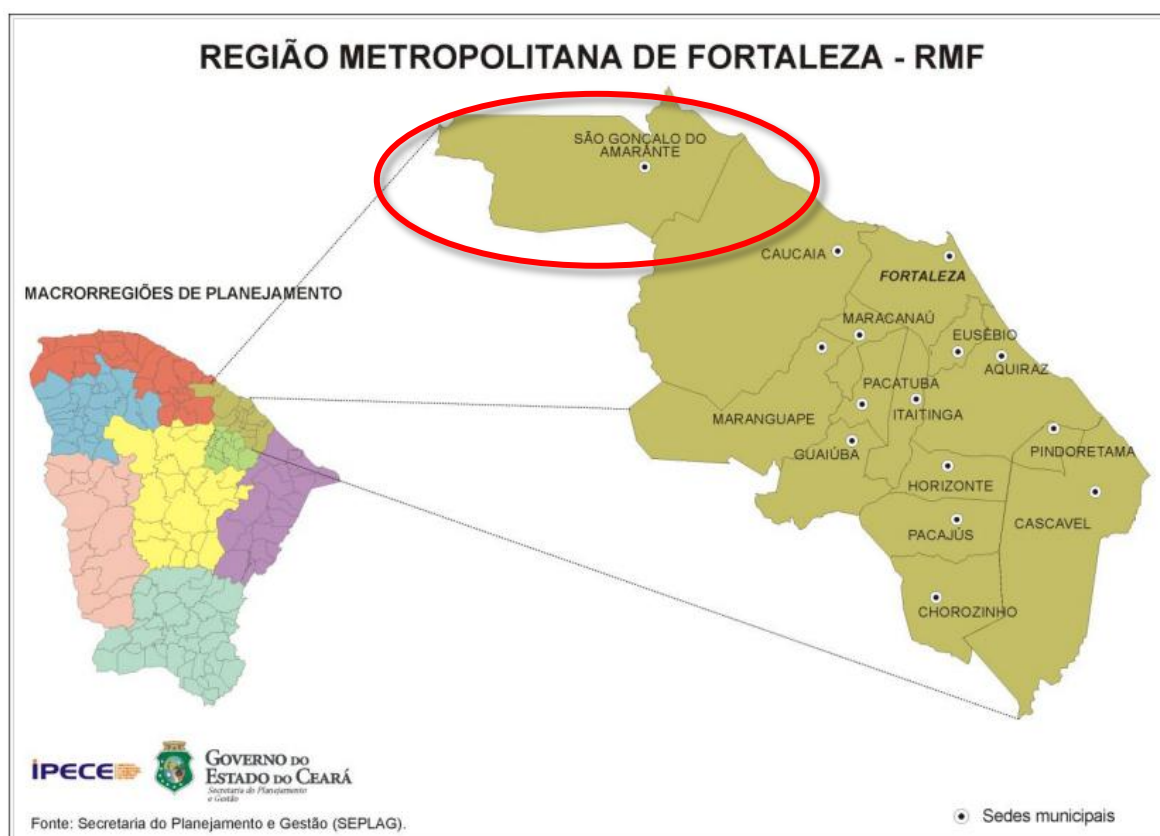


Figura 5. Região metropolitana de Fortaleza

O fato do município de São Gonçalo do Amarante localizar-se na região metropolitana de Fortaleza é ruim, pois a contribuição estatística da capital é expressiva. Para minimizar esse viés, excluiu-se a participação do município de São Gonçalo do Amarante nesta macrorregião.

2) macrorregião Litoral Oeste (18.237,9 km²), visualizada na figura 6 é composta pelos municípios: Acaraú (842,9 km²); Amontada (1.179,6 km²); Apuiarés (544,7 km²); Barroquinha (383,4 km²); Bela Cruz (841,7 km²); Camocim (1.123,9 km²); Chaval (238,2 km²); Cruz (334,8 km²); Granja (2.697,2 km²); Itapajé (439,5 km²); Itapipoca (1.614,7 km²); Itarema (720,7 km²); Jijoca de Jericoacoara (201,9 km²); Marco (574,1 km²); Martinópole (298,9 km²); Miraíma (699,6 km²); Morrinhos (408,9 km²); Paracuru (303,3 km²); Paraipaba (301,1 km²); Pentecoste (1.378,3 km²); São Luís do Curu (122,4 km²); Tejuçuoca (750,6 km²); Trairi (924,6 km²); Tururu (192,5 km²); Umirim (326,5 km²); Uruburetama (97,1 km²); e Uruoca (696,8 km²).

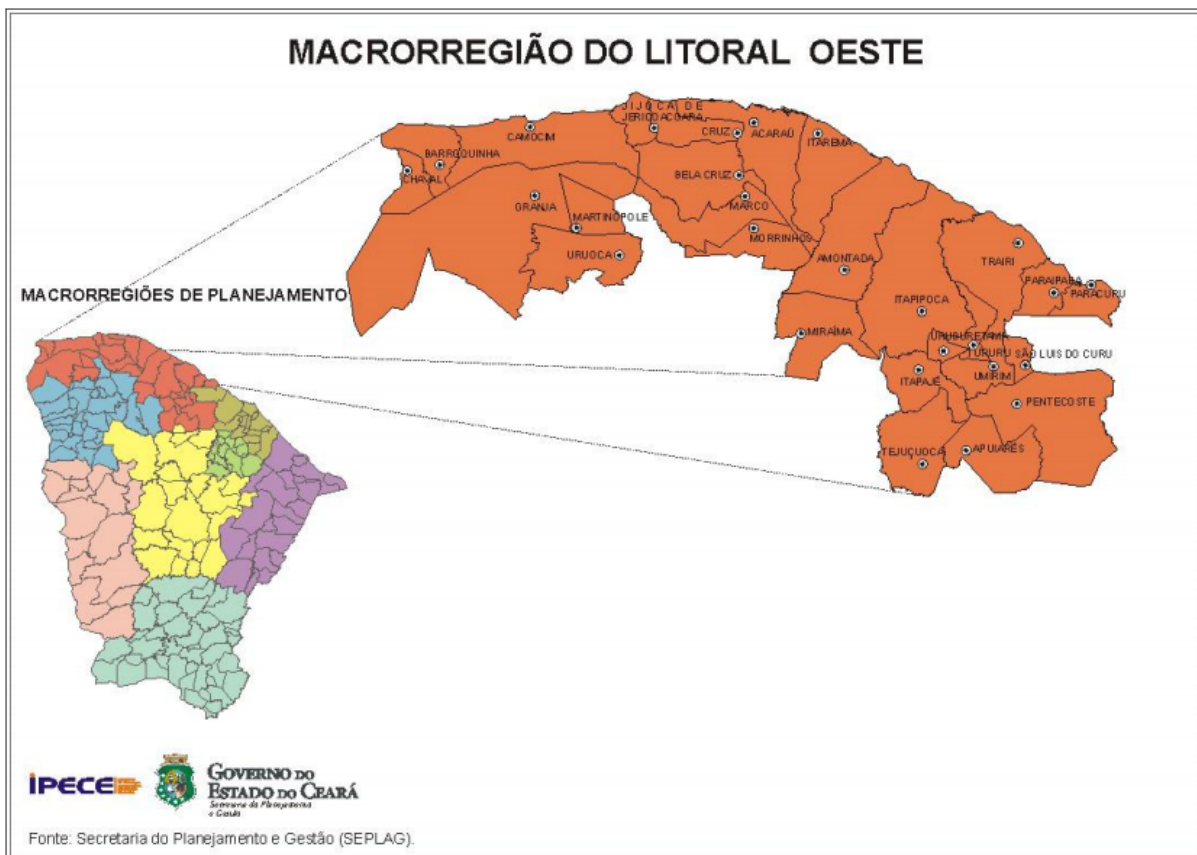


Figura 6. Macrorregião do litoral oeste do Ceará.

4) macrorregião Sertão dos Inhamuns (26.227,3 km²), visualizada na figura 8 é composto pelos municípios: Aiuaba (2.434,4 km²); Ararendá (344,1 km²); Arneiroz (1.066,4 km²); Catunda (790,5 km²); Crateús (2.985,4 km²); Independência (3.218,6 km²); Iraporanga (702 km²); Ipueiras (1.474,1 km²); Monsenhor Tabosa (886,3 km²); Nova Russas (742,8 km²); Novo Oriente (949,2 km²); Parambu (2.303,4 km²); Poranga (1.309,3 km²); Quiterianópolis (1.041 km²); Tamboril (1.961,6 km²); e Tauá (4.018,2 km²).

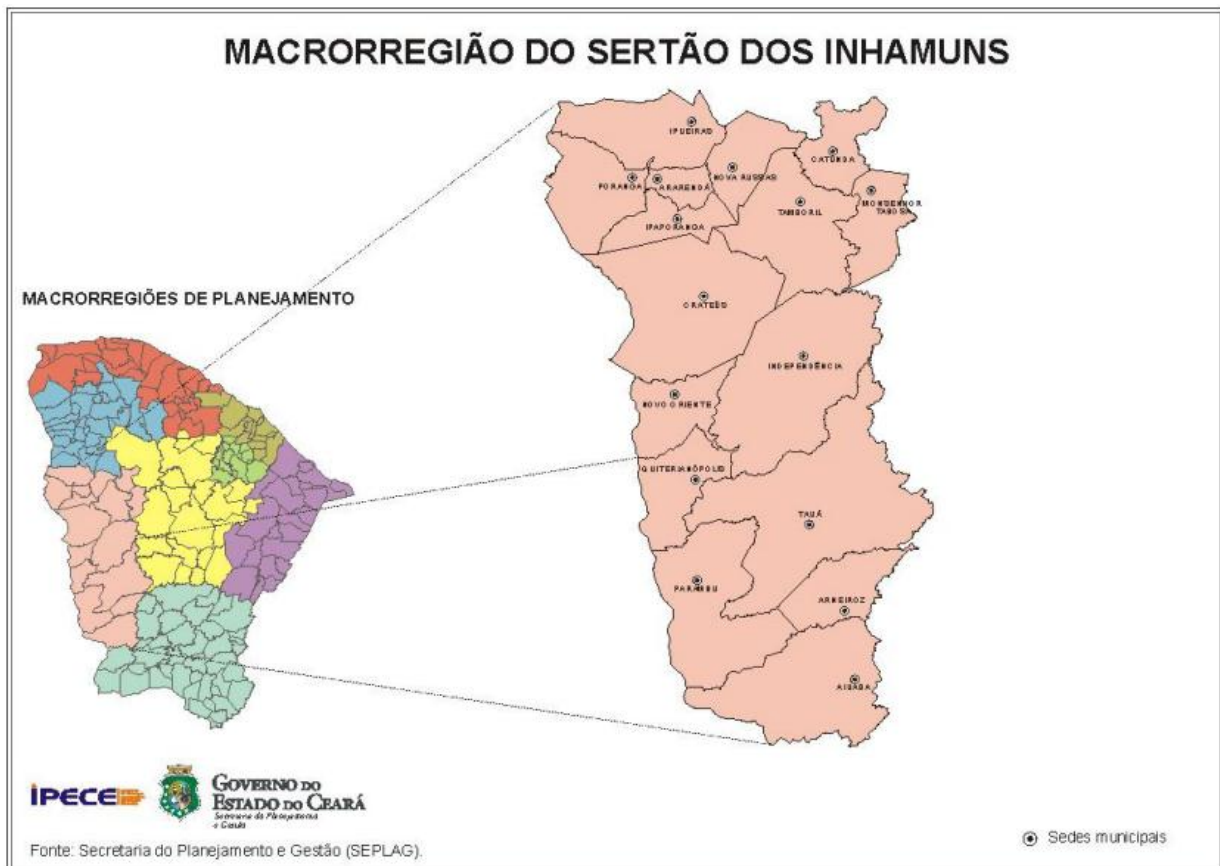


Figura 8. Macrorregião de planejamento do sertão dos Inhamuns.

5) macrorregião Sertão Central (29.683,5 km²), visualizada na figura 9 é composta pelos municípios: Banabuiú (1.080 km²); Boa Viagem (2836,77 km²); Canindé (3.218,4 km²); Caridade (846,4 km²); Choró (815,8 km²); Deputado Irapuan Pinheiro (470,4 km²); General Sampaio (206,2 km²); Ibaretama (877,3 km²); Ibicuitinga (424,2 km²); Itatira (783,3 km²); Madalena (1.034,8 km²); Milhã (502 km²); Mombaça (2.119,5 km²); Paramoti (482,6 km²); Pedra Branca (1.303,3 km²); Piquet Carneiro (587,9 km²); Quixadá (2.019,8 km²); Quixeramobim (3.275,8 km²); Santa Quitéria (4.260,7 km²); Senador Pompeu (1.002,1 km²); e Solonópole (1.536,2 km²).

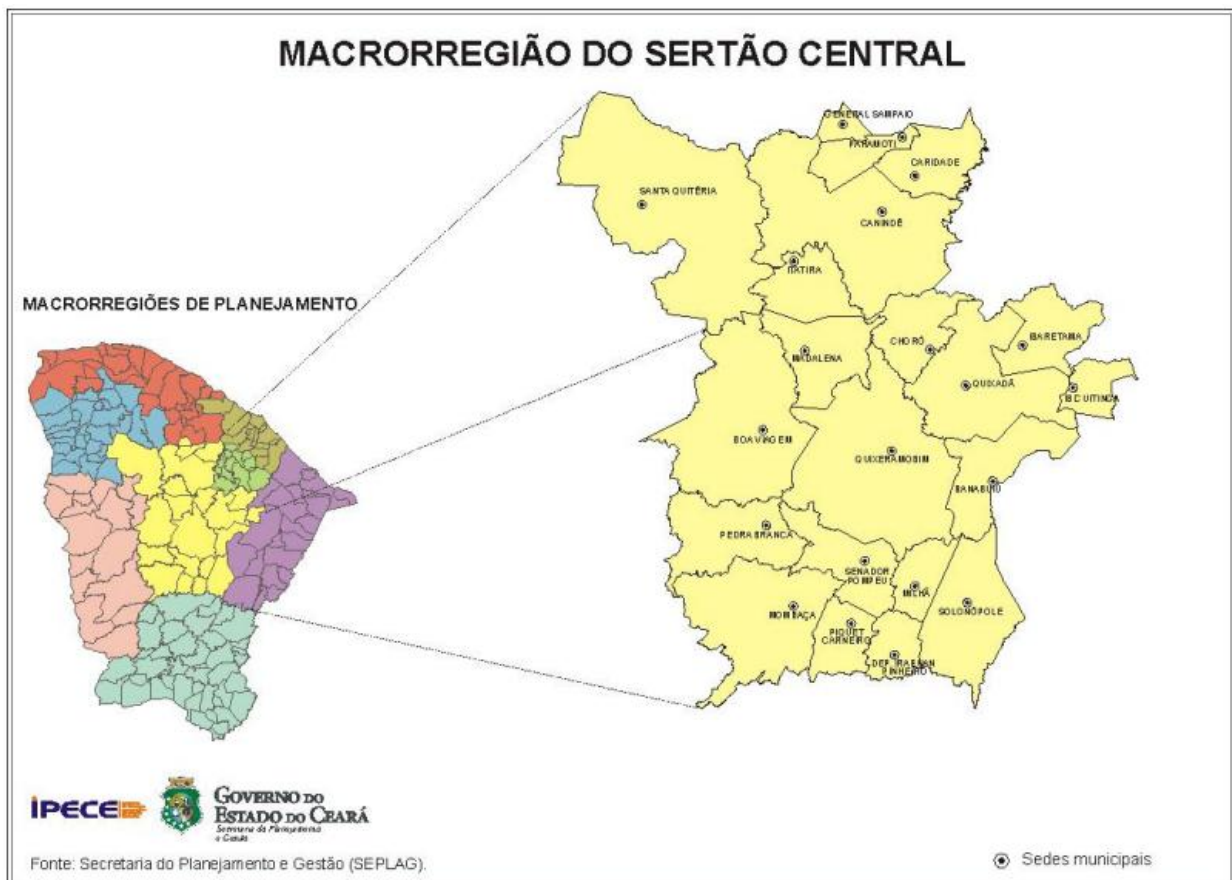


Figura 9. Macrorregião de planejamento do Sertão Central.

6) macrorregião de Baturité (3.707,3 km²), visualizada na figura 10 é composta pelos municípios: Acarape (155,2 km²); Aracoiaba (656,5 km²); Aratuba (142,5 km²); Barreira (245,9 km²); Baturité 308,8 km²); Capistrano (194,8 km²); Guaramiranga (59,5 km²); Itapiúna (588,7 km²); Mulungu (134,6 km²); Ocara (765,4 km²); Pacoti (112 km²); Palmácia (117,8 km²); e Redenção (225,6 km²).

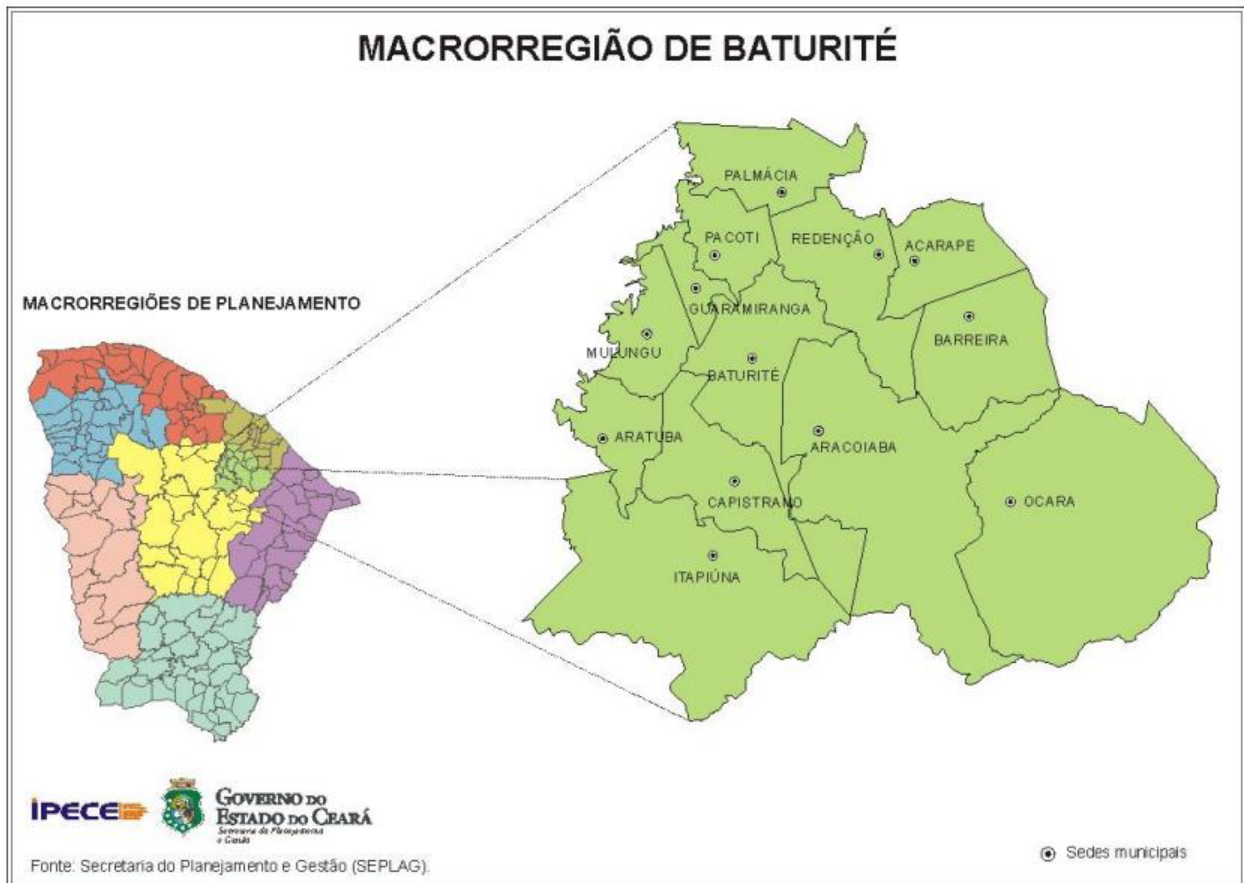


Figura 10. Macrorregião de planejamento de Baturité.

7) macrorregião Litoral Leste/ Jaguaribe (19.643,2 km²), visualizada na figura 11 é composta pelos municípios: Alto Santo (1.338,7 km²); Beberibe (1.616,4 km²); Ererê (382,7 km²); Fortim (280,2 km²); Icapuí (428,7 km²); Iracema (822,8 km²); Itaipaba (209,5 km²); Jaguaretama (1.759,7 km²); Jaguaribara (668,3 km²); Jaguaribe (1.876,8 km²); Jaguaruana (867,3 km²); Limoeiro do Norte (751,5 km²); Morada Nova (2.779,2 km²); Palhano (442,8 km²); Pereiro (432,9 km²); Potiretama (409,2 km²); Quixeré (616,8 km²); Russas (1.588,1 km²); São João do Jaguaribe (280,4 km²); e Tabuleiro do Norte (861,8 km²).

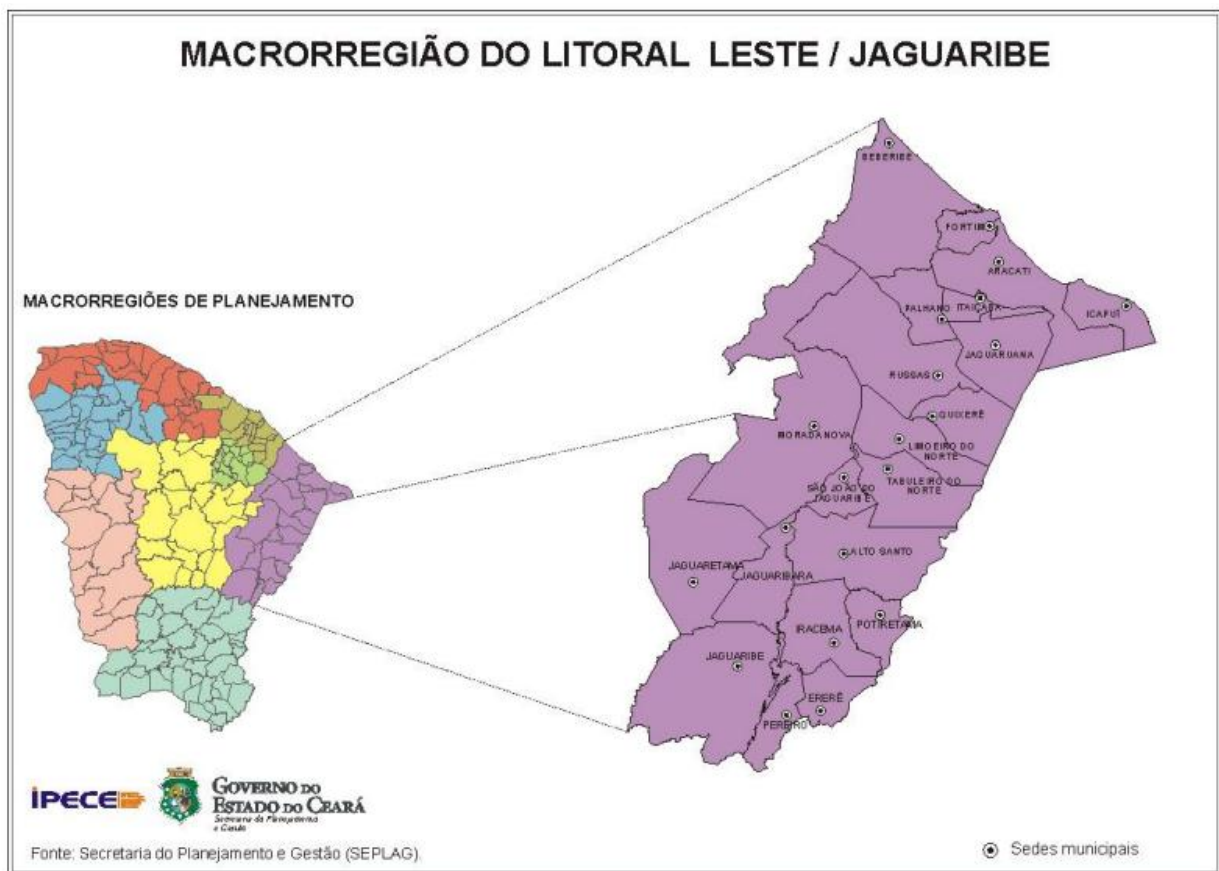


Figura 11. Macrorregião de planejamento do litoral leste/Jaguaribe.

8) macrorregião Cariri/ Centro Sul (28.879,9 km²), visualizada na figura 12 é composta pelo municípios: Abaiara (179,9 km²); Acopiara (2.265,3 km²); Altaneira (73,3 km²); Antonina do Norte (260,1 km²); Aracati (1229,19 km²); Araripe (1.347 km²); Assaré (1.116,30 km²); Aurora (885,8 km²); Baixio (273,7 km²); Barbalha (479,2 km²); Barro (709,7 km²); Brejo Santo (662 km²); Campos Sales (1.082,8 km²); Cariri (623,8 km²); Cariús (146,4 km²); Catarina (1.061,8 km²); Cedro (937,2 km²); Crato (1.009,2 km²); Farias Brito (503,6 km²); Granjeiro (100,1 km²); Icó (948 km²); e Iguatu (486,9 km²); Ipaumirim (273,7 km²); Jardim (457,1 Km²); Jati (312,6 km²); Juazeiro do Norte (248,6 km²); Jucás (937,2 km²); Lavras da Mangabeira (559,8 km²); Mauriti (1.111,9 km²); Milagres (546,6 km²); Missão Velha (651,1 km²); Nova Olinda (284,4 km²); Orós (1.872 km²); Penaforte (190,4 km²); Porteiras (217,6 km²); Potengi (338,7 km²); Quixelô (1.029km²); Saboeiro (1.383 km²); Salitre (899,8 km²); Santana do Cariri (768,8 km²); Tarrafas (454,4 km²); Umari (263,9 km²); e Várzea Alegre (835,7 km²).

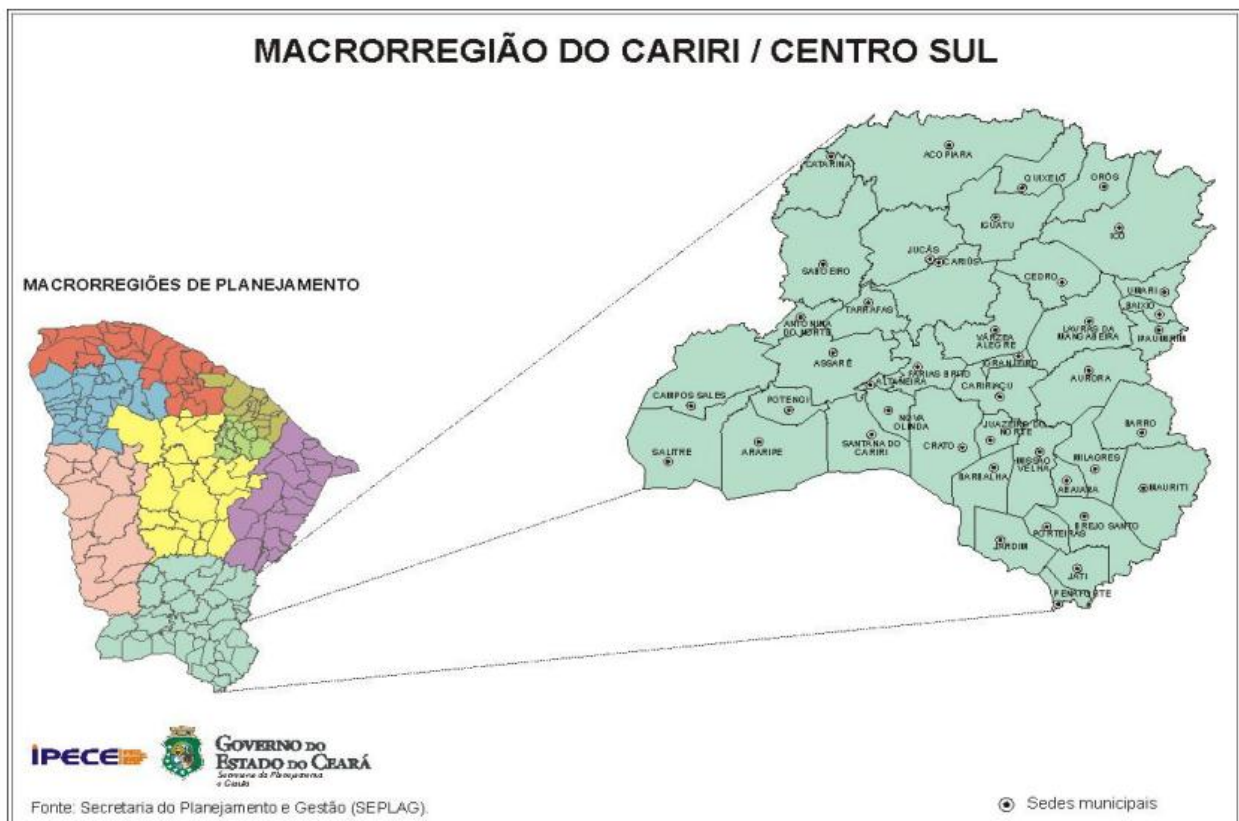


Figura 12. Macrorregião de planejamento do Cariri/Centro Sul.

4.2.3. Seleção dos Indicadores

A seleção dos indicadores de sustentabilidade neste estudo seguiu os Princípios de Bellagio, descritos abaixo. Maiores detalhes sobre a definição adotada para desenvolvimento sustentável, pela escolha da ferramenta utilizada e da área de estudo estão descritas no referencial teórico.

Os Princípios de Bellagio são diretrizes norteadoras de avaliação sobre desenvolvimento sustentável, ou seja, são orientações para a avaliação desde a escolha, o projeto dos indicadores e sua interpretação à comunicação dos resultados, sendo princípios inter-relacionados, que devem ser aplicados de forma conjunta (IISD, 1996). Os dez princípios de Bellagio foram criados de maneira a orientar todas as etapas do processo avaliativo sobre desenvolvimento sustentável, desde a definição dos termos à divulgação dos resultados, sendo úteis tanto para comunidades locais e empresas, quanto para organismos internacionais. São resultado dos esforços de diversos especialistas e pesquisadores do mundo todo, que o Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável – IISD reuniu em 1996, em Bellagio na Itália, com o objetivo de sintetizar a percepção geral sobre os principais aspectos relacionados com a avaliação da sustentabilidade.

Segundo van Bellen (2006), os dez princípios de Bellagio foram formulados com a intenção de serem usados na implementação de projetos de avaliação de iniciativas de desenvolvimento, do nível comunitário até as experiências internacionais, passando pelos níveis intermediários, sendo úteis na orientação para avaliar e melhorar a escolha, utilização, interpretação e comunicação dos indicadores.

Neste contexto, é elucidativo e aceitável apresentar neste capítulo uma análise dos Princípios de *Bellagio* na perspectiva do objeto de estudo: o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, visualizados no quadro 01.

Quadro 1. Princípios de Bellagio

Princípio 01: Guia de visões e metas

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve:

- a. Ser guiada por uma visão clara do desenvolvimento sustentável e metas que definem essa visão.

O primeiro princípio de Bellagio defende que o passo inicial deve ser a determinação do que é desenvolvimento sustentável e as metas que definem esta visão. Para tal,

considera-se adequado manter as definições e diretrizes adotadas pelo Estado, pois são as que norteiam e regulam as atividades no local. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, bem como o *caput* de algumas normas legais se norteiam pela definição de desenvolvimento sustentável presente no Relatório *Brundtland* (1987, apud IBGE, 2010), que o considera como *o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades*. Esta definição, apesar de possuir mérito por ser pioneira e comprometida com novas práticas sociais, apresenta-se muito genérica e permite diversos posicionamentos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE preocupou-se em definir certas arestas do conceito, o que levou ao lançamento, em 2002, da primeira edição da obra intitulada *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para o Brasil*, cujas reedições foram lançadas em 2004, 2008 e 2010. Os indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE, abreviados pela sigla IDS, são organizados em quatro dimensões propostas pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável - CDS, das Nações Unidas - ONU, sendo estas: Ambiental, Social, Econômica e Institucional. Por mais que os IDS se apresentem mais como série histórica do que, efetivamente, como ferramentas que possibilitem aferir valores, estes possuem valores subjetivos implícitos que permitem a análise do que se considera desenvolvimento sustentável para o Estado brasileiro.

A partir da adoção da definição de desenvolvimento sustentável proposta pelo Relatório *Brundtland*, descrito no capítulo anterior, objetiva-se analisar o desenvolvimento obtido pelo município de São Gonçalo do Amarante.

Princípio 02: Perspectiva holística

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve:

- a. Incluir visão do sistema todo e de suas partes;

O segundo princípio de Bellagio se baseia em uma perspectiva holística para avaliação, baseada simultaneamente nos métodos sistêmico e cartesiano, pois conforme enunciado deve incluir visão do sistema todo e de suas partes. Baseado na afirmação anterior pensou-se em analisar o objeto de estudo (município de São Gonçalo do Amarante) segundo as dimensões social, ambiental, econômica e institucional.

- b. Considerar o bem-estar social, bem-estar ecológico e bem-estar econômico dos subsistemas; seu estado atual, tendência e taxa de mudança tanto dos componentes as partes como da interação entre as partes;

Este item do segundo princípio de Bellagio afirma que o bem-estar de todas as dimensões e taxas de mudança devem ser avaliadas. Considera-se este critério subjetivo e de difícil aferição, pois lida com o que seria o primeiro princípio de Bellagio, que é a definição sobre bem-estar. Ainda é polêmica e considerada mutável entre os indivíduos e, mesmo para o mesmo indivíduo, mutável segundo o contexto e tempo. Como critério para a escolha do indicador espera-se que a nítida diferenciação sobre os enfoques neoclássico e sustentável, principalmente nas questões que tratam sobre a percepção de controle ambiental e crescimento pessoal.

- c. Considerar as consequências positivas e negativas da atividade humana de forma a refletir os custos e benefícios para os sistemas humano e ecológico, em termos monetários e não monetários.

Acredita-se que este item está vinculado à própria noção de sustentabilidade, sendo característica inerente a todos os indicadores que se propõe a mensurar o desenvolvimento sustentável. O termo *não monetário* abre espaço para discutir se os princípios se aplicam também a alternativas econômicas que não apenas o desenvolvimento sustentável, a exemplo das economias ecológica e solidária.

Princípio 03: Elementos essenciais

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve:

- a. Considerar a equidade e a disparidade dentro da população atual e entre esta e as futuras gerações, lidando com a utilização de recursos, com o superconsumo e pobreza, direitos humanos e acesso a serviços;
- b. Considerar as condições ecológicas das quais a vida depende;

As condições ecológicas locais são diferenciadas. Segundo o Parecer Técnico 01/09 do Ministério Público Federal (MEIRELES, 2009), as propriedades geológicas, geomorfológicas e pedológicas definem com precisão as geofácies de tabuleiro arenoso, recursos hídricos subterrâneos disponíveis, arranjo paisagístico diversificado, setores com mata de tabuleiro exuberante e potencial de uso sustentado pela comunidade indígena Anacé.

- c. Considerar o desenvolvimento econômico e outros aspectos que não são oferecidos pelo mercado e que contribuem para o bem-estar humano e social.

Novamente, está presente o dilema em se definir bem-estar. Os critérios citados acima serão considerados na escolha do indicador, que deve conter questões referentes às noções de autoaceitação; a sensação de se ter controle sobre o ambiente; a sensação de se viver uma vida cheia de sentido; a busca de crescimento pessoal; relações sociais positivas e autonomia.

Princípio 04: Escopo adequado

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve:

- a. Adotar um horizonte de tempo suficientemente longo para capturar as escalas de tempo humano e dos ecossistemas, atendendo às necessidades das futuras gerações, bem como da geração atual em termos de processo de tomada de decisão no curto prazo;

Espera-se que o indicador selecionado apresente a elaboração de prognóstico dividido

segundo as dimensões ambiental, econômica e social em separado, pois o que se espera identificar no estudo é se o desenvolvimento econômico no local foi seguido por desenvolvimento social e ambiental.

O tempo selecionado para análise foi o período entre 2000 e 2008, pois apresentam boa quantidade de dados secundários divulgados e o espaço de tempo onde a maioria das empresas se instalaram no CIPP.

- b. Definir o espaço de estudo para abranger não apenas impactos locais, mas também o impacto de longa distância sobre pessoas e ecossistemas;
- c. Construir um histórico das condições presentes e passadas para antecipar futuras condições.

Há também a possibilidade da aplicação do índice selecionado segundo a técnica de matriz histórica, que mesmo com menor exatidão do que o indicador aplicado no presente, é viável e confiável. Neste sentido, realizou-se entrevistas com atores sociais diversos, como moradores locais e funcionários do CIPP.

Princípio 05: Foco prático

A avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve ser baseada em:

Macrorregiões de Planejamento

- Um sistema de categorias explícitas ou um sistema organizado que conecte a visão e as metas com os indicadores e os critérios de avaliação, que no caso do CIPP, refletem-se basicamente no desenvolvimento econômico e social do estado;
- Um número limitado de questões-chave para análise, que neste estudo, baseiam-se no atendimento (ou não) das premissas estabelecidas como desenvolvimento sustentável;
- Um número de indicadores ou combinações de indicadores que sinalizem claramente o progresso;
- Um padrão de medidas para permitir a comparação, quando possível;
- Comparação de valores dos indicadores com suas metas, valores de referência, limites ou direção da mudança.

Os princípios 06 -abertura e transparência; 07 - comunicação efetiva; 08 - ampla participação; 09 - avaliação constante; e 10 - capacidade institucional não foram detalhados abaixo porque não compõem a avaliação deste estudo.

Os indicadores selecionados para a confecção do IPDS segundo suas dimensões, descritos no quadro acima, foram selecionados conforme os objetivos deste estudo, ou seja, foram selecionados somente indicadores que tenham relação direta com a implantação do CIPP no município. A triagem também envolveu o fator temporal, ou seja, dados divulgados para os anos de 2000 e 2008, para todos os municípios cearenses. O recorte temporal buscou a avaliar as situações “antes” e “após” a implantação do CIPP.

Os indicadores de sustentabilidade selecionados foram agrupados dimensões descritas a seguir:

Dimensão ambiental

Os indicadores selecionados para o cálculo da dimensão ambiental objetivam destacar aspectos ambientais relacionados diretamente ao CIPP, de maneira a indicar políticas e ações de desenvolvimento neste quesito. Escolheram-se três variáveis utilizadas como indicadores, descritas a seguir, no quadro 02.

Quadro 2. Indicadores selecionados para dimensão ambiental

INDICADOR	MOTIVAÇÃO	RELAÇÃO COM IPDS	FONTE
Área explorável utilizada/área total (%)	Quanto maior a relação área explorável utilizada/área total, maior a utilização de espaços, ou seja, maior a propensão à degradação do ambiente natural, uma vez que demonstra redução na área destinada à preservação.	Negativa	INCRA
Área protegida / área total do município (%)	Percentual de área pertencente a alguma das categorias de unidade de conservação, seja de âmbito federal, estadual, municipal ou particular, em relação à área total do município. Relação positiva, ou seja, quanto maior o número de áreas protegidas, melhor para o desenvolvimento local.	Positiva	IBAMA SEMACE
Quociente locacional de energia rural (%)	Razão entre a participação do consumo de energia elétrica rural municipal no consumo de energia elétrica total do município. Se esta razão for maior que um, indica que o município tem um percentual de consumo de energia rural superior ao percentual do consumo médio de energia rural do Estado.	Positiva	COELCE

Dimensão econômica

Os cinco indicadores descritos abaixo, no quadro 03, compõem a dimensão econômica e relacionam-se diretamente com a implantação do CIPP no município. Sabe-se que a visão tradicional de desenvolvimento prioriza esta dimensão e que, o diferencial primordial do termo desenvolvimento sustentável é a priorização equitativa entre esta e as outras dimensões, a exemplo da social, ambiental e institucional.

Quadro 3. Indicadores selecionados para dimensão econômica.

INDICADOR	MOTIVAÇÃO	RELAÇÃO COM IPDS	FONTE
Valor da produção vegetal/total estadual (%)	Considerou-se este indicador como positivo, pois a independência, segurança e soberania alimentar é requisito cada vez mais valoroso nos estudos sobre desenvolvimento.	Positiva	IBGE
Valor da produção animal / total estadual (%)	Considerou-se este indicador como positivo, pois a independência, segurança e soberania alimentar é requisito cada vez mais valoroso nos estudos sobre desenvolvimento.	Positiva	IBGE
Receita orçamentária <i>per capita</i> (R\$)	Parcela da receita orçamentária municipal destinada aos cuidados básicos de cada habitante.	Positiva	TCM
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)	É o valor monetário dos bens e serviços finais produzidos por habitante. Considera-se este como positivo, pois a riqueza monetária não é sinônimo de degradação ambiental, social ou institucional.	Positiva	IPECE
PIB industrial / PIB total	Apesar de esta relação ser polêmica considerou-se como positiva, pois é um dos objetivos do PDS para o município. Ressalta-se que são válidas as críticas em relação à instabilidade financeira que esta relação causa.	Positiva	IPECE

Dimensão institucional⁴

Os indicadores da dimensão institucional referem-se, basicamente, à infraestrutura de apoio e oferta de bens e serviços à população, composto por cinco variáveis. Os indicadores descritos no quadro 04 são, geralmente, descritos como sociais, contudo, discorda-se desta definição, pois estes correspondem à funções do Poder Público presentes entre os direitos fundamentais na Carta Magna brasileira.

Quadro 4. Indicadores selecionados para dimensão institucional.

INDICADOR	MOTIVAÇÃO	RELAÇÃO COM IPDS	FONTE
Leitos por mil habitantes (% ₀)	Indica a quantidade de leitos hospitalares do SUS disponíveis para cada grupo de mil habitantes. Obviamente, esta relação é positiva, pois quanto mais leitos, melhor o desempenho do Poder Público.	Positiva	SESA IBGE
Médicos por mil habitantes (% ₀)	Indica o número de médicos que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para um contingente de mil habitantes. Quanto maior a cobertura médica, melhor o desempenho.	Positiva	SESA IBGE
Abastecimento de água adequado/pop. total (%)	Indica o percentual da população beneficiada com água adequada (ligada à rede geral) em relação à população total.	Positiva	SEINFRA
Domicílios com energia elétrica/ total (%)	Participação percentual dos domicílios com energia elétrica em relação ao total de domicílios.	Positiva	COELCE
Rede rodoviária pavimentada /rede rodoviária do munic.(%)	Extensão da rede rodoviária pavimentada (federal + estadual + municipal) em relação à rede rodoviária do município. Este indicador foi considerado como positivo, pois o melhor acesso facilita a locomoção da comunidade.	Positiva	DERT

⁴ Optou-se pela não adoção de indicadores como ‘coeficiente de proximidade’ (medida do grau de proximidade do município com Fortaleza), por acreditar-se que o desenvolvimento sustentável se faz, também, pela descentralização dos centros financeiros e produtivos ao longo das regiões.

Dimensão social

Este grupo pretende mensurar o nível de desenvolvimento em relação às condições sociais. Para a construção desse índice foram utilizadas informações sobre os padrões de acesso e utilização dos serviços nas áreas de educação, saúde e saneamento em seis variáveis, descritos a seguir, no quadro 05.

Quadro 5. Indicadores selecionados para dimensão institucional.

INDICADOR	MOTIVAÇÃO	RELAÇÃO COM IPDS	FONTE
Densidade demográfica (hab/km ²)	Razão entre a população total e a área do município. Considerou-se esta como negativa, pois seu aumento acompanha-se de degradação ambiental e maior risco de endemias.	Negativa	IBGE
Taxa de urbanização (%)	Proporção da população urbana em relação à população total. O conceito de população urbana utilizado é do IBGE, ou seja, considera-se como urbana a população residente em sedes de municípios, distritos e vilas. Considera-se esta como positiva pois segue-se acompanhada de melhorias sanitárias etc.	Positiva	IBGE
Ocorrências policiais por mil habitantes (‰)	Proporção de ocorrências policiais por município em relação ao número total de habitantes. Visa mensurar o grau de violência a que a população encontra-se exposta. As ocorrências dividem-se em homicídio, lesão corporal, roubo e furto. Apresenta relação obviamente negativa.	Negativa	SSPDS
Taxa de distorção idade/série no ensino médio público (%)	Relação percentual entre a idade apresentada pelos alunos por série e a idade estabelecida como ideal por série. Quanto maior a distorção, pior a administração do ensino público local.	Negativa	SEDUC
Cooperativas ativas por município (‰)	Número de cooperativas ativas por município em relação ao número total de habitantes. As cooperativas são classificadas como de atividade agropecuária, produção, infraestrutura, educacional, crédito, habitacional, consumo, mineração, trabalho, transporte ou saúde.	Positiva	OCB
Taxa de escolarização no Ensino Médio (%)	Indica a percentagem de matrículas da população de 15 a 17 anos no Ensino Médio em relação à população na mesma faixa etária.	Positiva	SEDUC

4.2.4. Construção do Índice de Propensão ao Desenvolvimento Sustentável - IPDS

A construção do Índice de Propensão ao Desenvolvimento Sustentável – IPDS ocorreu a partir da análise dos indicadores presentes em estudos governamentais, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM, elaborado para o estado do Ceará.

Acredita-se que o IPDS seja adequado para a análise proposta por três razões:

- a) foi elaborado tendo como base as dimensões adotadas pelo IBGE, o que o torna o mais próximo da definição teórica que o governo toma como desenvolvimento sustentável;
- b) teve como base de dados as informações disponibilizadas pelos órgãos e entidades do Poder Público local; e
- c) buscou indicadores relacionados às metas do CIPP propostas no PDS estadual.

Os indicadores selecionados para a confecção do IPDS segundo suas dimensões são descritos nos quadros abaixo. Estes foram selecionados conforme os objetivos deste estudo, ou seja, foram selecionados somente indicadores que tenham relação direta com a implantação do CIPP no município. A triagem também envolveu o fator temporal, ou seja, dados divulgados para os anos de 2000 e 2008, para todos os municípios cearenses.

4.2.4.1. Padronização dos indicadores

Após a seleção dos indicadores, é necessário que se faça a padronização destes, de maneira a torná-los adimensionais em escala variável de 0 (zero) a 1 (um), onde “zero” significa o pior situação possível e “um” significa a melhor situação possível. A expressão adotada para tal cálculo é a mesma utilizada pela UNESCO para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, conhecido como IDH:

$$I_{pji} = \frac{I_{ji} - I_{jr}}{I_{jm} - I_{jr}} \quad \text{Equação 1}$$

Sendo:

I_{pji} = Valor padronizado do indicador j no i -ésimo município;

I_{ji} = Valor do indicador j no i -ésimo município;

I_{jr} = Valor do indicador j no município em pior situação relativamente às demais; e

I_{jm} = Valor do indicador j no município em melhor situação relativamente às demais.

4.2.4.2. Cálculo dos sub-índices

Os cálculos dos sub-índices referentes a cada dimensão foram realizados por meio da expressão abaixo, segundo bibliografia de Hair et al (2005):

$$I_{wi} = 1/n \sum I_{pji} \quad \text{Equação 2}$$

Sendo:

I_{wi} = Índice no i -ésimo município cearense, correspondente a dimensão w ;

i = municípios cearenses (1, ..., 184);

j = indicadores analisados (1, ..., n) na dimensão w ; e

w = dimensão de sustentabilidade (1, ..., 4).

Os índices foram calculados inicialmente para cada município. Em seguida, foi calculado o índice para cada uma das oito macrorregiões. O índice de cada macrorregião corresponde à média aritmética dos índices dos municípios aí inseridos.

Os índices foram calculados inicialmente para cada município. Em seguida, foi calculado o índice para cada uma das oito macrorregiões. O índice de cada macrorregião corresponde à média aritmética dos índices dos municípios aí inseridos.

Os índices calculados assumiram valores compreendidos de zero a um. Optou-se por estabelecer o seguinte critério de classificação, conforme Parente, Khan e Lima (2011):

- | | |
|---|--------------------------|
| a) Baixo nível de desenvolvimento na dimensão w | $0 \leq I_{wi} \leq 0,5$ |
| b) Médio nível de desenvolvimento na dimensão w | $0,5 < I_{wi} \leq 0,8$ |
| c) Alto nível de desenvolvimento na dimensão w | $0,8 < I_{wi} \leq 1$ |

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados baseados em dados oficiais constituem um valioso método por analisar de que maneira o Poder Público encara a realidade local e norteia suas ações. Após a elaboração das quatro dimensões que compõem do índice, foram triados os dados secundários referentes a todos os municípios cearenses nos anos de 2000 e 2008. Após o tratamento dos dados segundo o método exposto, estes foram alocados segundo as macrorregiões de planejamento oficiais, fato que permitiu a comparação do desenvolvimento entre estes e o município de São Gonçalo do Amarante, bem como em escala temporal. Estas comparações tiveram o intuito de demonstrar como se processam as políticas públicas, ou seja, aproveitou-se a oportunidade para avaliar os resultados dos planejamentos estratégicos determinados pelo Poder Público.

Para corroborar as análises dos índices, foram realizadas entrevistas com funcionários do CIPP e com membros da população residente no município, as quais são apresentadas no final do capítulo

5.1. A PROPENSÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Nesta seção, buscou-se comentar o desempenho das dimensões em escala temporal, ou seja, avaliar aspectos ambientais, econômicos, institucionais e sociais relacionados ao CIPP ao longo de quase uma década de sua implantação.

As análises compartimentalizadas por dimensões e indicadores facilitam a compreensão do padrão de desenvolvimento que se segue, contudo, é válido ressaltar que os indicadores influenciam uns nos outros e são interdependentes.

5.1.1. Dimensão Ambiental

Conforme é possível visualizar na tabela 1, houve um retrocesso na dimensão ambiental em São Gonçalo do Amarante entre os anos 2000 e 2008. Este resultado é decorrente da política de industrialização dos governos estadual e municipal, que não investem nem cobram de particulares investimentos em melhorias tecnológicas que favoreçam a dimensão ambiental, a exemplo do uso de cimentos ecológicos, matrizes energéticas renováveis descentralizadas, determinação de áreas a serem protegidas etc.

Tabela 1. Dados da dimensão ambiental em São Gonçalo do Amarante nos anos de 2000 e 2008.

Ano	IA	Área explorável utilizada /Área dos imóveis (%)	Área protegida / Área total (%)	Consumo de energia rural / total (%)	Ranking
2000	0,28	66,15	0,75	40,5	45
2008	0,20	84,38	0,75	3,87	116

Fonte: Dados da pesquisa.

A área utilizada em relação à área total municipal aumentou consideravelmente nestes oito anos, não só devido à instalação do parque industrial, como também pelo aumento da construção civil para moradia dos trabalhadores ali instalados. Infelizmente, o percentual de áreas protegidas – públicas ou particulares – não aumentou neste período. Sugere-se que os órgãos licenciadores de empreendimentos da região adicionem a proteção de áreas para as concessões ambientais.

Não houve aumento na relação área protegida/ área total. Este resultado se vincula ao CIPP, a partir do momento que é função do Poder Público estipular, por meio de licenciamento ambiental, as ações compensatórias pelos danos ambientais causados pela atuação empresarial. A determinação de áreas a serem protegidas é amparada legalmente e, curiosamente, é de habitual determinação das Superintendências para empreendimentos de médio porte, concluindo-se que deveria ser cobrada também, para empreendimentos de grande porte instalados no Complexo.

O quociente de energia rural, ou seja, a relação entre energia demandada pelo meio rural sobre a energia demandada total caiu vertiginosamente. Acredita-se que este indicador reflete claramente o vertiginoso aumento da demanda energética local derivada do parque industrial, localizado no denominador da relação percentual. Este resultado é considerado negativo do ponto de vista ambiental, dada à natureza da matriz energética pensada, com a implantação de duas usinas termoeletricas movidas a carvão mineral no CIPP, ao invés do fomento de pequenas usinas descentralizadas de energia eólica e solar, abundantes na região.

Os municípios foram ranqueados, como forma de avaliação, ou seja, os municípios foram ordenados por ordem decrescente de desempenho em cada dimensão⁵, para compor o *ranking* geral. Como é possível visualizar na tabela 01, o município caiu da 45ª para 116ª posição em oito anos, considerando-se os indicadores relacionados mais diretamente ao CIPP.

Como conclusão deste tópico, afirma-se que o CIPP contribuiu de maneira negativa à dimensão ambiental do município de São Gonçalo do Amarante entre os anos 2000 e 2008. Medidas como proteção de áreas, adoção de matrizes energéticas renováveis e descentralizadas por empreendimento e a criação de Plano Diretor municipal para otimização do uso da área explorável certamente reverteriam a situação em que se encontra a dimensão ambiental no município devido à implantação do CIPP. Além disso, é importante reforçar a capacidade de gestão ambiental por meio da criação de Conselho Municipal do Meio Ambiente, Fundo Município de Meio Ambiente, e adoção de instrumentos como licenciamento ambiental de impacto local, inexistentes no município e a adoção de ações eficazes por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

⁵ Município na posição 1 do *ranking* corresponde ao que obteve maior valor do índice, ou seja, maior propensão ao desenvolvimento sustentável na dimensão analisada

5.1.2. Dimensão Econômica

Como visualizado na tabela 2, o desempenho econômico de São Gonçalo do Amarante se desenvolveu positivamente entre os anos de 2000 e 2008, o que era de se esperar, dado o propósito do CIPP.

Tabela 2. Dados da dimensão econômica em São Gonçalo do Amarante nos anos de 2000 e 2008.

Ano	IE	Produção vegetal mun /estadual %	Produção animal mun /estadual %	Receita orçamentária per capita R\$	PIB industrial/ PIB total %	PIB per capita R\$	Ranking
2000	0,16	0,41	0,19	368,15	8,86	1563,56	82
2008	0,31	0,6	3,41	1380,00	19,34	3081,00	14

Fonte: Dados da pesquisa.

Como é possível visualizar, a produção vegetal decresceu e a produção animal aumentou quase dez vezes nestes anos. Supõe-se – contudo, sem respaldo científico - que este cenário ocorreu devido ao aumento no setor de serviços de restaurantes para atender os funcionários do CIPP e a relação econômica direta, já que o valor de carne é muito superior ao valor de vegetais (por peso, por exemplo).

A receita orçamentária *per capita* apresentou um tímido reajuste, não condizente com o aumento na arrecadação de impostos. Boa parte das empresas que se instalaram no complexo tem direito à isenção de impostos por cinco ou dez anos, contudo, os quase hum bilhão de reais utilizados para a implantação do CIPP, deveriam ter destinado parte para o melhoramento de setores básicos como educação, saúde e infraestrutura sanitária, condições essenciais ao desenvolvimento sustentável, a serem financiadas pela receita orçamentária.

A relação PIB industrial sobre o PIB total ainda é controversa. Há quem defenda que, quanto maior esta favorece ou prejudica o desenvolvimento sustentável. Parte-se do pressuposto que as duas análises apresentam argumentos plausíveis, contudo, adotou-se esta relação como positiva, por ser o aumento desta relação uma das metas presentes no PDS estadual para o município. Mesmo considerando-se esta relação como positiva, a mesma apresentou um desenvolvimento de 155,5% em relação ao ano de 2000, reajuste não visualizado em nenhum outro indicador. Acredita-se que este deveria ser refletido na receita orçamentária *per capita*, no PIB *per capita* e em outras variáveis de renda e consumo populacionais.

Como é possível visualizar em relação ao PIB *per capita*, este apresentou crescimento de 50%, que pode ser considerado irrisório frente ao crescimento do PIB industrial perante aos outros setores. Este reajuste - 3 vezes inferior ao PIB industrial - reflete o desenvolvimento tradicional brasileiro, onde há concentração dos lucros. Apesar dos resultados positivos e satisfatórios, este desenvolvimento não apresenta padrão sustentável, cuja premissa básica e principal é o desenvolvimento equitativo das diversas relações apresentadas.

No *ranking* gerado para os municípios, segundo a dimensão econômica nos anos de 2000 e 2008, São Gonçalo do Amarante avançou 68 posições, como é possível visualizar na tabela 1.

5.1.3. Dimensão Social

Os indicadores sociais selecionados para análise apresentaram os resultados esperados, como o aumento da densidade demográfica e suas consequências, não só nesta dimensão, como se destaca também sua influência na dimensão ambiental. A tabela 3 permite uma análise compartimentalizada dos indicadores.

Tabela 3. Dados da dimensão social em São Gonçalo do Amarante nos anos de 2000 e 2008.

Ano	IS	Dens. Demográfica hab/km ²	Urbanização%	Ocorrências policiais/hab‰	Distorção idade/série %	Cooperativas ativas/hab‰	Escolarização%	Ranking
2000	0,59	30,10	31,63	0,56	49,4	0,00	100	145
2008	0,65	102,26	63,49	1,07	20,04	0,09	54,11	67

Fonte: Dados da pesquisa

A densidade demográfica de São Gonçalo do Amarante mais que triplicou nestes oito anos, espaço de tempo relativamente curto para tamanha proporção. Esta explosão demográfica afeta diretamente outros indicadores como área explorável utilizada e acredita-se que por esta não ser gerenciada pela elaboração e execução de um Plano Diretor para o município, em breve apresentará colapsos sociais, como processos de favelização e marginalização.

A taxa de urbanização, ou seja, a quantidade de pessoas residentes na sede do município em relação ao total de pessoas duplicou neste período. Esta é uma consequência direta da implantação do CIPP, sendo considerada como positiva ao desenvolvimento sustentável por ser, geralmente, acompanhada da instalação de melhores condições sanitárias, como acesso à rede de esgotos e água, indicadores classificados como institucionais, abaixo.

O número de ocorrências policiais; categorizadas em homicídio, lesão corporal, roubo e furto; duplicou neste período. A discussão sobre violência merece estudos amplos e detalhados, contudo, pode-se resumir que este impacto negativo deve-se, em grande parte, à concentração de renda – visualizada entre os PIBs industrial e PIBs *per capita*; à alta densidade demográfica em espaços concentrados; e à falta de acesso a serviços básicos como saúde e educação.

Felizmente, a taxa de distorção idade/série no ensino público no município caiu pela metade, ou seja, os alunos estão conseguindo acompanhar o conteúdo transmitido. Acredita-

se que o CIPP tenha influência nesta questão, pois grande parte das contratações requer diplomas de nível fundamental ou médio. Curiosamente, a taxa de escolarização no ensino médio público no município, ou seja, a quantidade de alunos matriculados para a quantidade de residentes em idade apropriada no município caiu quase pela metade. A hipótese levantada para esta questão é: a população termina o ensino fundamental e imediatamente procura emprego em empresas do Complexo, o que em curto prazo lhes oferece renda. Contudo, em longo prazo apresenta efeito nocivo, pois a população condiciona-se a ocupar cargos chamados comumente de subempregos por não necessitarem de formação mais avançada e técnica.

O número de cooperativas ativas apresentou pequeno aumento, contudo positivo, por ser este sistema considerado sustentável e estável. Estas são classificadas como de atividade agropecuária, produção, infraestrutura, educacional, crédito, habitacional, consumo, mineração, trabalho, transporte ou saúde.

5.1.4. Dimensão Institucional

Observou-se por meio dos indicadores econômicos e sociais que houve um aumento na população, número de indústrias etc. provenientes do plano governamental de implantação do CIPP.

As consequências esperadas neste cenário incluem, dentre outras, o aumento nos serviços básicos prestados nas esferas governamentais e elaboração de Plano Diretor para o município. No entanto, a análise dos indicadores institucionais, visualizados na tabela 4 aponta que na área da saúde não houve acréscimo no número de médicos disponíveis às demandas populacionais, apenas de leitos. Este cenário demonstra claramente a falta de raciocínio logístico do Poder Público para a implantação do CIPP.

Tabela 4. Dados da dimensão institucional em São Gonçalo do Amarante nos anos de 2000 e 2008.

Ano	II	Leitos/ hab %o	Médicos /hab. %o	Abastecimento de água adequado %	Domicílios com energia elétrica %	Rede pavimentada/ área municipal %	Ranking
2000	0,45	1,79	1,61	52,83	96,79	0,43	33
2008	0,36	1,6	0,64	67,41	77,79	0,11	89

Fonte: Dados da pesquisa

O resultado geral apresentado pelo Índice Institucional mostra decréscimo de desenvolvimento no período analisado. Acredita-se que este resultado deve-se, principalmente, ao fato das ações institucionais preocuparem-se somente com a atração de empresas para o Complexo, sem pensar na logística estrutural e demandas que esta atração causa. Como esperado, o município passou da 33ª para a 89ª posição no *ranking* institucional municipal entre os anos de 2000 e 2008, dado gerado para a confecção do II.

Houve aumento no fornecimento adequado de água para a população. O problema aqui visualizado ainda não aparece numericamente, pois se trata da concessão de uso das águas do município para as empresas do grupo MPX por nada menos do que metade do preço pago pela população, como medida atrativa de empreendimentos (FERNANDES, 2008). A abrupta queda no número de domicílios em energia elétrica deixa clara, mais uma vez, a falta de um Plano Diretor, bem como se pode afirmar que é o início do processo de favelização destas moradias e de marginalização da comunidade presente no local.

O curioso decréscimo da rede rodoviária pavimentada em relação à área total explica-se pelo fato da maior quantidade de estradas e rodagens não pavimentadas criadas entre os anos 2000 e 2008. Deve-se, naturalmente, à industrialização local e ao aumento da densidade demográfica no município.

5.2. ANÁLISE COMPARATIVA DO MUNICÍPIO *VERSUS* MACRORREGIÕES

5.2.1. Análise Comparativa da Dimensão Ambiental

Conforme visualizado na tabela 05, a dimensão ambiental no município de São Gonçalo do Amarante apresentou um decréscimo acentuado no desenvolvimento ambiental, o que reflete a despreocupação do planejamento do CIPP com a questão ambiental. Este é compreensível dada à estrutura pensada pelo Poder Público para abrigar o Complexo Industrial. Há diversos estudos na área de engenharia, arquitetura e urbanística chamadas “verdes” que pensam projetos urbanísticos e de engenharia civil de maneira que não agrida o ambiente. Há desde cimentos ecológicos à revestimentos de parede que contribuem para a melhoria da qualidade ambiental, bem como a utilização de energia renovável em células descentralizadas, aproveitamento de material para remodelagem de pisos (chamados de *tiger stone*) etc.

Reforçando o impacto negativo do CIPP sobre o ambiente, uma análise da variação do índice ambiental entre 2000 e 2008 mostra que as maiores perdas ambientais, dados os indicadores selecionados nesta dimensão, ocorreram em São Gonçalo do Amarante (28,6%) e na Macrorregião 1 (25,0%), área do entorno do complexo.

Tabela 5. Comportamento do Índice Ambiental nas macrorregiões de planejamento do Ceará e em São Gonçalo do Amarante (2000-2008).

MUNICÍPIOS	Índice Ambiental		Variação no Período (%)
	2000	2008	
MACRORREGIÃO 01	0,24	0,18	-25,0
MACRORREGIÃO 02	0,27	0,24	-11,1
MACRORREGIÃO 03	0,29	0,25	-13,8
MACRORREGIÃO 04	0,18	0,18	0,0
MACRORREGIÃO 05	0,19	0,18	-5,3
MACRORREGIÃO 06	0,30	0,32	6,7
MACRORREGIÃO 07	0,22	0,21	-4,5
MACRORREGIÃO 08	0,22	0,19	-13,6
São Gonçalo do Amarante	0,28	0,20	-28,6

Fonte: Dados da pesquisa

Como citado anteriormente, sugere-se que os órgãos licenciadores de empreendimentos da região adicionem a proteção de áreas para as concessões ambientais,

bem como exijam do Poder Público a criação de Plano Diretor municipal, para otimização do uso da área explorável certamente reverteriam a situação em que se encontra a dimensão ambiental no município devido à implantação do CIPP.

Infelizmente, tanto os modelos de arquitetura e urbanismo ecológicos como o uso de materiais ecológicos são considerados caros e desnecessários na lógica tradicional de desenvolvimento e, como este é o padrão utilizado na implantação do CIPP, este não pode ser considerado sustentável deste ângulo de análise.

5.2.2. Análise Comparativa da Dimensão Econômica

Por meio da Tabela 6, é possível observar que apenas duas das oito macrorregiões selecionadas e o município de São Gonçalo do Amarante apresentaram desenvolvimento positivo na dimensão econômica. O desempenho em São Gonçalo do Amarante mostrou-se positivamente discrepante dos padrões observados, com seu índice duplicado entre os anos de 2000 e 2008.

Este desenvolvimento econômico do município pode ser explicado pelos subsídios concedidos às empresas, como:

- Diminuição do preço da tarifa de água;
- Desconto de 75% no Imposto de Renda por 10 anos;
- Diferimento de 59% do ICMS (pagar em momento posterior à comercialização da energia); e
- Mecanismos de incentivo para antecipação do início da operação.

Tabela 6. Comportamento do Índice Econômico nas macrorregiões de planejamento do Ceará e em São Gonçalo do Amarante (2000- 2008).

MUNICÍPIOS	Índice Econômico		Variação no Período
	2000	2008	
MACRORREGIÃO 01	0,35	0,34	-2,9
MACRORREGIÃO 02	0,16	0,18	12,5
MACRORREGIÃO 03	0,15	0,18	20,0
MACRORREGIÃO 04	0,15	0,13	-13,3
MACRORREGIÃO 05	0,18	0,14	-22,2
MACRORREGIÃO 06	0,17	0,16	-5,9
MACRORREGIÃO 07	0,22	0,20	-9,1
MACRORREGIÃO 08	0,16	0,13	-18,8
São Gonçalo do Amarante	0,16	0,31	93,8

Fonte: Dados da pesquisa

Apesar do estímulo econômico proporcionado pela implantação do CIPP é importante ressaltar que o município de São Gonçalo do Amarante e demais macrorregiões ainda se encontram com baixos níveis de desenvolvimento na dimensão econômica, com valores inferiores a 0,5.

Estes subsídios para a atração de empresas para o Complexo foram responsáveis pelo aumento da contribuição da dimensão econômica para o IPDS em São Gonçalo do Amarante, que duplicou neste período, sendo que este cenário não foi visualizado em nenhuma macrorregião de planejamento cearense.

5.2.3. Análise Comparativa da Dimensão Social

É relevante lembrar que a região abriga grupos sociais com características diversas, como pescadores, agricultores, indígenas e, atualmente, operários do CIPP, que se estabelecem como novo grupo local inserido em todas as variações de renda. Sugere-se que haja um intenso trabalho por parte do Poder Público de atualização e empoderamento destes grupos, para que estes sejam capazes de inserir aspectos dinâmicos sem perder suas características culturais, das quais devem orgulhar-se.

Tabela 7. Comportamento do Índice Social nas macrorregiões de planejamento do Ceará e em São Gonçalo do Amarante (2000 – 2008).

MUNICÍPIOS	Índice Social		Variação no Período (%)
	2000	2008	
MACRORREGIÃO 01	0,79	0,67	-15,2
MACRORREGIÃO 02	0,65	0,66	1,5
MACRORREGIÃO 03	0,66	0,66	0,0
MACRORREGIÃO 04	0,65	0,68	4,6
MACRORREGIÃO 05	0,66	0,64	-3,0
MACRORREGIÃO 06	0,75	0,66	-12,0
MACRORREGIÃO 07	0,70	0,66	-5,7
MACRORREGIÃO 08	0,65	0,63	-3,1
São Gonçalo do Amarante	0,59	0,65	10,2

Fonte: Dados da pesquisa.

Na tabela 7, observa-se que houve melhoria no Índice Social em São Gonçalo do Amarante e nas macrorregiões 02 e 04. Em relação ao município e ao CIPP, acredita-se que esta se deve: pelo aumento da urbanização (apesar de positivo no índice, a maneira como esta vem ocorrendo requer atenção), pela diminuição da distorção idade/série (o que também requer estudos detalhados, devido ao crescente reconhecimento da classe “analfabetos funcionais”, que possuem o mesmo grau de escolarização dos alfabetizados) e do aumento no número de Cooperativas ativas. Esta dimensão merece diversos estudos aprofundados, bem como planejamentos eficazmente executados pelo Poder Público.

Dos indicadores analisados, o que apresentou maior variação foi a densidade demográfica, fato que deve ser avaliado com atenção pelo Poder Público, pois dele decorrem diversos efeitos ambientais e sociais. Novamente, ressalta-se a necessidade da elaboração e correta execução de Plano Diretor que siga características de urbanismo sustentável.

Alerta-se, também, para a necessidade de averiguação do desempenho dos Indicadores Sociais nas diversas macrorregiões que apresentaram declínio acentuado. Estudos aprofundados sobre os indicadores municipais, certamente fornecerão dados relevantes para estratégias de reversão destes cenários.

5.2.4. Análise da Dimensão Institucional

Nota-se, pelo exposto na tabela 08, que a dimensão institucional apresentou acentuado decréscimo no município de São Gonçalo do Amarante entre os anos de 2000 e 2008, relativamente às macrorregiões estudadas. Vale ressaltar que os indicadores adotados para esta dimensão, a exemplo de oferta de saneamento básico, energia, número de médicos, leitos em diversos estudos são alocados na dimensão social. Optou-se por alocá-los na dimensão institucional por considerar-se que estes são deveres do Poder Público em relação à população.

Tabela 8. Comportamento do Índice Institucional nas macrorregiões de planejamento do Ceará e em São Gonçalo do Amarante (2000 – 2008).

MUNICÍPIOS	Índice Institucional		Variação no Período (%)
	2000	2008	
MACRORREGIÃO 01	0,48	0,49	2,1
MACRORREGIÃO 02	0,33	0,35	6,1
MACRORREGIÃO 03	0,33	0,38	15,2
MACRORREGIÃO 04	0,31	0,37	19,4
MACRORREGIÃO 05	0,33	0,33	0,0
MACRORREGIÃO 06	0,40	0,34	-15,0
MACRORREGIÃO 07	0,38	0,39	2,6
MACRORREGIÃO 08	0,4	0,39	-2,5
São Gonçalo do Amarante	0,45	0,36	-20,0

Fonte: Dados da pesquisa.

O desempenho do município de São Gonçalo do Amarante foi o pior comparado às demais regiões de planejamento cearenses, o que significa que o Poder Público, em especial o municipal e o estadual, estão deixando de atender adequadamente a população local, que ironicamente, apresenta-se em transição decorrente de um planejamento – o Plano de Desenvolvimento Sustentável, PDS, para o Ceará.

Este cenário pode ser facilmente modificado com a correta locação das verbas públicas e atenta vigilância dos poderes fiscalizadores. Acredita-se que, quando adotadas medidas que alavanquem o Índice Institucional, os outros índices também serão impulsionados, pois a melhor oferta nos serviços básicos e melhoria no bem-estar em relação ao ambiente de moradia – por meio de Plano Diretor e Programas residenciais – oferecem resposta nas dimensões ambiental e social. O Poder Público pode também atuar na oferta de cursos

técnicos capacitantes, vinculados ao ensino médio público, como meio de alavancar a dimensão institucional e econômica.

O CIPP NA VISÃO DA POPULAÇÃO AFETADA

Contudo, nem só de dados quantitativos se faz uma pesquisa. Parte-se do pressuposto que variáveis qualitativas, bem como deduções intuitivas por parte de quem acompanha o desenvolvimento local também são válidos instrumentos de análise. Assim, os depoimentos transcritos abaixo são utilizados com o propósito de aprofundamento da discussão.

Fernando*, operador de campo da Usina Termoeletrica Energia Pecém, reside em Fortaleza e diariamente se desloca para trabalhar no município de São Gonçalo do Amarante. Funcionário há quase três anos, relata que neste período acompanhou modificações significativas no local, como crescimento demográfico, econômico, aumento no fluxo de automóveis e caminhões nas estradas e alterações sociais. Considera que estas modificações foram positivas “no lado de melhoras para as pessoas que moram na região e negativa, pois está crescendo desorganizadamente!”. Para ele, desenvolvimento sustentável significa “evoluir de uma forma organizada sem depreciação do ambiente” e conclui a pesquisa afirmando que não considera o desenvolvimento do município de São Gonçalo do Amarante como sustentável, ou seja, o considera insustentável.

Weibe (28 anos), líder da etnia Tapeba, reside em uma aldeia localizada na área direta de influência do CIPP. Segundo ele, “a incidência do Porto nessa área tem trazido consigo significativos impactos na biodiversidade, afetando diretamente a vida das nossas comunidades indígenas, principalmente as comunidades Anacé e Tapeba. Antes da chegada do Porto, as vias que cortam nossas aldeias não possuíam trânsito intenso de veículos. Hoje o que se vê é a passagem constante e permanente de transporte de cargas, muito acidente, inclusive com mortes, incêndios nas matas provocadas pelo cigarro solto por caminhoneiros, entrada constante de pessoas estranhas em nossas comunidades, aumento na poluição sonora e diminuição dos animais em nossas matas.” Sobre o argumento de que o desenvolvimento facilitou o comércio local e o acesso a produtos, ele responde que não mudou de forma significativa, porque as comunidades têm dificuldades em comprar alimentos ou adquirir bens, devido à sua maioria não conseguir se inserir no mercado de trabalho formal. A maioria ainda tira sua sobrevivência da agricultura, pesca, coleta de frutas e crustáceos, artesanato, etc. Ultimamente o cenário tem mudado. Atualmente, há muitas pessoas conseguindo vagas de emprego principalmente nas olarias de tijolos,

construção civil e nos campos de empregos gerados dentro da própria comunidade, seja por meio dos postos de saúde ou escolas indígenas. Considera que o comércio anterior era suficiente e a dificuldade ainda é justamente como acessar os bens e serviços disponíveis. Sobre a vida após o CIPP, respondeu: - Pensando coletivamente, muita coisa piorou pois houve um crescimento significativo nos problemas sociais enfrentados por nossas comunidades. Dentre elas cito o crescimento das práticas de especulação imobiliária e incidência de empreendimentos que causam impactos ao meio ambiente e às nossas famílias. A maioria desses empreendimentos está ligada ao CIPP, tais como: duplicação de rodovias federais, passagem de rodovias estaduais, gasodutos, ferrovia, linhas de transmissão, aquadutos etc. Pensando individualmente, vejo poucas pessoas acessando o campo de empregos que direta ou indiretamente tenha sido criado motivado pelo CIPP. Sobre os tipos de produtos fornecidos pelo maior acesso à área, ele crê que não houve mudanças em sua composição. No entanto, diversos costumes estão começando a enfraquecer. Hoje em dia, os produtos tirados diretamente da natureza já não são mais valorizados. Não há incentivos aos pequenos produtores locais e suas áreas estão sendo muito especuladas. Motivo que vem afastando os produtores locais de suas atividades tradicionais. As facilidades do tal "desenvolvimento", afastam as pessoas da terra e da natureza de suas próprias origens, assim, a identidade de cada pessoa e de um grupo fica fragilizada.

Com relação à saúde e ao atendimento médico, muita coisa mudou. Hoje encontramos os serviços de saúde ainda com precariedade, mas sequer se aproxima do que era antes. Há pouco mais de uma década, tínhamos um índice de mortalidade infantil muito elevado. Há relatos de mulheres gestantes morrerem no momento de parto e muito casos de morte motivada por doenças desconhecidas. Não havia vacinação, acompanhamento de pré-natal e outros serviços. Nesse aspecto as coisas realmente melhoraram, no entanto, práticas tradicionais estão sendo esquecidas e não recebem apoio institucional. Parteiras locais atualmente são quase inexistentes e a prática da medicina tradicional indígena, está deixando de ser praticada. Conclui com uma análise holística da questão, relatando: - Vejo a política do crescimento e desenvolvimento econômico, tratada pelo Estado Brasileiro, como extremamente incoerente, já que o sistema atual busca o mesmo projeto de desenvolvimento trabalhado pelos Estados Unidos e Europa, que se mostrou um projeto falido e que põe em risco o futuro da humanidade. A sobreposição de empreendimentos em terras indígenas, em áreas de preservação ambiental só reforça essa avaliação. Nossos costumes, crenças, tradições e a nossa própria reprodução física e cultural está sendo colocada em risco.

Enquanto uma política desenvolvimentista tradicional avança, nossos territórios continuam em sua maioria sem que haja a sua regularização fundiária. Hoje há um novo formato de colonização no Brasil. Nosso litoral está sendo tomado por estrangeiros que estão instalando seus *resorts* e fazendas de camarão. Enquanto isso nossos idosos, nossas crianças clamam pelo direito à terra e ao mar livre.

6. CONCLUSÃO

Pesquisas possuem limitações humanas, metodológicas e temporais e, por isso, seria arbitrário considera-las como concluídas. Este fato não as desvaloriza, pois a aceitação desta condição permite a assimilação de novas informações e enfoques.

Este estudo concebeu uma série de constatações conceituais como: a (in)definição do termo desenvolvimento sustentável, que enfrenta problemas de ordem epistemológica, político-institucional e teórico-prática; e a impossibilidade do uso padronizado de indicadores, ferramentas extremamente relevantes na avaliação de ações políticas.

O que se espera, segundo o discurso de geração de emprego e renda que motiva os vultosos investimentos na implantação de estrutura física e subsídios para o CIPP, é uma melhoria das outras dimensões como derivadas do aumento do desenvolvimento econômico, pois, há maior arrecadação municipal em impostos e maior poder de compra da população. Parece haver um hiato entre a teoria e prática, pois a lógica descrita acima, típica da escola clássica econômica, não se mostra sustentável na prática. A natureza desta pesquisa não permite elaborar cenários de possível desenvolvimento sustentável a partir dos indicadores, sendo este tema possível para estudos posteriores.

Há inegável crescimento econômico do município de São Gonçalo do Amarante após a implantação do CIPP, por meio da maior arrecadação de tributos e renda para o Estado do Ceará e pela geração de milhares de postos de trabalho locais. Contudo, este crescimento econômico não se mostrou convertido em melhoria na dimensão social, com crescimento populacional desordenado, urbanização precária desproporcional ao crescimento e empregabilidade da população local apenas em empregos de menor qualificação e remuneração. A melhora da dimensão econômica por meio da arrecadação de impostos também não se mostrou compatível na dimensão ambiental. Com isso, é pertinente afirmar que, conforme preconiza a economia neoclássica de desenvolvimento (criticada pela teoria do desenvolvimento sustentável), o CIPP gera satisfação de pequena parcela de interessados, dentre empresários, políticos e profissionais especializados importados para a região.

Conclui-se que o município de São Gonçalo do Amarante apresenta padrão de desenvolvimento não sustentável, fato que poderia ser mitigado caso houvesse um planejamento efetivo e implementado de maneira eficiente.

Sugere-se a adoção de medidas corretivas possíveis, como o ordenamento da urbanização, capacitação profissional de qualidade para população local, implantação de medidas fomentadoras de práticas culturais e econômicas de caráter dinâmico, adoção de tecnologia limpa em todas as áreas de atuação como engenharia, arquitetura, transporte etc.

7. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. **Planos de Desenvolvimento sustentável no Nordeste: uma análise comparativa**. Natal: UFRN, 2000. Mimeografado. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/licitacao/textos_ilza2.pdf> Acesso em: 5/03/2011.
- ARAÚJO, Rogério César Pereira de; FREITAS; Kelly Silva de; ALBUQUERQUE, Robério Lopes de. Impactos socioeconômicos do complexo industrial e portuário do Pecém (CIPP) sobre os pescadores artesanais, São Gonçalo do Amarante-CE. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, **Anais...** Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.
- BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro, IPEA, 1999. (**Texto para discussão nº 630**).
- BARBIER, Edward. The concept of sustainable economic development". **Environnemental Conservation**, 14(2):101-10,1987.
- BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.
- BRISSAC, Sérgio. **A etnia Anacé e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém**. Parecer Técnico nº 01/08. Ministério Público Federal, Fortaleza, 2008.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do Desenvolvimento Sustentável, In: CAVALCANTI, Clovis (org). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1994.
- CARPINTERO. Óscar. **La bioeconomía de Nicholas Georgescu-Roegen**. Barcelona: Montesinos, 2006.
- CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz. **Uma análise sobre a identidade da Biblioteconomia: perspectivas históricas e objeto de estudo**. Olinda: Edições Baluarte, 2010.
- CEARÁ, a. **Planejamento participativo e regionalizado: macrorregião litoral oeste**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.opp.ufc.br/ppa/caderno_litoral_oeste.pdf> Acesso em: 13/2/2011.
- CEARÁ, b. **Planejamento participativo e regionalizado: macrorregião Sobral/Ibiapaba**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.opp.ufc.br/ppa/ibiapaba_web.pdf> Acesso em: 13/2/2011.
- CEARÁ, c. **Planejamento participativo e regionalizado: macrorregião do sertão dos Inhamuns**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.opp.ufc.br/ppa/caderno_inhamuns_web.pdf> Acesso em: 13/2/2011.
- CEARÁ, d. **Planejamento participativo e regionalizado: macrorregião do Sertão Central**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.opp.ufc.br/ppa/caderno_sertao_central_web.pdf> Acesso em: 13/2/2011.
- CEARÁ, e. **Planejamento participativo e regionalizado: macrorregião Baturité**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.opp.ufc.br/ppa/caderno_baturite_web.pdf> Acesso em: 13/2/2011.

CEARÁ, f. **Planejamento participativo e regionalizado: macrorregião do litoral leste/Jaguaribe**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.opp.ufc.br/ppa/caderno_jaguaribe_web.pdf> Acesso em: 13/2/2011.

CEARÁ, g. **Planejamento participativo e regionalizado: macrorregião do Cariri/Centro Sul**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.opp.ufc.br/ppa/caderno_cariri_web.pdf> Acesso em: 13/2/2011.

CEARÁ, **Porto do Pecém**. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/governo-do-ceara/projetos-estruturantes/porto-do-pecem--gnl—siderurgica>>. Acesso em: 2/01/2011.

DELAI, Ivete & TAKAHASHI, Sérgio. Elementos fundamentais para escolha dos Sistemas de Mensuração do Desenvolvimento Sustentável. In: **Seminários em Administração FEA-USP**, 2006, São Paulo. SEM EAD, 2006.

FERNANDES, Kamila. **Ação tenta barrar usina no Ceará**. Folha de São Paulo, São Paulo, 5 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0505200801.htm>> Acesso em: 12/02/2011.

FIORATI, Jete Jane. **A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 e os Organismos Internacionais por ela Criados**. Revista de Informação Legislativa, Brasília 34 n. 133 jan./mar. 1997.

FREIRE, Maria do Carmo Marques. **Desenvolvimento Sustentável e Pobreza: o Farol do Desenvolvimento do Banco do Nordeste em São Gonçalo do Amarante-CE**. Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, 2003. 149 p. (Dissertação de Mestrado).

GALLOPÍN, G. C. Indicators and their use: information for decision-making. In: MOLDAN, B.; BILLHARZ, S. **Sustainability indicators: report of the project on Indicators of sustainable development**. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 1997.

GOODLAND, Robert & LEDOC, G. "Neoclassical Economics and Principles of Sustainable Development". *Ecological Modelling*, 38, 1987.

GUEDES, Marcionila (org.); GUERRA, Lemuel. **Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável**. 2ª ed rev. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. 245p.

HAIR Jr., Joseph. *et al.* **Análise Multivariada de Dados**. 5ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>. Acesso em: 2/06/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, IDACE. **Plano de reassentamento de Pecém**. Fortaleza, 1997.

Interamericano de Cooperação (IICA): Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan, 1998.

International Institute for Sustainable Development, IISD. **Los Principios de Bellagio completo**. Disponível em:

<http://www.iisd.org/measure/principles/progress/bellagio_full_es.asp> Acesso em: 3/06/2011.

JARA, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto

KRUGMAN, Paul. **Desarrollo, Geografía y Teoría económica**. Barcelona: Antoni Bosch, 1995. 128 p.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. In: *Proposta*. Rio de Janeiro: FASE, nº 71, p. 5- 10, 1997.

LIMA, Patricia Verônica Pinheiro Sales Lima; KHAN, Ahmad Saeed. **FORMAÇÃO SUPERIOR: UMA PRIORIDADE DA EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NO BRASIL**. In: Instituto Ethos. (Org.). Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis Ltda, 2011, v. 8, p. 169-192.

LOUETTE, Anne. **Indicadores de Nações: Uma contribuição ao diálogo da Sustentabilidade**. São Paulo: WHH, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 2001. 219 p.

MARKANDYA, Anil & PEARCE, David. "Natural Environments and the social rate of discount". *Project APPRAISAL*, 3(1), 1988.

Marzall, K. & Almeida, J.. Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas: estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 17(1), 41-59, 2000.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2004. 323 p.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade Meireles; BRISSAC, Sérgio; SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. **O povo indígena Anacé e sua terra tradicionalmente ocupada**. Parecer Técnico nº 01/09. Ministério Público Federal, Fortaleza, 2009.

MITCHELL, G. Problems and fundamentals of sustainable development indicators. *Sustainable Development*, v. 4, n. 1, p. 1-11, 1996.

NÓBREGA, Luciana Nogueira; MARTINS, Martha Priscylla Monteiro Joca. **O povo indígena Anacé e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém: tessituras socioambientais de um “admirável mundo novo”**. Anais do II Encontro Temático do Projeto Casadinho (UFC/UFSC). – Florianópolis : CCJ/UFSC : Fundação Boiteux, 2010.

OLIVEIRA, G. B. de; LIMA, J. E. de S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, maio/dez. 2003.

PARENTE, N.D. ; KHAN, A. S. ; LIMA, P.V.P.S. . **O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no estado do Ceará**. *Revista de Economia e Sociologia Rural* (Impresso), v. 49, p. 1-25, 2011.

PEZZEY, John. **Economic Analysis of Sustainable Growth and Sustainable Development**. Washington, DC, Banco Mundial, Departamento de Meio Ambiente, relatório de trabalho nº 15, maio, 1989.

PICANÇO, Marcy. **A luta do povo Anacé em meio ao complexo industrial do CE**. *Jornal Porantim*, dezembro de 2006.

REVISTA PORTUÁRIA. **Emancipação do Distrito de Pecém está mais próxima.** Disponível em: <<http://www.revistaportuaria.com.br/site/?home=noticias&n=zSCTC>> Acesso em: 3/06/2011.

Rodrigues, M. I. V; LIMA, P.V.P.S.; MAYORGA, M. I. O.; CASIMIRO FILHO, F.; Chacon, S. S. **Os municípios cearenses após 14 anos de planos de desenvolvimento sustentável.** In: Eveline Barbosa Silva Carvalho, Jimmy Lima de Oliveira, Nicolino Trompieri Neto, Cleyber de Medeiros, Fatima Juvenal de Souza. (Org.). *Economia do Ceará em Debate 2009*. Fortaleza: IPECE, 2010, v. unico, p. 194-222.

RYFF, C.D. & KEYES, C.L.M. **The structure of psychological well-being revised.** Journal of Personality and Social Psychology, 1995.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SÃO GONÇALO DO AMARANTE. **Histórico do município.** Disponível em: <<http://www.pmsga.com.br/municipio/historia.asp>> Acesso em: 3/06/2011.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SICHE, Raúl et al. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambient. soc.** 2007, vol.10, n.2, pp. 137-148.

SOARES, A.B. **Análise da Sustentabilidade de Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará,** 121f. Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Economia, Administração, Atuaria e Contabilidade- UFC, 2007.

STIGLITZ, Sen Fitoussi. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress.** Paris: 2009. Available at: <<http://www.stiglitzsenfitoussi.fr>>. Acesso em: 3/06/2011.

UNITED NATIONS. **Agenda 21.** Rio de Janeiro, Brasil: United Nations Conference on Environment & Development, 1992. 338 p. Disponível em: <http://www.sidsnet.org/docshare/other/Agenda21_UNCED.pdf> . Acesso em: 10/01/2011.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

8. ANEXOS

8.1. DADOS BRUTOS

8.1.1. 2000

8.1.1.3. Dados dos Índices Ambiental e Econômico

Tabela 9. Dados utilizados para construção dos Índices Ambiental e Econômico em 2000.

Municípios	AMBIENTAL			ECONÔMICO			
	Área explorável utilizada /Área dos imóveis %	Área protegida / Área total do mun %	Consumo de energia rural / Consumo total %	Produção vegetal mun/estadual %	Produção animal mun/estadual %	Receita orçamentária per capita R\$	PIB industrial/PIB total %
Abaiara	91,18	0,18	32,50	0,39	0,13	384,38	3,93
Acarape	62,94	0,00	7,57	0,15	0,05	319,90	41,96
Acarau	73,54	0,00	8,82	1,13	1,62	248,27	19,33
Acopiara	59,62	0,00	9,88	1,02	1,31	251,64	18,88
Aiuaba	73,75	4,83	0,59	0,22	0,32	321,53	1,18
Alcantaras	59,63	0,00	1,18	0,11	0,09	340,05	2,15
Altaneira	70,37	0,00	18,67	0,04	0,05	410,02	1,53
Alto Santo	77,65	4,70	19,22	0,51	0,45	318,00	64,81
Amontada	76,87	0,44	24,28	0,91	0,61	288,06	2,07
Antonina do Norte	68,22	0,00	2,48	0,03	0,09	317,51	3,82
Apuiaries	49,82	0,00	17,07	0,12	0,21	330,71	2,98
Aquiraz	75,83	4,28	15,00	0,50	3,86	247,25	37,35
Aracati	57,40	3,25	14,11	1,06	0,78	279,35	23,08
Aracoiaba	69,31	0,00	13,52	0,49	0,29	300,13	3,70
Ararendá	66,66	0,00	6,24	0,51	0,20	318,14	2,18
Araripe	80,08	23,91	11,07	0,41	0,27	302,40	3,16
Aratuba	69,53	28,67	34,15	0,69	0,11	374,40	1,74

Arneiroz	63,59	0,00	17,52	0,06	0,35	373,19	2,44
Assare	66,15	0,00	14,80	0,41	0,42	311,66	3,70
Aurora	78,07	0,00	36,77	0,90	0,47	250,78	4,23
Baixio	68,17	0,00	15,67	0,08	0,21	413,92	2,19
Banabuiu	70,43	0,00	26,79	0,45	0,60	327,49	10,58
Barbalha	75,71	8,06	7,13	0,77	0,37	292,37	67,23
Barreira	78,15	0,00	18,16	0,42	0,45	297,73	8,70
Barro	84,85	0,00	26,56	0,73	0,38	254,62	4,40
Barroquinha	58,70	0,82	2,14	0,12	0,75	320,74	4,92
Baturite	71,45	14,48	7,51	0,76	0,20	269,10	7,15
Beberibe	63,80	1,67	7,98	1,07	1,26	312,74	6,99
Bela Cruz	72,61	0,00	8,24	0,60	0,36	245,31	9,14
Boa Viagem	61,34	0,00	6,77	0,81	1,01	252,31	4,10
Brejo Santo	91,30	4,87	18,83	1,23	0,71	326,26	7,20
Camocim	45,41	4,58	3,61	0,59	3,69	237,76	20,55
Campos Sales	68,14	2,97	0,93	0,26	0,28	270,32	6,34
Caninde	69,87	0,00	5,57	1,22	0,88	248,04	12,22
Capistrano	63,86	20,98	10,81	0,46	0,15	358,35	1,64
Caridade	73,04	0,00	10,13	0,21	0,18	327,91	6,29
Carire	70,82	0,00	13,98	0,21	0,47	242,83	4,47
Caririacu	62,61	0,00	10,29	0,48	0,29	318,57	1,94
Carius	59,74	0,00	6,40	0,29	0,33	311,56	3,59
Carnaubal	45,12	1,12	18,31	0,43	0,08	314,42	1,93
Cascavel	67,12	0,30	7,04	0,99	1,49	227,22	30,64
Catarina	83,41	0,00	6,31	0,19	0,34	253,12	2,04
Catunda	72,41	0,00	15,15	0,28	0,19	323,23	1,22
Caucaia	69,65	3,20	2,43	0,96	1,50	211,15	38,22
Cedro	88,21	0,00	6,38	0,38	0,55	247,31	5,48

Chaval	46,39	30,31	1,08	0,07	0,06	324,16	2,68
Choro	64,02	0,00	42,54	0,33	0,35	322,84	1,26
Chorozinho	78,15	0,00	10,17	0,41	0,19	351,00	16,32
Coreau	66,97	0,53	2,07	0,09	0,24	283,73	3,05
Crateus	71,20	3,35	5,70	1,16	1,29	221,30	7,85
Crato	71,61	38,24	5,14	0,86	0,55	273,60	36,41
Croata	74,06	5,83	44,74	0,67	0,10	314,07	1,85
Cruz	63,80	18,53	16,50	0,45	0,38	308,29	11,51
Deputado Irapuan Pinheiro	83,31	0,00	6,26	0,29	0,23	431,84	1,06
Erere	90,25	0,00	10,39	0,35	0,29	385,44	1,96
Eusebio	63,96	19,03	6,67	0,03	0,60	479,63	53,15
Farias Brito	33,44	0,00	14,96	0,19	0,29	257,73	2,80
Forquilha	71,19	0,00	8,21	0,12	0,27	300,33	10,54
Fortaleza	65,04	23,80	0,30	0,03	3,63	327,49	36,10
Fortim	48,58	0,00	13,58	0,13	0,47	415,75	21,44
Frecheirinha	76,41	0,00	4,69	0,38	0,08	337,88	4,18
General Sampaio	65,09	0,97	16,42	0,09	0,13	578,81	1,24
Graca	63,07	0,00	28,28	0,16	0,16	396,27	0,89
Granja	54,82	15,14	2,10	0,65	0,60	223,63	4,92
Granjeiro	87,18	0,00	5,78	0,09	0,06	523,31	2,20
Groairas	75,56	0,00	12,52	0,10	0,14	344,86	4,42
Guaiuba	63,31	0,00	21,86	0,28	0,33	323,06	22,51
Guaraciaba do Norte	92,96	6,68	28,54	1,54	0,22	246,02	2,82
Guaramiranga	71,19	68,71	11,62	0,40	0,03	481,03	6,85
Hidrolandia	58,67	0,00	4,17	0,18	0,31	316,33	3,31
Horizonte	76,14	6,07	6,58	0,11	1,87	405,16	83,69
Ibaretama	74,33	0,00	30,24	0,39	0,39	411,82	6,54
Ibiapina	66,75	9,84	43,93	2,24	0,14	313,14	11,94

Ibicuitinga	71,88	0,00	16,01	0,40	0,23	391,62	1,66
Icapui	84,56	4,24	7,20	0,62	0,62	413,35	76,10
Ico	77,39	0,00	13,13	1,13	1,08	231,90	5,56
Iguatu	73,91	0,00	15,84	1,54	1,25	286,51	15,01
Independencia	77,07	0,00	13,19	0,46	1,25	268,54	2,80
Ipaporanga	47,40	0,00	3,00	0,30	0,25	440,39	1,44
Ipaumirim	86,97	0,00	9,38	0,17	0,25	336,70	6,20
Ipu	90,24	5,53	4,74	1,16	0,28	254,65	6,71
Ipueiras	68,50	2,77	4,63	0,82	0,42	255,91	3,38
Iracema	83,10	0,00	5,46	0,22	0,54	354,74	3,01
Iraucuba	61,00	0,00	14,37	0,19	0,78	306,17	1,82
Itaicaba	53,81	0,00	6,20	0,09	0,09	356,75	10,10
Itaitinga	84,48	6,43	8,05	0,04	0,10	269,95	36,12
Itapage	75,01	0,00	9,22	0,39	0,41	247,50	14,90
Itapipoca	71,91	0,49	12,55	1,96	1,16	208,14	22,20
Itapiuna	64,78	0,00	10,06	0,35	0,27	404,28	1,76
Itarema	58,93	0,00	23,29	1,04	1,69	300,92	9,35
Itatira	78,40	0,00	14,97	0,82	0,27	352,01	3,39
Jaguaretama	80,26	0,00	18,48	0,68	1,41	296,53	2,49
Jaguaribara	60,62	0,00	29,07	0,13	0,66	449,96	2,05
Jaguaribe	85,47	3,35	15,48	0,35	1,57	291,65	11,14
Jaguaruana	73,74	0,00	25,60	0,68	0,39	240,18	41,21
Jardim	74,40	84,43	15,37	0,42	0,36	274,59	4,15
Jati	88,50	1,03	29,90	0,23	0,12	463,47	1,87
Jijoca de Jericoacoara	73,62	31,77	1,08	0,21	0,13	300,07	3,26
Juazeiro do Norte	76,40	2,55	1,81	0,18	0,24	259,23	23,51
Jucas	79,76	0,00	15,28	0,28	0,37	335,65	12,46
Lavras da Mangabeira	74,14	0,00	16,30	0,76	0,68	223,12	4,27

Limoeiro do Norte	75,59	0,00	49,85	2,02	0,59	228,05	35,96
Madalena	74,30	0,00	16,85	0,34	0,61	285,47	2,72
Maracanau	73,13	0,00	0,30	0,13	0,06	435,08	84,93
Maranguape	70,90	3,64	18,08	0,82	1,03	197,44	34,15
Marco	84,19	0,00	2,80	0,32	0,24	395,76	10,92
Martinopole	64,08	0,00	1,34	0,13	0,06	333,03	3,51
Massape	61,69	0,00	5,96	0,36	0,29	249,84	6,62
Mauriti	88,44	0,00	43,39	1,93	0,85	262,79	3,21
Meruoca	58,19	1,22	17,59	0,36	0,05	264,71	2,31
Milagres	87,43	0,00	29,39	1,55	0,43	255,08	6,61
Milha	92,05	0,00	6,26	0,28	0,50	303,41	2,24
Miraima	74,02	0,00	27,93	0,16	0,39	280,95	1,65
Missao Velha	84,98	5,93	38,87	1,17	0,44	237,22	6,38
Mombaca	74,66	0,00	9,09	0,63	1,19	245,85	2,10
Monsenhor Tabosa	87,61	0,00	5,74	0,33	0,38	325,17	1,33
Morada Nova	78,09	0,00	22,76	1,06	1,59	272,25	23,82
Moraujo	31,24	0,98	4,14	0,09	0,12	430,94	2,47
Morrinhos	83,09	0,00	5,63	0,36	0,18	315,70	2,60
Mucambo	60,56	0,00	0,68	0,10	0,09	282,17	2,33
Mulungu	79,18	30,36	25,71	0,81	0,03	372,13	2,45
Nova Olinda	67,62	1,36	3,70	0,46	0,36	351,59	20,19
Nova Russas	67,16	0,00	6,49	0,16	0,14	330,52	5,86
Novo Oriente	66,40	0,00	3,15	1,01	0,57	298,23	2,22
Ocara	61,42	0,00	5,40	0,70	0,21	321,76	1,26
Oros	63,32	0,00	10,57	0,25	0,47	287,75	14,64
Pacajus	82,42	0,00	2,36	0,31	1,69	290,42	79,27
Pacatuba	55,19	91,49	5,26	0,20	0,26	184,60	17,62
Pacoti	63,99	36,50	19,98	0,90	0,09	328,73	6,50

Pacuja	33,46	0,00	18,06	0,06	0,06	539,73	2,26
Palhano	71,89	0,00	6,89	0,12	0,12	428,09	11,76
Palmacia	69,24	34,68	10,57	0,38	0,07	344,08	1,90
Paracuru	66,57	14,35	22,28	1,19	0,59	338,92	6,79
Paraipaba	65,08	3,20	59,29	1,44	0,36	253,62	27,45
Parambu	63,41	1,13	9,24	0,70	0,85	258,66	1,63
Paramoti	65,14	0,00	6,71	0,19	0,17	346,42	13,87
Pedra Branca	82,35	0,00	5,80	0,71	0,67	276,90	2,05
Penaforte	90,83	1,69	22,73	0,19	0,07	437,45	3,08
Pentecoste	66,34	0,00	15,01	0,27	0,56	271,89	4,87
Pereiro	73,60	0,00	11,12	0,41	0,20	418,22	1,89
Pindoretama	61,61	0,00	15,56	0,20	1,13	354,54	2,75
Piquet Carneiro	82,10	0,00	5,37	0,22	0,35	361,64	1,89
Pires Ferreira	82,21	0,00	16,33	0,28	0,15	312,48	1,75
Poranga	64,91	0,31	1,13	0,13	0,18	371,01	1,62
Porteiras	84,12	1,48	46,74	0,46	0,27	334,08	2,81
Potengi	62,50	0,95	7,72	0,16	0,14	355,87	2,20
Potiretama	89,54	0,00	6,83	0,35	0,36	395,79	1,93
Quiterianopolis	62,73	0,00	10,64	0,44	0,49	291,14	0,94
Quixada	74,20	8,38	10,40	1,13	3,07	254,52	8,65
Quixela	77,51	0,00	38,84	0,52	0,71	413,78	3,86
Quixeramobim	75,24	0,13	9,11	0,95	2,10	303,66	15,32
Quixere	67,49	0,00	55,28	1,56	0,18	317,68	11,49
Redencao	74,21	18,11	6,24	0,54	0,05	295,30	47,74
Reriutaba	65,53	0,00	4,05	0,45	0,19	253,81	3,25
Russas	60,30	0,00	15,63	0,73	0,56	244,03	32,02
Saboeiro	80,14	0,00	3,80	0,22	0,48	290,41	2,33
Salitre	67,79	3,58	0,18	0,32	0,23	322,36	1,23

Santa Quitéria	67,87	0,22	6,34	0,99	1,37	265,22	16,29
Santana do Acaraú	84,89	0,00	23,27	0,32	0,31	282,15	5,71
Santana do Cariri	77,04	50,20	9,64	0,53	0,60	307,31	3,99
São Benedito	61,56	1,21	40,98	1,90	0,19	299,71	22,55
São Gonçalo do Amarante	84,38	0,75	40,50	0,41	0,19	368,15	8,86
São João do Jaguaribe	66,15	0,00	10,10	1,08	0,62	349,98	8,47
São Luís do Curu	63,52	0,00	40,42	0,10	0,10	262,98	3,80
Senador Pompeu	77,90	0,00	25,46	0,45	0,52	368,24	1,63
Senador Sá	66,82	0,00	14,33	0,12	0,10	291,74	6,56
Sobral	77,35	0,29	1,40	0,54	1,09	522,63	81,31
Solonopole	70,75	0,00	11,69	0,28	0,65	290,58	2,28
Tabuleiro do Norte	71,25	0,00	17,70	0,80	0,43	221,81	9,04
Tamboril	83,71	0,00	5,51	0,41	0,93	251,88	1,93
Tarrafas	36,47	0,00	41,01	0,12	0,12	464,64	2,02
Tauá	82,67	0,00	10,41	0,70	2,02	217,26	3,22
Tejuçuoca	75,61	0,00	13,12	0,10	0,23	451,54	1,74
Tianguá	44,24	44,93	27,46	1,84	1,28	241,87	4,11
Trairi	68,04	0,92	11,09	1,19	0,99	216,45	11,85
Tururu	52,55	0,00	40,36	0,23	0,10	314,23	1,68
Ubajara	49,48	96,99	39,92	2,44	0,33	222,06	10,82
Umari	81,92	0,00	8,40	0,09	0,22	396,77	1,21
Umirim	71,21	0,00	23,36	0,15	0,26	325,75	3,47
Uruburetama	64,17	0,00	17,19	0,45	0,07	313,93	8,79
Uruoca	52,08	58,61	2,55	0,24	0,19	365,18	2,30
Varjota	69,92	0,00	38,08	0,23	0,12	293,44	5,24
Varzea Alegre	65,00	0,00	10,06	0,60	0,56	239,13	8,18
Vicosa do Ceará	48,73	31,14	35,65	1,31	0,41	269,81	1,64

8.1.1.4. Dados dos Índices Institucional e Social

Tabela 10. Dados utilizados para construção dos Índices Institucional e Social em 2000.

Municípios	INSTITUCIONAL					SOCIAL					
	Leitos/ mil hab.	Médico s/mil hab.	Abastecimento de água adequado %	Domicílios com energia elétrica %	Rede rodoviária/área municipal %	Dens. demográfica (hab/km ²)	Urbaniz ação (%)	Ocorrências policiais/mil hab.	Distorção idade/série no ens. Fund. Púb. %	Cooperativas ativas/mil hab.	Escolarização no ens. Fund. Pub. %
Abaiara	0,00	0,42	21,90	60,12	0,78	45,90	38,19	0,34	49,03	0,00	96,77
Acarape	0,00	1,58	53,62	89,77	0,21	94,66	54,35	0,89	42,25	0,14	88,12
Acarau	1,72	1,02	40,10	65,44	0,35	58,41	50,19	0,16	49,51	0,02	100,00
Acopiara	2,93	1,25	42,43	69,83	0,23	20,51	47,16	0,48	52,38	0,04	97,39
Aiuaba	0,84	0,84	34,27	43,70	0,15	5,84	21,84	0,39	53,89	0,00	92,94
Alcantaras	0,00	0,42	22,46	77,96	0,72	70,78	28,90	0,00	51,22	0,00	99,95
Altaneira	1,52	1,52	58,84	71,55	1,34	65,24	66,56	0,00	43,08	0,00	100,00
Alto Santo	2,36	0,91	33,34	70,09	0,37	11,64	35,38	0,55	62,48	0,12	85,18
Amontada	1,27	1,27	26,31	44,54	0,12	20,45	36,47	0,60	50,22	0,00	100,00
Antonina do Norte	2,38	0,95	62,11	91,30	0,88	25,89	67,99	0,68	45,99	0,00	100,00
Apuiaries	0,91	1,33	64,71	69,26	0,41	22,19	43,48	0,00	52,53	0,00	92,35
Aquiraz	0,82	0,82	10,03	100,00	0,43	125,46	90,44	0,06	41,67	0,04	95,06
Aracati	1,66	1,61	59,58	100,00	0,25	47,92	64,03	0,77	39,26	0,10	95,09
Aracoiaba	3,39	2,10	22,11	86,89	1,02	38,28	50,75	0,56	36,77	0,16	100,00
Ararenda	0,00	0,99	37,83	65,38	0,11	28,20	40,74	0,48	49,25	0,00	100,00
Araripe	1,46	1,29	43,19	63,21	0,46	18,78	51,71	0,91	51,66	0,00	95,99
Aratuba	2,42	0,89	45,59	60,91	0,52	78,46	17,42	0,45	37,12	0,07	100,00
Arneiroz	1,31	1,02	27,74	62,36	0,26	8,01	28,47	0,00	41,90	0,00	80,65
Assare	1,08	1,52	42,15	60,24	0,59	18,60	44,96	0,42	57,70	0,05	88,80

Aurora	4,23	1,73	31,87	51,78	1,07	28,52	39,41	0,19	57,07	0,08	89,73
Baixio	2,59	3,36	43,01	82,77	0,86	40,33	45,01	0,17	50,33	0,00	100,00
Banabuiu	0,96	1,27	46,51	58,47	0,09	13,20	47,07	1,10	47,69	0,06	95,94
Barbalha	6,04	4,33	73,07	82,36	0,60	104,00	65,23	1,11	50,55	0,08	92,59
Barreira	0,99	0,93	23,76	68,75	0,07	74,38	37,51	0,54	44,85	0,05	100,00
Barro	5,37	2,38	38,10	55,65	0,44	28,69	54,28	0,39	54,73	0,05	99,25
Barroquinha	0,00	0,38	46,70	83,89	0,02	37,78	65,40	1,44	62,75	0,07	100,00
Baturite	3,00	1,27	54,37	86,21	0,72	85,84	69,81	1,24	36,73	0,16	98,41
Beberibe	0,62	1,11	6,56	97,97	0,25	26,03	46,53	0,46	46,55	0,02	100,00
Bela Cruz	0,69	0,35	30,68	59,46	0,22	33,52	40,84	0,13	51,15	0,00	94,35
Boa Viagem	1,39	0,50	44,31	71,59	0,20	18,37	41,38	0,64	52,15	0,08	96,85
Brejo Santo	7,97	3,22	57,76	77,28	0,49	56,12	58,82	1,13	44,85	0,07	100,00
Camocim	2,43	0,78	60,64	93,53	0,55	47,93	73,39	1,36	46,54	0,02	95,83
Campos Sales	5,24	2,72	50,90	80,26	0,57	23,33	66,99	1,44	56,24	0,07	100,00
Caninde	1,66	0,85	54,27	70,00	0,35	21,66	56,97	1,69	45,44	0,05	92,79
Capistrano	1,29	1,36	27,96	72,95	1,30	84,67	33,16	0,80	42,91	0,12	98,28
Caridade	1,96	1,62	30,88	93,74	0,66	19,70	53,74	0,74	50,55	0,06	92,85
Carire	2,33	0,71	45,61	66,77	0,49	26,70	30,50	0,10	55,15	0,00	84,60
Caririacu	1,06	0,74	46,59	78,94	0,58	37,27	41,29	0,18	60,21	0,07	94,40
Carius	0,71	1,18	31,11	65,19	0,21	17,47	38,85	0,16	42,24	0,00	92,91
Carnaubal	2,28	0,78	56,72	67,11	0,75	52,15	45,49	0,31	45,34	0,00	99,70
Cascavel	1,76	1,99	15,03	96,24	0,70	69,59	83,06	0,54	45,63	0,03	97,57
Catarina	1,23	0,54	45,07	52,72	0,20	26,77	41,72	0,39	46,50	0,00	50,99
Catunda	1,42	1,32	42,06	59,65	0,07	11,50	43,87	0,63	50,05	0,00	93,25
Caucaia	0,70	1,15	64,71	100,00	0,38	209,31	90,25	3,86	47,89	0,02	95,12
Cedro	3,05	1,61	30,08	91,07	0,88	35,43	56,10	0,44	47,75	0,16	100,00
Chaval	1,71	0,85	27,28	81,95	0,58	48,99	69,81	0,61	59,32	0,00	97,49
Choro	0,84	1,52	19,26	27,66	0,05	15,13	23,66	0,55	48,32	0,23	94,26

Chorozinho	0,49	0,93	19,33	88,97	0,07	60,69	50,65	0,48	54,05	0,00	97,82
Coreau	1,21	0,71	44,72	67,07	0,28	24,51	56,38	0,70	45,98	0,00	100,00
Crateus	4,32	1,77	59,41	100,00	0,15	25,29	67,15	0,95	36,55	0,12	96,10
Crato	11,12	3,65	73,06	97,05	0,28	93,40	80,23	0,40	41,47	0,07	98,95
Croata	2,19	0,85	44,62	54,42	0,11	42,88	44,47	0,30	44,82	0,00	92,12
Cruz	1,50	0,62	31,54	59,91	0,20	60,06	41,53	0,09	47,25	0,00	99,12
Deputado Irapuan Pinheiro	1,05	0,78	31,61	61,41	0,12	16,46	32,44	0,35	40,36	0,00	92,36
Erere	1,52	0,85	41,53	59,15	0,14	19,50	35,87	0,80	54,25	0,00	93,10
Eusebio	1,61	2,22	7,84	83,16	0,20	403,69	100,00	0,18	47,44	0,10	100,00
Farias Brito	1,18	0,99	47,30	63,42	0,35	42,63	42,98	0,09	45,47	0,05	98,70
Forquilha	0,00	0,45	68,32	91,51	0,18	31,91	66,44	0,16	52,81	0,11	100,00
Fortaleza	2,04	2,58	87,21	100,00	1,04	6814,00	100,00	3,05	39,15	0,07	94,43
Fortim	0,58	1,34	24,92	100,00	0,07	43,20	71,40	0,15	44,02	0,00	100,00
Frecheirinha	2,53	0,59	40,15	64,40	1,35	85,88	54,62	0,23	45,22	0,00	95,80
General Sampaio	2,14	1,72	50,90	54,44	0,69	26,32	47,60	0,90	51,37	0,00	100,00
Graca	0,00	0,28	24,02	51,10	0,03	56,59	32,68	0,20	39,42	0,00	100,00
Granja	0,66	0,18	41,11	59,80	0,21	17,92	46,53	0,85	56,24	0,04	84,05
Granjeiro	0,00	3,63	23,39	83,29	1,13	53,52	23,24	0,00	70,07	0,00	100,00
Groairas	1,18	0,59	64,89	100,00	0,83	55,96	63,90	0,00	49,92	0,00	95,77
Guaiuba	0,79	1,88	55,82	89,19	0,10	73,29	78,51	0,14	57,05	0,09	94,09
Guaraciaba do Norte	1,60	0,51	38,00	58,78	0,45	65,10	42,33	0,24	52,70	0,03	100,00
Guaramiranga	1,58	1,05	21,29	77,53	0,89	53,09	40,81	1,00	30,07	0,33	100,00
Hidrolandia	1,93	1,27	39,24	73,81	0,22	18,06	51,56	0,34	58,48	0,00	98,16
Horizonte	0,58	0,97	4,08	86,69	0,18	176,08	83,24	0,69	48,80	0,05	100,00
Ibaretama	1,53	1,53	4,74	68,99	0,08	15,37	27,09	0,75	60,28	0,00	97,89
Ibiapina	2,39	0,92	36,56	40,68	0,57	60,16	37,16	0,21	50,98	0,09	96,91
Ibicuitinga	0,00	1,44	55,79	60,15	0,05	24,77	46,54	0,50	50,76	0,00	100,00

Icapui	0,89	0,83	76,94	88,02	0,10	37,38	29,04	0,23	41,45	0,17	100,00
Ico	0,80	0,89	52,31	88,97	0,32	32,27	41,66	0,45	51,50	0,08	94,70
Iguatu	2,86	1,72	72,63	95,81	0,53	82,23	72,88	0,58	38,25	0,11	97,27
Independência	2,07	0,62	34,35	63,81	0,48	7,94	40,63	0,65	51,32	0,04	90,95
Ipaporanga	1,43	1,70	33,08	70,83	0,08	17,38	28,49	0,52	35,25	0,00	95,86
Ipauimirim	1,71	1,33	50,04	80,54	0,69	40,26	53,74	0,17	59,24	0,17	90,42
Ipu	2,60	1,88	43,67	83,60	0,36	61,55	57,15	0,34	48,72	0,02	93,92
Ipueiras	1,54	0,72	32,22	65,23	0,51	33,36	41,75	0,22	51,95	0,02	94,90
Iracema	2,05	1,67	67,50	83,78	0,50	16,91	62,91	0,32	42,08	0,16	97,07
Iraucuba	0,90	0,78	49,82	70,89	0,48	14,13	55,59	0,05	63,42	0,00	94,39
Itaicaba	1,61	1,17	53,38	100,00	0,28	27,38	55,82	0,42	32,38	0,14	94,22
Itaitinga	0,00	0,53	52,26	93,00	0,17	188,12	90,86	0,15	61,45	0,03	92,51
Itapage	1,97	1,58	59,29	76,76	1,53	102,85	66,79	0,13	49,87	0,13	100,00
Itapipoca	1,52	0,70	41,75	57,67	0,74	79,17	51,40	0,80	50,61	0,09	98,32
Itapiuna	3,03	1,32	40,35	80,83	0,28	27,41	47,26	0,71	39,91	0,11	99,28
Itarema	2,07	0,73	14,90	53,72	0,13	41,12	32,61	0,21	60,34	0,06	93,43
Itatira	0,00	1,27	24,95	53,48	0,78	20,97	38,79	0,78	68,06	0,06	100,00
Jaguaretama	1,61	1,91	27,74	63,34	0,25	9,64	40,52	0,76	55,59	0,05	95,89
Jaguaribara	2,73	1,74	40,07	62,83	0,31	14,65	40,56	1,39	48,00	0,11	100,00
Jaguaribe	2,22	0,87	63,94	88,93	0,53	19,24	60,05	0,90	42,10	0,08	98,68
Jaguaruana	0,97	0,74	53,73	79,80	0,24	39,84	55,76	0,34	39,86	0,09	91,52
Jardim	1,96	1,42	35,85	59,80	0,57	52,83	27,78	0,36	58,26	0,07	96,26
Jati	4,61	4,15	49,20	62,38	0,31	20,91	41,43	0,80	45,21	0,00	95,46
Jijoca de Jericoacoara	0,00	0,56	26,90	80,69	0,07	61,68	28,41	0,19	52,35	0,06	85,65
Juazeiro do Norte	2,91	1,43	88,48	100,00	1,36	899,99	95,32	2,16	45,19	0,04	90,81
Jucas	1,20	1,05	51,18	63,86	0,26	24,04	52,36	0,34	35,06	0,08	97,61
Lavras da Mangabeira	2,48	1,21	49,36	83,36	0,20	31,31	53,56	0,22	55,15	0,10	95,66

Limoeiro do Norte	4,15	1,09	56,96	83,64	0,27	64,06	56,66	1,54	36,75	0,16	92,46
Madalena	1,87	1,53	39,39	69,40	0,08	13,39	36,72	0,74	44,36	0,00	94,73
Maracanau	2,20	1,36	84,09	97,07	0,34	1770,78	99,68	0,30	43,40	0,05	100,00
Maranguape	2,53	1,41	54,38	80,17	0,47	133,41	74,09	0,16	43,20	0,05	86,93
Marco	1,51	1,12	47,77	100,00	0,57	34,98	57,21	0,25	43,06	0,00	100,00
Martinopole	3,14	0,88	63,98	92,63	0,64	32,37	75,42	0,10	53,90	0,00	100,00
Massape	0,94	0,49	45,46	87,31	0,56	55,35	64,78	0,12	62,29	0,09	98,34
Mauriti	2,13	1,05	41,29	51,73	0,31	40,55	42,63	0,14	63,98	0,07	91,69
Meruoca	1,46	0,73	25,45	87,82	0,98	72,97	49,68	0,17	56,36	0,00	100,00
Milagres	2,03	1,29	41,85	65,78	0,49	43,48	41,81	0,52	56,27	0,03	99,90
Milha	1,64	1,31	41,16	85,09	0,05	24,77	38,99	0,50	49,42	0,22	91,28
Miraima	0,00	2,00	40,44	48,97	0,07	14,90	41,81	0,81	60,34	0,00	85,70
Missao Velha	2,40	2,93	36,42	51,70	0,55	60,32	39,65	0,43	50,44	0,00	89,16
Mombaca	1,94	0,80	33,30	68,67	0,36	19,49	38,94	0,72	52,85	0,02	91,24
Monsenhor Tabosa	2,18	1,32	28,40	72,79	0,25	18,62	47,86	0,47	48,77	0,00	95,96
Morada Nova	1,53	0,94	54,70	66,09	0,41	23,03	52,60	0,84	48,26	0,12	100,00
Moraujo	1,15	0,86	47,90	61,86	0,37	14,90	47,36	0,66	69,74	0,13	96,79
Morrinhos	1,16	0,55	47,93	77,31	0,44	44,34	43,17	0,15	50,53	0,00	85,39
Mucambo	0,93	0,46	37,85	80,56	0,47	57,46	54,84	0,07	50,01	0,00	99,33
Mulungu	2,59	1,65	33,35	71,65	0,47	85,66	41,83	1,26	47,87	0,00	98,26
Nova Olinda	2,13	2,04	51,79	95,75	1,39	41,55	52,91	0,16	46,80	0,00	100,00
Nova Russas	2,49	0,54	70,87	80,46	0,50	39,57	71,04	0,94	54,23	0,17	94,68
Novo Oriente	1,19	0,32	3,34	75,24	0,28	27,41	48,65	1,09	47,27	0,00	97,08
Ocara	0,34	1,17	3,22	69,12	0,10	27,73	29,31	0,71	48,73	0,04	96,94
Oros	1,94	0,87	72,74	100,00	0,48	36,65	71,65	0,41	45,45	0,05	98,87
Pacajus	1,98	2,28	24,46	95,14	1,01	181,19	77,78	1,37	47,93	0,06	100,00
Pacatuba	0,26	0,40	82,63	99,75	2,08	374,69	91,16	0,13	47,89	0,05	82,13

Pacoti	2,68	1,26	18,89	65,64	1,31	115,53	34,80	1,22	46,91	0,09	95,55
Pacuja	1,80	0,90	50,88	66,97	0,95	85,78	57,85	0,50	52,72	0,00	100,00
Palhano	2,15	1,34	37,22	100,00	0,29	18,59	52,12	0,24	43,36	0,12	94,03
Palmacia	1,79	2,73	35,06	91,90	0,45	66,37	44,17	1,04	36,37	0,21	100,00
Paracuru	1,95	1,47	15,87	100,00	0,58	92,74	60,55	0,35	53,77	0,03	96,56
Paraipaba	1,02	0,93	50,57	70,59	0,14	80,63	49,68	0,45	46,17	0,10	100,00
Parambu	1,18	0,89	36,14	68,14	0,20	13,22	38,87	0,59	57,37	0,03	93,82
Paramoti	2,31	0,77	31,38	58,07	0,59	21,31	38,05	0,35	48,88	0,00	100,00
Pedra Branca	1,08	0,81	41,87	62,98	0,65	31,56	42,58	0,91	48,55	0,00	97,31
Penaforte	0,00	2,99	51,42	74,71	0,46	39,39	63,81	0,54	38,19	0,00	100,00
Pentecoste	1,66	1,26	54,24	100,00	0,39	24,03	58,77	0,67	42,40	0,03	100,00
Pereiro	1,11	1,11	33,77	100,00	0,43	35,82	33,37	0,32	48,84	0,13	100,00
Pindoretama	2,81	2,67	28,35	91,55	0,23	197,46	45,61	0,58	42,68	0,06	100,00
Piquet Carneiro	2,08	1,44	44,66	71,13	0,65	22,64	42,51	0,38	50,39	0,08	96,93
Pires Ferreira	0,00	0,18	34,71	72,41	0,10	34,91	32,55	0,37	52,78	0,00	100,00
Poranga	2,00	1,22	53,41	81,05	1,65	47,43	60,76	0,33	59,51	0,00	96,82
Porteiras	1,96	1,83	34,41	37,37	1,08	82,31	28,58	0,12	50,57	0,00	100,00
Potengi	3,79	1,30	44,52	65,13	0,87	27,19	43,83	1,13	62,65	0,00	92,92
Potiretama	2,03	1,35	35,73	64,10	0,10	11,61	37,85	0,00	52,88	0,00	88,94
Quiterianopolis	0,00	0,52	24,95	65,41	0,04	17,13	27,64	0,41	63,12	0,10	92,81
Quixada	1,77	1,71	60,43	90,46	0,58	33,74	67,28	1,56	35,25	0,07	99,55
Quixela	1,02	1,22	48,45	65,71	0,16	28,12	26,71	0,32	40,35	0,06	100,00
Quixeramobim	2,36	1,21	51,43	84,75	0,22	17,99	51,82	1,16	43,09	0,12	100,00
Quixere	2,13	1,04	59,69	89,02	0,23	28,05	58,43	1,01	35,99	0,00	99,12
Redencao	2,68	2,21	36,35	95,85	0,72	103,84	51,20	0,57	37,88	0,19	100,00
Reriutaba	1,18	0,82	36,98	70,09	0,68	57,95	45,86	0,08	50,29	0,00	90,65
Russas	2,14	2,18	57,19	88,80	0,37	35,49	61,60	1,08	40,82	0,06	98,38

Saboeiro	2,06	1,24	42,88	58,75	0,26	11,97	48,09	0,24	46,52	0,00	98,56
Salitre	1,31	0,90	2,92	33,67	0,06	17,44	32,22	0,27	63,74	0,00	100,00
Santa Quiteria	3,67	1,37	37,10	62,25	0,15	9,92	45,70	0,28	48,93	0,07	94,76
Santana do Acarau	2,26	0,68	43,63	53,71	0,29	25,74	47,54	0,11	60,50	0,00	98,52
Santana do Cariri	2,78	0,83	38,54	50,96	0,48	20,88	48,62	0,17	59,80	0,06	97,72
Sao Benedito	0,60	0,82	33,49	96,92	0,52	41,71	61,88	0,19	44,89	0,02	97,16
Sao Goncalo do Amarante	1,79	1,61	52,83	96,79	0,43	30,10	31,63	0,56	49,40	0,00	100,00
Sao Joao do Jaguaribe	2,99	0,92	68,33	51,81	0,96	91,43	64,26	2,10	44,87	0,11	96,81
Sao Luis do Curu	3,77	0,68	40,52	85,04	0,79	132,43	52,54	0,75	38,59	0,08	100,00
Senador Pompeu	2,99	1,76	50,48	93,11	0,32	12,94	68,11	0,95	41,56	0,15	96,17
Senador Sa	0,00	0,87	61,84	70,28	0,39	26,08	57,60	0,34	64,69	0,00	100,00
Sobral	4,58	2,77	84,61	100,00	0,23	72,86	86,62	0,28	43,95	0,06	98,57
Solonopole	2,48	0,99	48,33	70,92	0,38	11,73	45,66	0,63	47,91	0,06	90,79
Tabuleiro do Norte	1,87	0,76	55,09	84,49	0,28	32,35	58,26	1,34	48,88	0,11	99,73
Tamboril	1,13	0,53	42,94	71,93	0,27	12,69	47,74	0,70	61,18	0,00	98,70
Tarrafas	1,71	0,92	21,41	39,28	0,11	20,51	21,11	0,12	46,59	0,00	86,25
Taua	1,04	0,59	46,51	75,86	0,20	13,12	51,44	0,40	46,07	0,08	94,96
Tejucuoca	1,36	1,45	34,18	82,84	0,09	16,81	30,74	0,14	44,56	0,00	93,91
Tiangua	0,73	0,51	56,69	62,30	0,51	89,61	64,21	0,40	51,14	0,06	98,82
Trairi	0,49	1,13	7,19	56,96	0,36	47,21	32,36	0,44	56,47	0,02	97,86
Tururu	1,18	1,99	40,34	41,22	0,04	56,48	45,86	0,24	52,82	0,16	100,00
Ubajara	2,38	0,70	48,98	44,42	0,56	92,95	46,04	0,34	50,19	0,10	100,00
Umari	2,60	1,64	30,15	80,18	0,74	28,05	47,64	0,14	55,89	0,14	100,00
Umirim	1,05	0,92	50,01	84,75	0,13	53,97	57,98	0,59	60,11	0,00	81,67
Uruburetama	1,88	0,85	65,47	74,19	1,10	131,18	67,91	0,60	53,03	0,05	100,00

Uruoca	1,54	1,54	38,29	76,71	0,19	16,70	53,30	0,73	64,84	0,08	94,94
Varjota	0,41	0,54	68,36	94,62	0,18	74,56	81,22	0,27	44,00	0,00	89,56
Varzea Alegre	2,35	1,23	53,23	82,59	0,34	42,89	55,33	0,11	44,05	0,03	96,49
Vicosa do Ceara	1,30	0,72	30,05	35,93	0,28	34,85	31,95	0,21	54,07	0,02	100,00

8.1.2. 2008

8.1.2.5. Dados dos Índices Ambiental e Econômico

Tabela 11. Dados utilizados para construção dos Índices Ambiental e Econômico em 2008.

MUNICIPIO	AMBIENTAL			ECONÔMICO				
	Área explorável utilizada /Área dos imóveis %	Área protegida / Área total do mun %	Consumo de energia rural / Consumo total %	Produção vegetal mun/estadual %	Produção animal mun/estadual %	Receita orçamentária per capita R\$	PIB industrial/PIB total %	PIB per capita R\$
Abaiara	91,18	0,18	62,39	0,06	0,13	1300,00	12,17	2,25
Acarape	62,94	0,00	2,66	0,06	0,04	919,00	26,70	2,85
Acarau	73,54	0,00	19,88	2,22	0,24	1015,00	20,14	3,38
Acopiara	59,62	0,00	13,75	0,11	0,71	819,00	11,87	2,60
Aiuaba	73,75	4,83	10,71	0,08	0,14	999,00	8,95	2,48
Alcantaras	59,63	0,00	17,26	0,19	0,08	1070,00	10,08	2,45
Altaneira	70,37	0,00	23,07	0,03	0,04	1444,00	12,25	2,40
Alto Santo	77,65	4,70	18,04	0,52	1,22	1164,00	13,19	2,71
Amontada	76,87	0,44	52,47	0,98	0,24	1172,00	31,94	3,52
Antonina do Norte	68,22	0,00	4,55	0,02	0,03	1307,00	10,83	2,74
Apuiaries	49,82	0,00	40,29	0,08	0,15	1282,00	10,90	2,46
Aquiraz	75,83	4,28	2,97	0,62	5,91	1147,00	38,57	5,84

Aracati	57,40	3,25	13,01	1,01	0,27	1094,00	26,88	5,60
Aracoiaba	69,31	0,00	36,45	0,48	0,24	1149,00	10,96	2,85
Ararenda	66,66	0,00	24,75	0,06	0,14	1258,00	10,25	2,57
Araripe	80,08	23,91	13,40	0,07	0,16	1058,00	7,73	3,19
Aratuba	69,53	28,67	105,11	0,91	0,08	1212,00	6,37	3,98
Arneiroz	63,59	0,00	32,54	0,02	0,23	1344,00	8,36	3,11
Assare	66,15	0,00	22,13	0,09	0,19	1033,00	11,72	2,42
Aurora	78,07	0,00	44,46	0,15	0,51	995,00	10,91	2,68
Baixio	68,17	0,00	51,47	0,02	0,19	1395,00	10,80	2,84
Banabuiu	70,43	0,00	56,49	0,04	0,48	1135,00	18,34	3,42
Barbalha	75,71	8,06	1,57	0,53	0,51	1457,00	26,26	4,72
Barreira	78,15	0,00	20,82	0,66	0,10	970,00	11,65	3,23
Barro	84,85	0,00	19,91	0,17	0,35	920,00	11,40	2,64
Barroquinha	58,70	0,82	28,88	0,23	0,05	1157,00	11,45	2,92
Baturite	71,45	14,48	11,73	1,23	0,13	874,00	10,71	3,16
Beberibe	63,80	1,67	9,53	1,74	2,80	1006,00	12,14	3,44
Bela Cruz	72,61	0,00	24,47	1,45	0,21	915,00	9,71	2,61
Boa Viagem	61,34	0,00	13,58	0,44	1,14	918,00	9,54	2,86
Brejo Santo	91,30	4,87	18,98	0,57	0,88	801,00	12,78	3,50
Camocim	45,41	4,58	5,69	1,20	0,20	762,00	19,64	3,65
Campos Sales	68,14	2,97	3,50	0,06	0,14	942,00	11,27	2,82
Caninde	69,87	0,00	3,94	0,55	1,30	970,00	11,25	3,21
Capistrano	63,86	20,98	61,74	0,42	0,10	1150,00	9,82	2,53
Caridade	73,04	0,00	13,79	0,08	0,00	893,00	13,03	2,50
Carire	70,82	0,00	28,03	0,34	0,46	779,00	9,88	2,68
Caririacu	62,61	0,00	21,00	0,29	0,33	1019,00	11,55	2,32
Carius	59,74	0,00	41,88	0,04	0,26	993,00	11,91	2,36
Carnaubal	45,12	1,12	34,14	1,68	0,08	1012,00	9,52	2,65
Cascavel	67,12	0,30	2,99	1,60	1,86	795,00	32,76	4,60

Catarina	83,41	0,00	8,94	0,05	0,14	925,00	10,41	2,09
Catunda	72,41	0,00	26,16	0,19	0,17	1131,00	9,12	2,61
Caucaia	69,65	3,20	1,55	1,10	2,20	851,00	29,88	4,64
Cedro	88,21	0,00	23,71	0,06	0,27	1007,00	11,30	2,79
Chaval	46,39	30,31	21,46	0,10	0,04	1175,00	11,38	2,64
Choro	64,02	0,00	94,74	0,02	0,32	1169,00	9,56	2,38
Chorozinho	78,15	0,00	12,91	0,97	0,08	1266,00	12,98	3,13
Coreau	66,97	0,53	11,20	0,35	0,20	961,00	10,66	2,36
Crateus	71,20	3,35	6,86	0,12	0,99	760,00	23,05	4,11
Crato	71,61	38,24	2,32	1,15	0,65	888,00	18,45	4,85
Croata	74,06	5,83	78,31	1,05	0,07	1029,00	10,35	2,76
Cruz	63,80	18,53	25,74	0,55	0,15	1124,00	10,95	2,65
Deputado Irapuan Pinheiro	83,31	0,00	40,49	0,01	0,18	1240,00	9,67	2,68
Erere	90,25	0,00	44,98	0,02	0,40	1209,00	9,57	2,66
Eusebio	63,96	19,03	0,76	0,06	1,08	1964,00	62,12	20,25
Farias Brito	33,44	0,00	32,10	0,11	0,18	1403,00	11,21	2,50
Forquilha	71,19	0,00	3,42	0,06	0,18	1036,00	25,72	3,36
Fortaleza	65,04	23,80	0,04	0,03	0,86	1184,00	20,26	10,07
Fortim	48,58	0,00	14,80	0,15	0,07	1272,00	14,71	3,65
Frecheirinha	76,41	0,00	8,37	0,50	0,05	1155,00	12,76	2,79
General Sampaio	65,09	0,97	42,31	0,02	0,10	1720,00	9,23	2,96
Graca	63,07	0,00	62,06	0,25	0,07	1009,00	10,19	2,46
Granja	54,82	15,14	11,11	1,06	0,38	800,00	11,19	2,32
Granjeiro	87,18	0,00	60,47	0,12	0,07	1670,00	9,65	2,81
Groairas	75,56	0,00	28,79	0,05	0,14	753,00	11,92	2,65
Guaiuba	63,31	0,00	12,35	0,37	0,71	997,00	12,74	2,69
Guaraciaba do Norte	92,96	6,68	45,61	2,82	0,20	899,00	7,32	3,89
Guaramiranga	71,19	68,71	19,66	0,68	0,04	2141,00	18,79	5,06

Hidrolandia	58,67	0,00	14,72	0,15	0,39	1001,00	8,46	3,27
Horizonte	76,14	6,07	0,85	0,30	5,04	1475,00	57,57	12,48
Ibaretama	74,33	0,00	37,38	0,06	0,31	713,00	9,52	2,76
Ibiapina	66,75	9,84	79,82	2,30	0,11	962,00	6,65	4,81
Ibicuitinga	71,88	0,00	34,53	0,05	0,21	1184,00	9,75	2,65
Icapui	84,56	4,24	1,91	0,81	0,28	1501,00	23,14	7,35
Ico	77,39	0,00	25,37	0,23	0,93	831,00	11,44	2,92
Iguatu	73,91	0,00	9,07	0,52	0,88	937,00	16,53	5,07
Independencia	77,07	0,00	10,87	0,07	0,90	925,00	13,64	2,98
Ipaporanga	47,40	0,00	18,15	0,04	0,18	1196,00	10,86	2,33
Ipaumirim	86,97	0,00	16,92	0,07	0,24	980,00	15,15	2,85
Ipu	90,24	5,53	16,20	1,88	0,28	878,00	9,63	3,19
Ipueiras	68,50	2,77	26,62	1,62	0,57	1026,00	9,93	2,71
Iracema	83,10	0,00	13,96	0,06	0,77	1070,00	9,90	3,23
Iraucuba	61,00	0,00	24,94	0,02	0,77	1055,00	10,36	2,56
Itaicaba	53,81	0,00	146,31	0,13	0,05	1582,00	14,35	4,23
Itaitinga	84,48	6,43	2,42	0,04	0,09	1116,00	23,53	3,27
Itapage	75,01	0,00	4,34	2,51	0,46	841,00	32,27	3,96
Itapipoca	71,91	0,49	5,51	2,58	0,63	904,00	27,50	3,78
Itapiuna	64,78	0,00	72,94	0,15	0,26	1270,00	10,36	2,69
Itarema	58,93	0,00	12,97	1,73	0,19	1177,00	42,00	4,50
Itatira	78,40	0,00	27,58	0,79	0,34	1408,00	7,47	2,95
Jaguaretama	80,26	0,00	35,73	0,04	1,26	806,00	8,56	3,77
Jaguaribara	60,62	0,00	81,55	0,34	0,31	1414,00	12,33	3,57
Jaguaribe	85,47	3,35	22,76	0,09	1,55	1275,00	14,72	4,26
Jaguaruana	73,74	0,00	68,14	0,80	0,49	935,00	26,81	4,72
Jardim	74,40	84,43	0,81	0,28	0,47	967,00	9,52	2,56
Jati	88,50	1,03	17,54	0,17	0,16	1177,00	11,04	2,73
Jijoca de	73,62	31,77	2,36	0,27	0,04	1065,00	13,30	2,94

Jericoacoara								
Juazeiro do Norte	76,40	2,55	0,69	0,08	0,36	843,00	20,02	4,81
Jucas	79,76	0,00	7,14	0,05	0,16	917,00	18,97	2,66
Lavras da Mangabeira	74,14	0,00	40,20	0,18	0,56	969,00	10,59	2,72
Limoeiro do Norte	75,59	0,00	33,80	3,17	1,34	1069,00	15,41	7,55
Madalena	74,30	0,00	33,49	0,14	1,26	1159,00	9,68	2,89
Maracanau	73,13	0,00	0,02	0,05	0,05	1368,00	57,93	13,24
Maranguape	70,90	3,64	6,49	0,97	0,99	754,00	43,52	5,61
Marco	84,19	0,00	20,09	0,53	0,18	1088,00	17,83	3,56
Martinopole	64,08	0,00	8,10	0,17	0,04	1221,00	12,52	1,98
Massape	61,69	0,00	15,64	0,53	0,27	916,00	15,84	2,87
Mauriti	88,44	0,00	59,19	1,11	1,25	938,00	9,59	3,08
Meruoca	58,19	1,22	23,64	0,38	0,06	1517,00	12,16	2,48
Milagres	87,43	0,00	24,29	0,23	0,57	828,00	14,14	2,54
Milha	92,05	0,00	33,75	0,01	0,45	1062,00	10,14	2,78
Miraima	74,02	0,00	84,21	0,05	0,29	1055,00	10,99	2,15
Missao Velha	84,98	5,93	56,13	1,61	0,54	869,00	15,52	2,86
Mombaca	74,66	0,00	23,38	0,13	0,60	737,00	10,25	2,40
Monsenhor Tabosa	87,61	0,00	22,04	0,08	0,29	1222,00	9,95	2,58
Morada Nova	78,09	0,00	10,25	0,64	2,95	1018,00	31,77	4,30
Moraujo	31,24	0,98	16,44	0,18	0,10	1107,00	11,03	2,60
Morrinhos	83,09	0,00	13,06	0,59	0,16	826,00	12,11	2,28
Mucambo	60,56	0,00	13,31	0,06	0,06	1200,00	10,77	2,54
Mulungu	79,18	30,36	47,54	1,46	0,03	1025,00	6,72	3,71
Nova Olinda	67,16	1,36	2,09	0,07	0,09	1136,00	22,34	2,91
Nova Russas	67,62	0,00	6,66	0,10	0,28	1167,00	10,35	3,12
Novo Oriente	66,40	0,00	15,92	0,08	0,40	1006,00	17,93	2,57

Ocara	61,42	0,00	79,62	0,95	0,13	1075,00	10,28	2,36
Oros	63,32	0,00	11,89	0,02	0,41	982,00	10,79	3,43
Pacajus	82,42	0,00	0,66	0,74	2,28	955,00	43,32	6,88
Pacatuba	55,19	91,49	1,23	0,45	0,27	739,00	49,64	5,54
Pacoti	63,99	36,50	35,58	1,26	0,05	1269,00	10,01	3,37
Pacuja	33,46	0,00	27,77	0,03	0,04	1535,00	11,28	2,72
Palhano	71,89	0,00	17,35	0,45	0,10	1033,00	7,21	3,79
Palmacia	69,24	34,68	56,85	0,67	0,03	805,00	9,92	2,32
Paracuru	66,57	14,35	36,42	0,43	1,98	1286,00	34,61	4,90
Paraipaba	65,08	3,20	118,18	1,16	0,24	1132,00	22,52	4,07
Parambu	63,41	1,13	16,93	0,19	0,58	1146,00	9,89	2,54
Paramoti	65,14	0,00	16,37	0,12	0,20	1395,00	9,41	2,82
Pedra Branca	82,35	0,00	17,71	0,04	0,44	1029,00	10,10	2,44
Penaforte	90,83	1,69	26,44	0,04	0,08	1469,00	10,29	3,41
Pentecoste	66,34	0,00	18,48	0,26	0,43	965,00	16,03	3,03
Pereiro	73,60	0,00	30,10	0,07	0,22	1179,00	10,33	2,59
Pindoretama	61,61	0,00	23,77	0,13	2,33	543,00	13,84	3,17
Piquet Carneiro	82,10	0,00	24,31	0,04	0,18	938,00	9,75	2,57
Pires Ferreira	82,21	0,00	38,93	0,21	0,10	1105,00	10,24	2,58
Poranga	64,91	0,31	17,72	0,05	0,11	949,00	10,82	2,23
Porteiras	84,12	1,48	95,43	0,31	0,31	1294,00	11,21	2,65
Potengi	62,50	0,95	10,04	0,08	0,07	1071,00	10,33	2,56
Potiretama	89,54	0,00	20,92	0,13	0,40	1287,00	8,87	2,83
Quiterianopolis	62,73	0,00	32,59	0,07	0,34	1085,00	9,87	2,40
Quixada	74,20	8,38	6,20	0,12	2,69	994,00	12,46	3,74
Quixela	77,51	0,00	112,74	0,03	0,45	1019,00	10,93	2,94
Quixeramobim	75,24	0,13	8,17	0,04	1,69	1220,00	28,46	4,03
Quixere	67,49	0,00	133,56	1,72	0,17	1126,00	7,42	9,56
Redencao	74,21	18,11	8,92	0,94	0,04	1150,00	14,37	3,01

Reriutaba	65,53	0,00	19,21	0,72	0,16	987,00	9,88	2,84
Russas	60,30	0,00	7,01	1,34	0,62	886,00	23,62	5,90
Saboeiro	80,14	0,00	18,92	0,03	0,18	1103,00	10,36	2,20
Salitre	67,79	3,58	11,94	0,07	0,11	1080,00	6,31	3,19
Santa Quitéria	67,87	0,22	6,56	0,81	0,50	962,00	8,22	3,07
Santana do Acarau	84,89	0,00	16,92	0,37	2,28	1045,00	15,77	3,25
Santana do Cariri	77,04	50,20	22,18	0,21	0,40	957,00	11,15	2,67
Sao Benedito	61,56	1,21	8,84	2,93	0,20	650,00	19,64	13,71
Sao Goncalo do Amarante	66,15	0,75	3,87	0,60	3,41	1380,00	19,34	3,08
Sao Joao do Jaguaribe	84,38	0,00	69,94	0,65	0,44	1102,00	11,76	3,59
Sao Luis do Curu	63,52	0,00	16,19	0,10	0,08	882,30	10,69	3,53
Senador Pompeu	77,90	0,00	37,46	0,01	0,41	1538,00	7,64	3,23
Senador Sa	66,82	0,00	6,54	0,08	0,07	1538,00	16,62	3,40
Sobral	77,35	0,29	0,26	0,39	1,01	1612,00	35,90	9,91
Solonopole	70,75	0,00	27,98	0,02	0,44	1235,00	7,44	3,92
Tabuleiro do Norte	71,25	0,00	20,57	0,57	0,75	866,00	15,46	3,54
Tamboril	83,71	0,00	19,85	0,06	0,64	1258,00	9,92	2,70
Tarrafas	36,47	0,00	65,61	0,06	0,05	1180,00	11,05	2,22
Taua	82,67	0,00	13,10	0,08	1,56	1214,00	9,21	3,56
Tejucuoca	75,61	0,00	29,59	0,02	0,16	1393,00	10,09	2,35
Tiangua	44,24	44,93	27,17	4,11	3,90	817,00	8,93	4,68
Trairi	68,04	0,92	22,54	2,05	0,21	937,00	37,49	3,67
Tururu	52,55	0,00	53,44	0,17	0,05	1157,00	11,68	2,24
Ubajara	49,48	96,99	18,32	3,40	0,78	960,00	17,22	4,31
Umari	81,92	0,00	48,87	0,04	0,17	1212,00	11,72	2,59
Umirim	71,21	0,00	27,16	0,13	0,18	1094,00	10,70	2,63

Uruburetama	64,17	0,00	6,29	1,76	0,05	880,90	32,48	4,08
Uruoca	52,08	58,61	17,38	0,34	0,14	1305,00	10,21	2,35
Varjota	69,92	0,00	46,19	1,75	0,07	1040,00	13,32	3,43
Varzea Alegre	65,00	0,00	17,05	0,05	0,36	896,00	11,92	2,60
Vicosa do Ceara	48,73	31,14	71,87	2,50	0,33	1012,00	8,69	2,76

8.1.2.6. Dados dos Índices Institucional e Social

Tabela 12. Dados utilizados para construção dos Índices Institucional e Social em 2008.

MUNICIPIO	INSTITUCIONAL					SOCIAL					
	Leitos/ mil hab.	Médicos/ mil hab.	Abastecimento de água adequado %	Domicílios com energia elétrica \$	Rede rodoviária/área municipal	Dens. Demográfica hab/km ²	Urbanização %	Ocorrências policiais/mil hab.	Distorção idade/série no ens. Fund. Púb. %	Cooperativas ativas/mil hab.	Escolarização no ens. Fund. Púb. %
Abaiara	0,00	0,37	32,19	65,78	0,05	60,23	40,98	0,20	17,40	0,00	39,39
Acarape	0,00	0,32	66,71	75,47	0,05	99,16	55,11	1,16	19,25	0,00	26,12
Acarau	1,36	0,74	49,81	89,31	0,07	64,37	59,12	0,31	20,92	0,10	46,98
Acopiara	2,65	0,52	44,24	88,63	0,03	22,29	56,02	0,92	20,85	0,07	44,84
Aiuaba	1,85	0,74	19,23	100,00	0,02	6,68	25,71	0,38	15,16	0,00	35,74
Alcantaras	0,00	0,56	28,61	100,00	0,14	77,24	32,72	0,10	17,73	0,00	37,21
Altaneira	2,82	0,89	72,37	97,46	0,05	91,86	71,27	0,31	17,37	0,00	48,45
Alto Santo	1,62	0,34	34,49	58,94	0,04	15,19	39,35	0,42	21,15	0,00	20,44
Amontada	0,89	0,28	27,81	77,36	0,04	33,48	37,18	0,40	14,52	0,00	57,29
Antonina do Norte	2,28	0,71	67,21	100,00	0,14	26,96	71,38	0,30	16,06	0,00	61,48
Apuiaries	0,84	0,84	38,40	85,84	0,05	26,16	45,04	0,15	15,60	0,00	52,50
Aquiraz	0,57	1,09	42,72	100,00	0,10	146,45	91,58	19,88	17,40	0,04	36,57

Aracati	1,51	0,70	78,46	100,00	0,10	56,04	65,35	0,67	18,39	0,19	54,12
Aracoiaba	2,61	2,30	54,47	79,58	0,03	38,46	53,47	1,02	15,92	0,19	48,60
Ararenda	1,44	0,54	54,73	100,00	0,08	32,21	46,00	0,75	14,26	0,00	61,81
Araripe	1,99	0,50	38,40	100,00	0,02	16,43	58,75	0,66	20,71	0,00	33,19
Aratuba	0,96	2,24	17,21	36,72	0,12	87,53	19,27	0,82	18,60	0,00	58,28
Arneiroz	2,13	0,53	39,11	100,00	0,03	7,03	35,44	0,68	18,51	0,00	48,25
Assare	2,05	0,62	41,69	93,42	0,04	20,08	53,61	0,28	17,22	0,00	39,94
Aurora	3,54	0,91	38,45	75,76	0,01	28,38	42,78	0,25	20,46	0,05	39,85
Baixio	3,18	1,34	44,90	100,00	0,05	40,77	49,22	0,52	15,12	0,00	27,70
Banabuiu	0,93	0,77	41,53	82,75	0,02	16,85	58,73	0,86	17,62	0,00	51,68
Barbalha	8,06	3,62	66,00	100,00	0,10	109,55	66,26	0,24	22,32	0,05	55,87
Barreira	1,30	0,52	37,48	75,14	0,06	78,30	46,09	0,76	17,71	0,00	50,17
Barro	1,40	0,70	51,27	90,67	0,06	30,20	62,25	0,29	13,37	0,00	70,83
Barroquinha	0,00	0,45	62,03	100,00	0,02	40,21	77,36	0,20	18,99	0,00	68,84
Baturite	2,15	1,15	66,69	92,60	0,08	106,77	76,19	1,71	20,86	0,22	43,79
Beberibe	0,54	0,62	28,06	100,00	0,06	29,82	57,02	0,65	16,39	0,01	58,64
Bela Cruz	0,98	0,62	48,68	74,02	0,02	36,46	43,95	0,47	18,48	0,00	56,18
Boa Viagem	1,18	0,32	69,23	95,82	0,04	19,64	48,86	1,01	16,93	0,00	47,44
Brejo Santo	5,97	2,05	62,20	100,00	0,06	62,00	63,34	0,61	19,12	0,04	51,25
Camocim	1,10	0,63	69,99	100,00	0,05	54,08	77,50	0,53	26,51	0,00	49,75
Campos Sales	5,24	0,95	55,68	100,00	0,06	24,34	71,71	1,25	19,80	0,00	51,37
Caninde	1,46	1,03	61,08	98,32	0,04	23,89	61,80	1,39	17,85	0,00	38,05
Capistrano	1,06	1,12	45,64	48,25	0,07	87,08	36,42	0,91	15,22	0,00	61,53
Caridade	1,11	0,53	38,19	98,56	0,05	22,34	57,96	0,61	18,22	0,00	33,04
Carire	2,20	0,21	44,31	93,40	0,06	25,23	34,63	0,05	23,44	0,00	42,30
Caririacu	1,03	0,70	42,77	100,00	0,01	43,68	45,24	0,19	19,30	0,04	40,59
Carius	1,30	0,52	24,71	83,48	0,05	18,15	46,79	0,16	15,49	0,00	50,74
Carnaubal	0,96	0,90	78,52	88,29	0,02	45,58	48,97	0,25	15,38	0,00	50,38
Cascavel	1,22	0,85	62,93	100,00	0,10	79,96	84,81	0,56	16,63	0,35	51,47

Catarina	0,90	0,56	41,08	72,60	0,02	36,55	46,80	0,29	16,80	0,00	26,79
Catunda	2,09	1,09	55,54	80,63	0,07	13,95	54,14	0,19	15,30	0,00	56,27
Caucaia	0,71	0,76	97,92	100,00	0,15	266,16	90,60	16,60	19,47	0,34	38,62
Cedro	3,46	0,90	63,11	98,23	0,06	35,09	61,48	0,69	17,88	0,02	74,46
Chaval	2,30	0,48	57,10	100,00	0,27	52,93	72,57	0,33	21,00	0,00	56,44
Choro	1,20	1,58	25,54	73,14	0,04	16,32	30,56	0,63	17,56	0,05	48,33
Chorozinho	0,59	0,80	35,77	100,00	0,08	67,42	63,04	1,20	16,19	0,00	39,44
Coreau	0,82	0,54	52,74	96,08	0,04	28,39	61,33	0,47	17,31	0,00	53,73
Crateus	0,00	0,61	68,48	100,00	0,07	25,09	71,82	1,35	15,65	0,24	47,83
Crato	5,43	1,42	80,03	100,00	0,16	114,67	81,67	0,83	19,89	0,14	61,92
Croata	1,44	0,66	73,33	82,04	0,02	25,78	53,42	0,12	15,10	0,00	75,81
Cruz	2,41	0,73	52,31	91,98	0,10	69,31	40,97	0,27	13,88	0,00	63,95
Deputado Irapuan Pinheiro	1,26	0,42	29,45	97,45	0,04	20,21	46,32	0,55	17,63	0,00	51,81
Erere	1,24	0,28	37,89	87,48	0,06	18,92	43,87	0,29	18,12	0,00	41,03
Eusebio	1,68	1,83	84,22	100,00	0,12	527,87	100,00	25,40	18,44	0,09	52,76
Farias Brito	2,08	0,76	41,90	93,49	0,05	39,09	45,27	0,31	16,25	0,00	66,50
Forquilha	0,14	0,99	85,52	100,00	0,11	41,07	73,78	0,10	20,46	0,02	46,36
Fortaleza	3,72	1,55	97,62	100,00	0,70	7899,39	100,00	11,92	18,13	3,15	53,58
Fortim	1,15	0,74	52,26	100,00	0,07	52,91	94,53	0,21	17,20	0,00	47,45
Frecheirinha	2,32	0,75	51,42	100,00	0,01	73,87	59,13	0,39	18,07	0,00	54,69
General Sampaio	1,97	0,76	47,60	91,01	0,03	32,02	62,50	0,61	21,75	0,00	49,50
Graca	0,00	0,50	32,11	85,49	0,06	56,25	45,74	0,13	20,06	0,00	43,50
Granja	0,60	0,19	28,72	87,87	0,02	19,83	51,25	0,35	19,89	0,03	40,32
Granjeiro	3,78	0,80	43,37	100,00	0,06	50,24	26,34	0,20	22,94	0,00	55,34
Groairas	2,43	0,51	65,31	100,00	0,11	63,25	68,29	0,11	18,38	0,00	65,92
Guaiuba	0,55	0,68	61,15	97,27	0,10	87,96	91,31	9,19	15,81	0,00	41,33
Guaraciaba do Norte	1,23	0,50	48,01	83,30	0,09	62,35	49,11	0,33	20,32	0,04	38,90

Guaramiranga	1,18	2,60	17,55	100,00	0,33	71,08	47,97	1,16	13,08	0,00	58,70
Hidrolandia	0,89	0,79	53,37	97,96	0,01	19,76	61,99	0,70	18,92	0,00	49,10
Horizonte	1,01	1,45	72,37	100,00	0,17	328,11	90,46	1,50	16,53	0,01	42,10
Ibaretama	1,22	0,91	14,33	81,72	0,05	15,00	32,33	1,26	16,28	0,00	48,97
Ibiapina	1,59	0,58	63,30	66,60	0,04	57,75	41,61	0,56	19,48	0,00	49,71
Ibicuitinga	0,00	0,52	72,98	94,54	0,05	27,32	58,07	1,27	15,40	0,00	75,40
Icapui	0,73	0,79	68,30	100,00	0,12	44,53	24,34	0,22	16,16	0,06	37,16
Ico	1,74	0,64	50,96	88,55	0,07	34,92	44,75	0,40	19,14	0,05	48,06
Iguatu	2,08	0,99	67,38	100,00	0,15	93,49	74,42	0,96	17,31	0,11	56,27
Independencia	0,61	0,88	45,64	96,45	0,03	8,15	45,38	0,87	14,99	0,00	58,61
Ipaporanga	1,53	0,68	25,72	100,00	0,06	16,71	36,60	0,70	13,14	0,00	59,68
Ipaumirim	2,17	0,75	46,71	95,17	0,13	43,72	58,91	0,35	18,13	0,00	29,66
Ipu	3,89	1,08	57,02	93,20	0,12	64,78	62,18	0,43	17,29	0,00	52,95
Ipueiras	1,43	0,31	55,53	93,45	0,06	26,61	44,11	0,42	17,63	0,00	38,58
Iracema	1,94	0,54	65,02	95,84	0,07	18,16	74,49	0,91	14,31	0,00	56,06
Iraucuba	0,78	0,30	63,58	87,30	0,04	15,73	61,94	0,23	18,56	0,00	47,24
Itaicaba	1,79	1,28	71,53	100,00	0,08	37,39	55,53	0,40	14,86	0,00	70,80
Itaitinga	0,80	1,42	90,43	100,00	0,07	214,75	92,86	13,21	18,14	0,06	45,48
Itapage	0,74	0,57	63,15	100,00	0,04	106,91	72,39	0,29	19,17	0,05	57,38
Itapipoca	1,30	0,59	48,06	86,10	0,06	69,77	54,84	0,86	16,91	0,12	52,40
Itapiuna	1,58	1,25	59,24	65,28	0,05	31,24	51,55	0,97	22,27	0,00	48,88
Itarema	0,86	0,69	32,34	84,42	0,09	49,94	33,97	0,32	23,71	0,00	47,34
Itatira	0,00	0,70	24,36	100,00	0,03	23,72	44,87	0,28	18,51	0,00	45,34
Jaguaretama	0,87	0,49	49,79	90,15	0,06	10,45	47,24	1,18	19,77	0,00	45,67
Jaguaribara	2,44	0,68	51,08	93,28	0,13	15,34	42,50	1,12	19,67	0,00	48,50
Jaguaribe	0,82	0,49	55,96	100,00	0,03	19,39	64,54	0,60	17,56	0,08	49,80
Jaguaruana	1,06	0,72	57,04	95,32	0,03	37,05	61,93	0,68	14,89	0,00	46,00
Jardim	2,41	0,79	24,20	100,00	0,11	58,17	31,65	0,31	18,61	0,00	65,06
Jati	5,87	1,33	48,73	82,86	0,04	24,00	45,37	0,55	17,70	0,00	63,32

Jijoca de Jericoacoara	1,03	0,49	71,45	100,00	0,01	81,48	31,14	0,32	22,15	0,00	57,58
Juazeiro do Norte	2,17	1,20	93,85	100,00	0,14	991,78	95,50	0,57	18,21	0,27	49,76
Jucas	2,75	0,89	45,26	88,30	0,05	25,24	63,18	0,48	13,33	0,00	43,39
Lavras da Mangabeira	1,60	0,52	51,29	95,01	0,05	32,29	57,67	0,37	17,30	0,00	50,28
Limoeiro do Norte	3,60	1,08	72,07	93,10	0,12	73,90	57,35	0,88	17,97	0,04	58,44
Madalena	1,36	0,57	45,44	88,27	0,04	17,04	41,23	0,88	19,34	0,00	43,43
Maracanau	1,25	1,89	77,52	100,00	0,16	1890,40	99,78	26,18	18,49	0,04	54,36
Maranguape	1,89	1,30	60,59	92,60	0,17	183,68	74,90	10,41	19,31	0,23	45,94
Marco	1,36	0,70	77,67	100,00	0,02	42,24	69,28	0,17	17,70	0,00	47,85
Martinopole	1,56	0,46	70,21	100,00	0,05	36,43	79,35	0,39	22,13	0,00	47,49
Massape	0,86	0,32	65,67	100,00	0,06	61,02	70,50	0,15	20,04	0,05	50,13
Mauriti	1,60	0,64	33,78	87,47	0,04	39,46	45,15	0,29	25,67	0,00	43,71
Meruoca	1,34	1,34	48,12	100,00	0,43	87,32	57,60	0,00	20,21	0,00	54,06
Milagres	2,76	0,61	34,57	89,18	0,13	50,97	43,77	0,29	22,36	0,14	37,98
Milha	1,43	0,41	39,55	76,34	0,03	29,26	43,55	0,43	18,12	0,00	49,18
Miraima	0,00	0,24	65,27	81,83	0,04	18,05	44,13	0,41	16,09	0,00	45,15
Missao Velha	2,06	0,69	50,97	72,76	0,06	53,64	40,34	0,36	17,92	0,00	43,26
Mombaca	1,32	0,24	44,32	78,20	0,04	21,82	42,98	0,74	20,40	0,00	40,08
Monsenhor Tabosa	1,58	0,70	46,50	92,27	0,01	19,31	55,63	0,66	17,89	0,00	63,55
Morada Nova	2,39	0,77	64,35	92,79	0,06	22,77	57,43	0,68	17,57	0,10	47,78
Moraujo	1,43	0,36	66,38	95,40	0,05	20,23	53,89	0,50	15,30	0,00	55,28
Morrinhos	0,90	0,36	51,17	96,17	0,16	54,46	45,57	0,28	18,46	0,00	34,26
Mucambo	2,76	0,76	62,51	100,00	0,14	76,00	61,75	0,14	19,92	0,00	56,76
Mulungu	0,77	1,46	47,99	59,84	0,18	86,50	43,68	0,46	18,95	0,00	22,97
Nova Olinda	1,48	0,81	57,05	100,00	0,08	47,55	60,02	0,23	14,51	0,00	46,07
Nova Russas	1,26	0,60	74,54	100,00	0,11	42,77	77,85	1,60	17,48	0,00	52,46
Novo Oriente	0,70	0,53	69,36	100,00	0,04	30,01	58,77	0,95	15,09	0,00	60,32

Ocara	0,78	0,98	30,53	51,10	0,07	31,84	31,69	0,56	18,39	0,00	44,62
Oros	2,43	0,50	76,26	100,00	0,04	37,87	77,02	0,66	15,45	0,15	50,74
Pacajus	2,01	0,94	69,86	100,00	0,10	229,06	80,75	1,51	16,99	0,07	47,32
Pacatuba	0,33	0,56	25,95	90,99	0,25	528,73	91,14	6,26	17,35	0,02	32,79
Pacoti	1,74	1,13	54,26	64,40	0,33	102,48	37,04	0,99	18,36	0,00	54,10
Pacuja	0,00	0,65	69,94	100,00	0,07	81,26	65,29	0,00	19,88	0,00	61,67
Palhano	0,76	0,55	70,55	96,54	0,10	20,72	57,65	0,45	18,64	0,00	52,42
Palmacia	1,49	0,65	60,28	73,21	0,11	91,29	51,44	0,97	16,52	0,00	49,77
Paracuru	1,49	1,00	58,64	100,00	0,07	105,90	64,03	0,46	16,05	0,00	56,19
Paraipaba	0,81	0,68	50,87	93,76	0,08	97,98	54,82	0,74	13,93	0,00	57,79
Parambu	1,09	0,56	37,41	100,00	0,03	13,89	46,34	0,36	18,95	0,00	41,68
Paramoti	2,66	0,66	40,17	100,00	0,01	24,93	45,69	0,52	19,75	0,00	59,11
Pedra Branca	1,50	0,64	42,45	100,00	0,03	32,27	49,94	0,79	15,77	0,00	49,82
Penaforte	1,61	1,36	56,79	100,00	0,08	42,36	77,80	0,26	14,05	0,00	65,60
Pentecoste	1,46	0,66	59,22	100,00	0,02	25,36	64,37	0,59	14,60	0,00	60,46
Pereiro	1,14	0,51	38,05	100,00	0,05	36,46	37,82	0,33	19,21	0,00	47,86
Pindoretama	0,78	1,11	14,79	100,00	0,32	247,37	52,15	1,22	16,81	0,00	52,76
Piquet Carneiro	1,17	0,39	48,86	98,03	0,05	26,28	49,47	0,27	17,62	0,04	39,24
Pires Ferreira	0,00	0,20	23,01	87,34	0,14	40,51	46,55	0,11	20,63	0,00	74,09
Poranga	1,71	0,81	61,55	100,00	0,00	9,40	74,29	0,42	14,58	0,00	53,28
Porteiras	1,59	0,53	38,84	78,73	0,04	69,53	32,85	0,34	19,78	0,00	42,35
Potengi	1,79	0,60	52,74	100,00	0,07	29,69	45,35	0,62	30,37	0,00	22,37
Potiretama	1,91	0,44	47,15	94,55	0,04	16,60	47,85	0,15	16,92	0,00	30,23
Quiterianopoli s	0,57	0,33	28,64	93,29	0,02	20,15	36,10	0,20	17,46	0,00	51,55
Quixada	2,57	0,83	67,06	100,00	0,08	39,36	70,56	1,79	17,77	0,05	51,77
Quixela	1,54	0,55	26,69	82,72	0,01	28,98	34,37	0,45	12,83	0,00	58,22
Quixeramobi m	1,33	0,59	58,17	88,73	0,02	22,27	57,60	0,65	17,01	0,04	49,70
Quixere	1,43	0,56	47,34	99,75	0,09	31,64	63,77	0,43	15,51	0,00	57,21

Redencao	2,37	1,28	49,47	79,48	0,16	118,00	53,73	0,93	14,88	0,08	59,12
Reritaba	1,32	0,71	38,24	90,35	0,06	51,23	45,30	0,05	18,02	0,00	53,13
Russas	2,66	1,12	73,26	99,88	0,06	42,20	63,48	0,66	16,33	0,09	52,45
Saboeiro	2,08	0,65	46,87	94,14	0,02	12,15	56,62	0,25	18,65	0,00	37,34
Salitre	1,09	0,60	29,59	100,00	0,04	18,43	35,99	0,63	19,27	0,00	42,56
Santa Quitéria	1,09	0,56	25,88	85,93	0,04	10,53	54,41	0,32	43,20	0,05	45,98
Santana do Acarau	1,04	0,44	49,27	85,93	0,06	23,73	55,88	0,21	19,84	0,00	48,14
Santana do Cariri	1,33	0,63	51,07	95,27	0,11	30,99	52,49	0,06	20,84	0,00	37,66
Sao Benedito	0,78	0,71	54,83	100,00	0,16	50,71	62,29	0,37	18,61	0,00	58,42
Sao Goncalo do Amarante	1,60	0,64	67,41	77,79	0,11	102,26	63,49	1,07	20,04	0,09	54,11
Sao Joao do Jaguaribe	3,52	1,17	60,23	81,99	0,09	30,38	31,92	1,44	14,88	0,00	40,10
Sao Luis do Curu	1,98	0,56	33,10	100,00	0,06	132,87	59,62	0,58	18,21	0,00	52,73
Senador Pompeu	2,27	0,96	67,62	89,60	0,04	15,27	72,89	0,99	19,15	0,14	45,03
Senador Sa	1,06	0,61	59,11	100,00	0,04	25,02	59,58	0,16	26,20	0,00	39,61
Sobral	3,68	1,52	88,37	100,00	0,15	84,81	89,39	0,33	19,84	0,54	65,10
Solonopole	2,12	0,56	47,93	83,82	0,05	11,68	52,35	1,15	15,58	0,00	51,73
Tabuleiro do Norte	1,63	0,51	52,04	100,00	0,04	34,08	63,67	0,67	18,42	0,02	43,14
Tamboril	1,54	0,86	39,28	99,63	0,05	13,59	59,24	1,06	17,90	0,00	41,16
Tarrafas	1,57	0,34	20,68	73,43	0,02	19,67	29,62	0,11	-	0,00	42,13
Taua	1,44	0,53	49,53	100,00	0,05	13,99	56,78	0,31	18,13	0,01	46,93
Tejucuoca	1,00	1,06	37,92	97,36	0,02	21,39	37,83	0,00	20,54	0,00	43,28
Tiangua	0,87	0,64	90,17	98,22	0,06	74,45	67,31	0,65	20,22	0,00	49,74
Trairi	0,61	0,35	15,67	95,20	0,10	54,93	38,36	0,49	19,48	0,03	54,24
Tururu	1,14	0,78	48,17	93,79	0,03	73,01	51,16	0,52	14,12	0,00	65,54
Ubajara	1,94	0,74	50,83	79,59	0,07	73,35	50,21	0,44	18,64	0,00	51,56
Umari	2,55	0,51	45,70	96,81	0,10	29,76	58,91	0,53	15,20	0,00	34,39

Umirim	0,69	0,79	59,26	92,56	0,07	57,89	62,51	0,93	20,70	0,00	32,38
Uruburetama	0,79	0,64	69,51	94,43	0,14	208,56	71,46	0,94	17,21	0,00	58,75
Uruoca	0,81	0,37	62,34	90,65	0,05	19,54	59,46	0,39	24,84	0,03	36,10
Varjota	1,13	0,17	82,46	100,00	0,34	98,76	85,00	0,23	15,91	0,00	39,43
Varzea Alegre	1,93	0,74	51,79	78,14	0,09	47,12	61,03	0,16	16,74	0,00	53,01
Vicosa do Ceara	0,65	0,57	49,35	71,79	0,05	42,44	35,69	0,25	18,95	0,00	43,81

8.2. DADOS PADRONIZADOS

8.2.1. 2000

8.2.1.7. Dados dos Índices Ambiental e Econômico

Tabela 13. Dados padronizados utilizados nos Índices Ambiental e Econômico em 2000.

Municípios	AMBIENTAL			ECONÔMICO				
	Área explorável utilizada /Área dos imóveis	Área protegida / Área total do mun	Consumo de energia rural / Consumo total	Produção vegetal mun/estadual	Produção animal mun/estadual	Receita orçamentária per capita	PIB industrial/PIB total	PIB per capita
Abaiara	0,03	0,00	0,55	0,15	0,03	0,51	0,04	0,03
Acarape	0,49	0,00	0,13	0,05	0,01	0,34	0,49	0,16
Acarau	0,31	0,00	0,15	0,46	0,42	0,16	0,22	0,04
Acopiara	0,54	0,00	0,16	0,41	0,33	0,17	0,21	0,03
Aiuaba	0,31	0,05	0,01	0,08	0,08	0,35	0,00	0,01
Alcantaras	0,54	0,00	0,02	0,03	0,02	0,39	0,01	0,01
Altaneira	0,37	0,00	0,31	0,00	0,01	0,57	0,01	0,01
Alto Santo	0,25	0,05	0,32	0,20	0,11	0,34	0,76	0,03
Amontada	0,26	0,00	0,41	0,37	0,15	0,26	0,01	0,01
Antonina do Norte	0,40	0,00	0,04	0,00	0,02	0,34	0,03	0,01
Apuiaries	0,70	0,00	0,29	0,04	0,05	0,37	0,02	0,01
Aquiraz	0,28	0,04	0,25	0,20	1,00	0,16	0,43	0,20
Aracati	0,58	0,03	0,24	0,43	0,20	0,24	0,26	0,08
Aracoiaba	0,38	0,00	0,23	0,19	0,07	0,29	0,03	0,02
Ararenda	0,43	0,00	0,10	0,20	0,04	0,34	0,02	0,03
Araripe	0,21	0,25	0,18	0,16	0,06	0,30	0,03	0,01
Aratuba	0,38	0,30	0,57	0,27	0,02	0,48	0,01	0,02
Arneiroz	0,48	0,00	0,29	0,01	0,08	0,48	0,02	0,02
Assare	0,43	0,00	0,25	0,16	0,10	0,32	0,03	0,02

Aurora	0,24	0,00	0,62	0,36	0,11	0,17	0,04	0,02
Baixio	0,40	0,00	0,26	0,02	0,05	0,58	0,02	0,02
Banabuiu	0,37	0,00	0,45	0,17	0,15	0,36	0,12	0,02
Barbalha	0,28	0,08	0,12	0,31	0,09	0,27	0,79	0,09
Barreira	0,24	0,00	0,30	0,16	0,11	0,29	0,09	0,03
Barro	0,13	0,00	0,45	0,29	0,09	0,18	0,04	0,03
Barroquinha	0,56	0,01	0,03	0,04	0,19	0,35	0,05	0,02
Baturite	0,35	0,15	0,12	0,30	0,04	0,21	0,07	0,02
Beberibe	0,47	0,02	0,13	0,43	0,32	0,33	0,07	0,03
Bela Cruz	0,33	0,00	0,14	0,24	0,09	0,15	0,10	0,01
Boa Viagem	0,51	0,00	0,11	0,32	0,26	0,17	0,04	0,02
Brejo Santo	0,03	0,05	0,32	0,50	0,18	0,36	0,08	0,04
Camocim	0,77	0,05	0,06	0,23	0,96	0,13	0,23	0,07
Campos Sales	0,40	0,03	0,01	0,10	0,07	0,22	0,06	0,02
Caninde	0,37	0,00	0,09	0,49	0,22	0,16	0,13	0,12
Capistrano	0,47	0,22	0,18	0,18	0,03	0,44	0,01	0,01
Caridade	0,32	0,00	0,17	0,07	0,04	0,36	0,06	0,08
Carire	0,36	0,00	0,23	0,07	0,11	0,15	0,04	0,01
Caririacu	0,49	0,00	0,17	0,19	0,07	0,34	0,01	0,01
Carius	0,54	0,00	0,11	0,11	0,08	0,32	0,03	0,01
Carnaubal	0,78	0,01	0,31	0,17	0,01	0,33	0,01	0,01
Cascavel	0,42	0,00	0,12	0,40	0,38	0,11	0,35	0,18
Catarina	0,15	0,00	0,10	0,07	0,08	0,17	0,01	0,00
Catunda	0,33	0,00	0,25	0,10	0,04	0,35	0,00	0,02
Caucaia	0,38	0,03	0,04	0,39	0,38	0,07	0,44	0,08
Cedro	0,08	0,00	0,10	0,15	0,14	0,16	0,05	0,03
Chaval	0,75	0,31	0,02	0,02	0,01	0,35	0,02	0,00
Choro	0,47	0,00	0,72	0,12	0,08	0,35	0,00	0,01

Chorozinho	0,24	0,00	0,17	0,16	0,04	0,42	0,18	0,03
Coreau	0,42	0,01	0,03	0,02	0,05	0,25	0,03	0,01
Crateus	0,35	0,03	0,09	0,47	0,33	0,09	0,08	0,04
Crato	0,35	0,39	0,08	0,34	0,14	0,23	0,42	0,09
Croata	0,31	0,06	0,75	0,27	0,02	0,33	0,01	0,01
Cruz	0,47	0,19	0,28	0,17	0,09	0,31	0,13	0,02
Deputado Irapuan Pinheiro	0,16	0,00	0,10	0,11	0,05	0,63	0,00	0,02
Ereze	0,04	0,00	0,17	0,13	0,07	0,51	0,01	0,03
Eusebio	0,47	0,20	0,11	0,00	0,15	0,75	0,62	1,00
Farias Brito	0,96	0,00	0,25	0,07	0,07	0,19	0,02	0,01
Forquilha	0,35	0,00	0,14	0,04	0,06	0,29	0,11	0,04
Fortaleza	0,45	0,25	0,00	0,00	0,94	0,36	0,42	0,22
Fortim	0,72	0,00	0,23	0,04	0,11	0,59	0,24	0,08
Frecheirinha	0,27	0,00	0,08	0,15	0,01	0,39	0,04	0,02
General Sampaio	0,45	0,01	0,27	0,02	0,03	1,00	0,00	0,01
Graca	0,48	0,00	0,48	0,05	0,03	0,54	0,00	0,00
Granja	0,62	0,16	0,03	0,26	0,15	0,10	0,05	0,00
Granjeiro	0,09	0,00	0,09	0,02	0,01	0,86	0,02	0,01
Groairas	0,28	0,00	0,21	0,03	0,03	0,41	0,04	0,02
Guaiuba	0,48	0,00	0,37	0,10	0,08	0,35	0,26	0,01
Guaraciaba do Norte	0,00	0,07	0,48	0,63	0,05	0,16	0,02	0,01
Guaramiranga	0,35	0,71	0,19	0,15	0,00	0,75	0,07	0,04
Hidrolandia	0,56	0,00	0,07	0,06	0,07	0,33	0,03	0,01
Horizonte	0,27	0,06	0,11	0,03	0,48	0,56	0,99	0,55
Ibaretama	0,30	0,00	0,51	0,15	0,09	0,58	0,07	0,02
Ibiapina	0,42	0,10	0,74	0,92	0,03	0,33	0,13	0,04
Ibicuitinga	0,34	0,00	0,27	0,15	0,05	0,53	0,01	0,02
Icapui	0,14	0,04	0,12	0,24	0,15	0,58	0,89	0,05

Ico	0,25	0,00	0,22	0,46	0,27	0,12	0,06	0,02
Iguatu	0,31	0,00	0,26	0,63	0,32	0,26	0,17	0,09
Independencia	0,26	0,00	0,22	0,18	0,32	0,21	0,02	0,03
Ipaporanga	0,74	0,00	0,05	0,11	0,06	0,65	0,01	0,02
Ipaumirim	0,10	0,00	0,16	0,06	0,06	0,39	0,06	0,03
Ipu	0,04	0,06	0,08	0,47	0,07	0,18	0,07	0,02
Ipueiras	0,40	0,03	0,08	0,33	0,10	0,18	0,03	0,01
Iracema	0,16	0,00	0,09	0,08	0,13	0,43	0,03	0,03
Iraucuba	0,52	0,00	0,24	0,07	0,20	0,31	0,01	0,01
Itaicaba	0,63	0,00	0,10	0,02	0,02	0,44	0,11	0,03
Itaitinga	0,14	0,07	0,13	0,00	0,02	0,22	0,42	0,02
Itapage	0,29	0,00	0,15	0,15	0,10	0,16	0,17	0,10
Itapipoca	0,34	0,01	0,21	0,80	0,30	0,06	0,25	0,08
Itapiuna	0,46	0,00	0,17	0,13	0,06	0,56	0,01	0,01
Itarema	0,55	0,00	0,39	0,42	0,43	0,30	0,10	0,03
Itatira	0,24	0,00	0,25	0,33	0,06	0,42	0,03	0,02
Jaguaretama	0,21	0,00	0,31	0,27	0,36	0,28	0,02	0,05
Jaguaribara	0,52	0,00	0,49	0,04	0,16	0,67	0,01	0,03
Jaguaribe	0,12	0,03	0,26	0,13	0,40	0,27	0,12	0,06
Jaguaruana	0,31	0,00	0,43	0,27	0,09	0,14	0,48	0,06
Jardim	0,30	0,87	0,26	0,16	0,09	0,23	0,04	0,01
Jati	0,07	0,01	0,50	0,08	0,02	0,71	0,01	0,02
Jijoca de Jericoacoara	0,31	0,33	0,02	0,07	0,03	0,29	0,03	0,01
Juazeiro do Norte	0,27	0,03	0,03	0,06	0,05	0,19	0,27	0,06
Jucas	0,21	0,00	0,26	0,10	0,09	0,38	0,14	0,02
Lavras da Mangabeira	0,30	0,00	0,27	0,30	0,17	0,10	0,04	0,02
Limoeiro do Norte	0,28	0,00	0,84	0,83	0,15	0,11	0,42	0,07

Madalena	0,30	0,00	0,28	0,13	0,15	0,26	0,02	0,03
Maracanau	0,32	0,00	0,00	0,04	0,01	0,64	1,00	0,61
Maranguape	0,36	0,04	0,30	0,33	0,26	0,03	0,40	0,12
Marco	0,14	0,00	0,04	0,12	0,05	0,54	0,12	0,03
Martinopole	0,47	0,00	0,02	0,04	0,01	0,38	0,03	0,01
Massape	0,51	0,00	0,10	0,14	0,07	0,17	0,07	0,01
Mauriti	0,07	0,00	0,73	0,79	0,21	0,20	0,03	0,03
Meruoca	0,56	0,01	0,29	0,14	0,01	0,20	0,02	0,01
Milagres	0,09	0,00	0,49	0,63	0,10	0,18	0,07	0,04
Milha	0,01	0,00	0,10	0,10	0,12	0,30	0,02	0,02
Miraima	0,31	0,00	0,47	0,05	0,09	0,24	0,01	0,02
Missao Velha	0,13	0,06	0,65	0,47	0,11	0,13	0,07	0,03
Mombaca	0,30	0,00	0,15	0,25	0,30	0,16	0,01	0,02
Monsenhor Tabosa	0,09	0,00	0,09	0,12	0,09	0,36	0,01	0,01
Morada Nova	0,24	0,00	0,38	0,43	0,41	0,22	0,27	0,05
Moraujo	1,00	0,01	0,07	0,02	0,02	0,62	0,02	0,01
Morrinhos	0,16	0,00	0,09	0,14	0,04	0,33	0,02	0,01
Mucambo	0,52	0,00	0,01	0,03	0,02	0,25	0,02	0,00
Mulungu	0,22	0,31	0,43	0,32	0,00	0,48	0,02	0,03
Nova Olinda	0,41	0,01	0,06	0,18	0,09	0,42	0,23	0,02
Nova Russas	0,42	0,00	0,11	0,05	0,03	0,37	0,06	0,03
Novo Oriente	0,43	0,00	0,05	0,41	0,14	0,29	0,02	0,02
Ocara	0,51	0,00	0,09	0,28	0,05	0,35	0,00	0,01
Oros	0,48	0,00	0,18	0,09	0,11	0,26	0,16	0,04
Pacajus	0,17	0,00	0,04	0,12	0,43	0,27	0,93	0,44
Pacatuba	0,61	0,94	0,09	0,07	0,06	0,00	0,20	0,12
Pacoti	0,47	0,38	0,33	0,36	0,02	0,37	0,07	0,02
Pacuja	0,96	0,00	0,30	0,01	0,01	0,90	0,02	0,02

Palhano	0,34	0,00	0,11	0,04	0,02	0,62	0,13	0,01
Palmacia	0,38	0,36	0,18	0,15	0,01	0,40	0,01	0,01
Paracuru	0,43	0,15	0,37	0,48	0,15	0,39	0,07	0,05
Paraipaba	0,45	0,03	1,00	0,59	0,09	0,18	0,32	0,05
Parambu	0,48	0,01	0,15	0,28	0,21	0,19	0,01	0,02
Paramoti	0,45	0,00	0,11	0,07	0,04	0,41	0,15	0,02
Pedra Branca	0,17	0,00	0,10	0,28	0,17	0,23	0,01	0,01
Penaforte	0,03	0,02	0,38	0,07	0,01	0,64	0,03	0,02
Pentecoste	0,43	0,00	0,25	0,10	0,14	0,22	0,05	0,02
Pereiro	0,31	0,00	0,19	0,16	0,04	0,59	0,01	0,02
Pindoretama	0,51	0,00	0,26	0,07	0,29	0,43	0,02	0,07
Piquet Carneiro	0,18	0,00	0,09	0,08	0,08	0,45	0,01	0,02
Pires Ferreira	0,17	0,00	0,27	0,10	0,03	0,32	0,01	0,02
Poranga	0,45	0,00	0,02	0,04	0,04	0,47	0,01	0,01
Porteiras	0,14	0,02	0,79	0,18	0,06	0,38	0,02	0,01
Potengi	0,49	0,01	0,13	0,05	0,03	0,43	0,02	0,01
Potiretama	0,06	0,00	0,11	0,13	0,09	0,54	0,01	0,05
Quiterianopolis	0,49	0,00	0,18	0,17	0,12	0,27	0,00	0,01
Quixada	0,30	0,09	0,17	0,46	0,79	0,18	0,09	0,06
Quixela	0,25	0,00	0,65	0,20	0,18	0,58	0,04	0,05
Quixeramobim	0,29	0,00	0,15	0,38	0,54	0,30	0,17	0,06
Quixere	0,41	0,00	0,93	0,63	0,04	0,34	0,13	0,03
Redencao	0,30	0,19	0,10	0,21	0,01	0,28	0,56	0,13
Reriutaba	0,44	0,00	0,07	0,17	0,04	0,18	0,03	0,01
Russas	0,53	0,00	0,26	0,29	0,14	0,15	0,37	0,09
Saboeiro	0,21	0,00	0,06	0,08	0,12	0,27	0,02	0,01
Salitre	0,41	0,04	0,00	0,12	0,05	0,35	0,00	0,00
Santa Quiteria	0,41	0,00	0,10	0,40	0,35	0,20	0,18	0,13

Santana do Acarau	0,13	0,00	0,39	0,12	0,07	0,25	0,06	0,02
Santana do Cariri	0,26	0,52	0,16	0,21	0,15	0,31	0,04	0,01
Sao Benedito	0,51	0,01	0,69	0,78	0,04	0,29	0,26	0,03
Sao Goncalo do Amarante	0,14	0,01	0,68	0,16	0,04	0,47	0,09	0,04
Sao Joao do Jaguaribe	0,43	0,00	0,17	0,44	0,15	0,42	0,09	0,04
Sao Luis do Curu	0,48	0,00	0,68	0,03	0,02	0,20	0,03	0,01
Senador Pompeu	0,24	0,00	0,43	0,17	0,13	0,47	0,01	0,02
Senador Sa	0,42	0,00	0,24	0,04	0,02	0,27	0,07	0,04
Sobral	0,25	0,00	0,02	0,21	0,28	0,86	0,96	0,28
Solonopole	0,36	0,00	0,19	0,10	0,16	0,27	0,02	0,02
Tabuleiro do Norte	0,35	0,00	0,30	0,32	0,10	0,09	0,10	0,04
Tamboril	0,15	0,00	0,09	0,16	0,23	0,17	0,01	0,02
Tarrafas	0,92	0,00	0,69	0,04	0,02	0,71	0,01	0,00
Taua	0,17	0,00	0,17	0,28	0,52	0,08	0,03	0,03
Tejucuoca	0,28	0,00	0,22	0,03	0,05	0,68	0,01	0,00
Tiangua	0,79	0,46	0,46	0,75	0,33	0,15	0,04	0,04
Trairi	0,40	0,01	0,18	0,48	0,25	0,08	0,13	0,02
Tururu	0,65	0,00	0,68	0,08	0,02	0,33	0,01	0,01
Ubajara	0,70	1,00	0,67	1,00	0,08	0,10	0,12	0,04
Umari	0,18	0,00	0,14	0,02	0,05	0,54	0,00	0,02
Umirim	0,35	0,00	0,39	0,05	0,06	0,36	0,03	0,00
Uruburetama	0,47	0,00	0,29	0,17	0,01	0,33	0,09	0,06
Uruoca	0,66	0,60	0,04	0,09	0,04	0,46	0,02	0,01
Varjota	0,37	0,00	0,64	0,08	0,02	0,28	0,05	0,01
Varzea Alegre	0,45	0,00	0,17	0,24	0,14	0,14	0,09	0,02
Vicosa do Ceara	0,72	0,32	0,60	0,53	0,10	0,22	0,01	0,01

8.2.1.8. Dados dos Índices Institucional e Social

Tabela 14. Dados padronizados utilizados nos Índices Institucional e Social em 2000.

Município	INSTITUCIONAL					SOCIAL					
	Leitos/ mil hab.	Médicos/ mil hab.	Abastecimento de água adequado	Domicílios com energia elétrica	Rede rodoviária/ área municipal	Dens. demográfica	Urbaniz ação	Ocorrências policiais/mil hab.	Distorção idade/série no ens. Fund. Púb.	Cooperativas ativas/mil hab.	Escolarização no ens. Fund. Pub.
Abaiara	0,00	0,06	0,22	0,45	0,37	0,99	0,25	0,91	0,53	0,00	0,93
Acarape	0,00	0,34	0,59	0,86	0,09	0,99	0,45	0,77	0,70	0,41	0,76
Acarau	0,15	0,20	0,43	0,52	0,16	0,99	0,40	0,96	0,51	0,06	1,00
Acopiara	0,26	0,26	0,46	0,58	0,10	1,00	0,36	0,88	0,44	0,13	0,95
Aiuaba	0,08	0,16	0,37	0,22	0,06	1,00	0,05	0,90	0,40	0,00	0,86
Alcantaras	0,00	0,06	0,23	0,70	0,34	0,99	0,14	1,00	0,47	0,00	1,00
Altaneira	0,14	0,32	0,65	0,61	0,64	0,99	0,60	1,00	0,67	0,00	1,00
Alto Santo	0,21	0,18	0,36	0,59	0,17	1,00	0,22	0,86	0,19	0,36	0,70
Amontada	0,11	0,26	0,27	0,23	0,05	1,00	0,23	0,85	0,50	0,00	1,00
Antonina do Norte	0,21	0,19	0,69	0,88	0,42	1,00	0,61	0,83	0,60	0,00	1,00
Apuiaries	0,08	0,28	0,72	0,58	0,19	1,00	0,32	1,00	0,44	0,00	0,84
Aquiraz	0,07	0,15	0,08	1,00	0,20	0,98	0,88	0,99	0,71	0,13	0,90
Aracati	0,15	0,34	0,66	1,00	0,11	0,99	0,56	0,80	0,77	0,31	0,90
Aracoiaba	0,30	0,46	0,22	0,82	0,49	1,00	0,40	0,86	0,83	0,48	1,00
Ararenda	0,00	0,20	0,41	0,52	0,04	1,00	0,28	0,88	0,52	0,00	1,00
Araripe	0,13	0,27	0,47	0,49	0,21	1,00	0,42	0,77	0,46	0,00	0,92
Aratuba	0,22	0,17	0,50	0,46	0,24	0,99	0,00	0,88	0,82	0,22	1,00
Arneiroz	0,12	0,20	0,29	0,48	0,12	1,00	0,13	1,00	0,70	0,00	0,61
Assare	0,10	0,32	0,46	0,45	0,28	1,00	0,33	0,89	0,31	0,14	0,77
Aurora	0,38	0,37	0,34	0,33	0,51	1,00	0,27	0,95	0,33	0,23	0,79
Baixio	0,23	0,77	0,47	0,76	0,41	0,99	0,33	0,96	0,49	0,00	1,00
Banabuiu	0,09	0,26	0,51	0,43	0,03	1,00	0,36	0,72	0,56	0,17	0,92

Barbalha	0,54	1,00	0,82	0,76	0,28	0,99	0,58	0,71	0,49	0,23	0,85
Barreira	0,09	0,18	0,24	0,57	0,02	0,99	0,24	0,86	0,63	0,16	1,00
Barro	0,48	0,53	0,41	0,39	0,20	1,00	0,45	0,90	0,38	0,15	0,98
Barroquinha	0,00	0,05	0,51	0,78	0,00	1,00	0,58	0,63	0,18	0,21	1,00
Baturite	0,27	0,26	0,60	0,81	0,34	0,99	0,63	0,68	0,83	0,48	0,97
Beberibe	0,06	0,22	0,04	0,97	0,11	1,00	0,35	0,88	0,59	0,07	1,00
Bela Cruz	0,06	0,04	0,32	0,44	0,10	1,00	0,28	0,97	0,47	0,00	0,88
Boa Viagem	0,13	0,08	0,48	0,61	0,09	1,00	0,29	0,84	0,45	0,23	0,94
Brejo Santo	0,72	0,73	0,64	0,69	0,23	0,99	0,50	0,71	0,63	0,22	1,00
Camocim	0,22	0,14	0,67	0,91	0,26	0,99	0,68	0,65	0,59	0,05	0,91
Campos Sales	0,47	0,61	0,56	0,73	0,27	1,00	0,60	0,63	0,35	0,22	1,00
Caninde	0,15	0,16	0,60	0,59	0,16	1,00	0,48	0,56	0,62	0,16	0,85
Capistrano	0,12	0,28	0,29	0,63	0,62	0,99	0,19	0,79	0,68	0,37	0,96
Caridade	0,18	0,35	0,33	0,91	0,31	1,00	0,44	0,81	0,49	0,17	0,85
Carire	0,21	0,13	0,50	0,54	0,23	1,00	0,16	0,97	0,37	0,00	0,69
Caririacu	0,10	0,13	0,51	0,71	0,27	1,00	0,29	0,95	0,25	0,21	0,89
Carius	0,06	0,24	0,33	0,52	0,09	1,00	0,26	0,96	0,70	0,00	0,86
Carnaubal	0,21	0,14	0,63	0,55	0,35	0,99	0,34	0,92	0,62	0,00	0,99
Cascavel	0,16	0,44	0,14	0,95	0,33	0,99	0,79	0,86	0,61	0,09	0,95
Catarina	0,11	0,09	0,49	0,35	0,09	1,00	0,29	0,90	0,59	0,00	0,00
Catunda	0,13	0,27	0,46	0,44	0,02	1,00	0,32	0,84	0,50	0,00	0,86
Caucaia	0,06	0,23	0,72	1,00	0,17	0,97	0,88	0,00	0,55	0,07	0,90
Cedro	0,27	0,34	0,32	0,88	0,42	1,00	0,47	0,89	0,56	0,48	1,00
Chaval	0,15	0,16	0,28	0,75	0,27	0,99	0,63	0,84	0,27	0,00	0,95
Choro	0,08	0,32	0,19	0,00	0,01	1,00	0,08	0,86	0,54	0,70	0,88
Chorozinho	0,04	0,18	0,19	0,85	0,02	0,99	0,40	0,88	0,40	0,00	0,96
Coreau	0,11	0,13	0,49	0,54	0,13	1,00	0,47	0,82	0,60	0,00	1,00
Crateus	0,39	0,38	0,66	1,00	0,06	1,00	0,60	0,75	0,84	0,37	0,92
Crato	1,00	0,84	0,82	0,96	0,13	0,99	0,76	0,90	0,71	0,21	0,98

Croata	0,20	0,16	0,49	0,37	0,04	0,99	0,33	0,92	0,63	0,00	0,84
Cruz	0,13	0,11	0,33	0,45	0,09	0,99	0,29	0,98	0,57	0,00	0,98
Deputado Irapuan Pinheiro	0,09	0,14	0,34	0,47	0,05	1,00	0,18	0,91	0,74	0,00	0,84
Erere	0,14	0,16	0,45	0,44	0,06	1,00	0,22	0,79	0,40	0,00	0,86
Eusebio	0,14	0,49	0,06	0,77	0,09	0,94	1,00	0,95	0,57	0,31	1,00
Farias Brito	0,11	0,20	0,52	0,49	0,16	0,99	0,31	0,98	0,61	0,14	0,97
Forquilha	0,00	0,07	0,76	0,88	0,08	1,00	0,59	0,96	0,43	0,32	1,00
Fortaleza	0,18	0,58	0,99	1,00	0,50	0,00	1,00	0,21	0,77	0,20	0,89
Fortim	0,05	0,28	0,26	1,00	0,02	0,99	0,65	0,96	0,65	0,00	1,00
Frecheirinha	0,23	0,10	0,44	0,51	0,65	0,99	0,45	0,94	0,62	0,00	0,91
General Sampaio	0,19	0,37	0,56	0,37	0,33	1,00	0,37	0,77	0,47	0,00	1,00
Graca	0,00	0,02	0,25	0,32	0,00	0,99	0,18	0,95	0,77	0,00	1,00
Granja	0,06	0,00	0,45	0,44	0,09	1,00	0,35	0,78	0,35	0,11	0,67
Granjeiro	0,00	0,83	0,24	0,77	0,54	0,99	0,07	1,00	0,00	0,00	1,00
Groairas	0,11	0,10	0,72	1,00	0,39	0,99	0,56	1,00	0,50	0,00	0,91
Guaiuba	0,07	0,41	0,62	0,85	0,04	0,99	0,74	0,96	0,33	0,28	0,88
Guaraciaba do Norte	0,14	0,08	0,41	0,43	0,21	0,99	0,30	0,94	0,43	0,08	1,00
Guaramiranga	0,14	0,21	0,21	0,69	0,42	0,99	0,28	0,74	1,00	1,00	1,00
Hidrolandia	0,17	0,26	0,42	0,64	0,10	1,00	0,41	0,91	0,29	0,00	0,96
Horizonte	0,05	0,19	0,01	0,82	0,08	0,97	0,80	0,82	0,53	0,14	1,00
Ibaretama	0,14	0,33	0,02	0,57	0,03	1,00	0,12	0,81	0,24	0,00	0,96
Ibiapina	0,21	0,18	0,39	0,18	0,27	0,99	0,24	0,94	0,48	0,25	0,94
Ibicuitinga	0,00	0,30	0,62	0,45	0,01	1,00	0,35	0,87	0,48	0,00	1,00
Icapui	0,08	0,16	0,87	0,83	0,04	1,00	0,14	0,94	0,72	0,51	1,00
Ico	0,07	0,17	0,58	0,85	0,15	1,00	0,29	0,88	0,46	0,23	0,89
Iguatu	0,26	0,37	0,81	0,94	0,25	0,99	0,67	0,85	0,80	0,33	0,94
Independencia	0,19	0,11	0,37	0,50	0,22	1,00	0,28	0,83	0,47	0,11	0,82

Ipaporanga	0,13	0,37	0,35	0,60	0,03	1,00	0,13	0,86	0,87	0,00	0,92
Ipaumirim	0,15	0,28	0,55	0,73	0,33	0,99	0,44	0,96	0,27	0,51	0,80
Ipu	0,23	0,41	0,48	0,77	0,17	0,99	0,48	0,91	0,53	0,07	0,88
Ipueiras	0,14	0,13	0,34	0,52	0,24	1,00	0,29	0,94	0,45	0,07	0,90
Iracema	0,18	0,36	0,75	0,78	0,23	1,00	0,55	0,92	0,70	0,47	0,94
Iraucuba	0,08	0,14	0,55	0,60	0,22	1,00	0,46	0,99	0,17	0,00	0,89
Itaicaba	0,14	0,24	0,59	1,00	0,13	1,00	0,47	0,89	0,94	0,42	0,88
Itaitinga	0,00	0,08	0,58	0,90	0,07	0,97	0,89	0,96	0,22	0,09	0,85
Itapage	0,18	0,34	0,66	0,68	0,73	0,99	0,60	0,97	0,50	0,39	1,00
Itapipoca	0,14	0,13	0,45	0,41	0,35	0,99	0,41	0,79	0,49	0,26	0,97
Itapiuna	0,27	0,27	0,44	0,74	0,13	1,00	0,36	0,82	0,75	0,33	0,99
Itarema	0,19	0,13	0,14	0,36	0,05	0,99	0,18	0,95	0,24	0,18	0,87
Itatira	0,00	0,26	0,26	0,36	0,37	1,00	0,26	0,80	0,05	0,18	1,00
Jaguaretama	0,14	0,42	0,29	0,49	0,11	1,00	0,28	0,80	0,36	0,16	0,92
Jaguariara	0,25	0,38	0,43	0,49	0,14	1,00	0,28	0,64	0,55	0,32	1,00
Jaguaribe	0,20	0,17	0,71	0,85	0,25	1,00	0,52	0,77	0,70	0,24	0,97
Jaguaruana	0,09	0,13	0,59	0,72	0,11	1,00	0,46	0,91	0,76	0,28	0,83
Jardim	0,18	0,30	0,38	0,44	0,27	0,99	0,13	0,91	0,30	0,21	0,92
Jati	0,41	0,96	0,54	0,48	0,14	1,00	0,29	0,79	0,62	0,00	0,91
Jijoca de Jericoacoara	0,00	0,09	0,28	0,73	0,02	0,99	0,13	0,95	0,44	0,19	0,71
Juazeiro do Norte	0,26	0,30	1,00	1,00	0,65	0,87	0,94	0,44	0,62	0,13	0,81
Jucas	0,11	0,21	0,56	0,50	0,12	1,00	0,42	0,91	0,88	0,25	0,95
Lavras da Mangabeira	0,22	0,25	0,54	0,77	0,09	1,00	0,44	0,94	0,37	0,28	0,91
Limoeiro do Norte	0,37	0,22	0,63	0,77	0,12	0,99	0,48	0,60	0,83	0,49	0,85
Madalena	0,17	0,33	0,43	0,58	0,03	1,00	0,23	0,81	0,64	0,00	0,89
Maracanau	0,20	0,28	0,95	0,96	0,16	0,74	1,00	0,92	0,67	0,15	1,00
Maranguape	0,23	0,30	0,60	0,73	0,22	0,98	0,69	0,96	0,67	0,15	0,73

Marco	0,14	0,23	0,52	1,00	0,27	1,00	0,48	0,94	0,68	0,00	1,00
Martinopole	0,28	0,17	0,71	0,90	0,30	1,00	0,70	0,97	0,40	0,00	1,00
Massape	0,08	0,07	0,50	0,82	0,26	0,99	0,57	0,97	0,19	0,27	0,97
Mauriti	0,19	0,21	0,45	0,33	0,14	0,99	0,31	0,96	0,15	0,21	0,83
Meruoca	0,13	0,13	0,26	0,83	0,47	0,99	0,39	0,96	0,34	0,00	1,00
Milagres	0,18	0,27	0,46	0,53	0,23	0,99	0,30	0,87	0,35	0,10	1,00
Milha	0,15	0,27	0,45	0,79	0,01	1,00	0,26	0,87	0,52	0,65	0,82
Miraima	0,00	0,44	0,44	0,29	0,02	1,00	0,30	0,79	0,24	0,00	0,71
Missao Velha	0,22	0,66	0,39	0,33	0,26	0,99	0,27	0,89	0,49	0,00	0,78
Mombaca	0,17	0,15	0,36	0,57	0,17	1,00	0,26	0,81	0,43	0,07	0,82
Monsenhor Tabosa	0,20	0,27	0,30	0,62	0,11	1,00	0,37	0,88	0,53	0,00	0,92
Morada Nova	0,14	0,18	0,61	0,53	0,19	1,00	0,43	0,78	0,55	0,35	1,00
Moraujo	0,10	0,16	0,53	0,47	0,17	1,00	0,36	0,83	0,01	0,40	0,93
Morrinhos	0,10	0,09	0,53	0,69	0,20	0,99	0,31	0,96	0,49	0,00	0,70
Mucambo	0,08	0,07	0,41	0,73	0,22	0,99	0,45	0,98	0,50	0,00	0,99
Mulungu	0,23	0,35	0,36	0,61	0,22	0,99	0,30	0,67	0,56	0,00	0,96
Nova Olinda	0,19	0,45	0,57	0,94	0,67	0,99	0,43	0,96	0,58	0,00	1,00
Nova Russas	0,22	0,09	0,79	0,73	0,23	1,00	0,65	0,76	0,40	0,50	0,89
Novo Oriente	0,11	0,03	0,00	0,66	0,13	1,00	0,38	0,72	0,57	0,00	0,94
Ocara	0,03	0,24	0,00	0,57	0,04	1,00	0,14	0,82	0,53	0,13	0,94
Oros	0,17	0,17	0,82	1,00	0,22	1,00	0,66	0,89	0,62	0,14	0,98
Pacajus	0,18	0,51	0,25	0,93	0,48	0,97	0,73	0,64	0,55	0,17	1,00
Pacatuba	0,02	0,05	0,93	1,00	1,00	0,95	0,89	0,97	0,55	0,15	0,64
Pacoti	0,24	0,26	0,19	0,53	0,63	0,98	0,21	0,68	0,58	0,26	0,91
Pacuja	0,16	0,17	0,56	0,54	0,45	0,99	0,49	0,87	0,43	0,00	1,00
Palhano	0,19	0,28	0,40	1,00	0,13	1,00	0,42	0,94	0,67	0,36	0,88
Palmacia	0,16	0,61	0,38	0,89	0,21	0,99	0,32	0,73	0,84	0,62	1,00
Paracuru	0,18	0,31	0,15	1,00	0,27	0,99	0,52	0,91	0,41	0,09	0,93

Paraipaba	0,09	0,18	0,56	0,59	0,06	0,99	0,39	0,88	0,60	0,31	1,00
Parambu	0,11	0,17	0,39	0,56	0,09	1,00	0,26	0,85	0,32	0,09	0,87
Paramoti	0,21	0,14	0,33	0,42	0,28	1,00	0,25	0,91	0,53	0,00	1,00
Pedra Branca	0,10	0,15	0,46	0,49	0,31	1,00	0,30	0,77	0,54	0,00	0,95
Penaforte	0,00	0,68	0,57	0,65	0,21	1,00	0,56	0,86	0,80	0,00	1,00
Pentecoste	0,15	0,26	0,60	1,00	0,18	1,00	0,50	0,83	0,69	0,09	1,00
Pereiro	0,10	0,22	0,36	1,00	0,20	1,00	0,19	0,92	0,53	0,39	1,00
Pindoretama	0,25	0,60	0,30	0,88	0,10	0,97	0,34	0,85	0,68	0,17	1,00
Piquet Carneiro	0,19	0,30	0,49	0,60	0,31	1,00	0,30	0,90	0,49	0,23	0,94
Pires Ferreira	0,00	0,00	0,37	0,62	0,04	1,00	0,18	0,90	0,43	0,00	1,00
Poranga	0,18	0,25	0,59	0,74	0,79	0,99	0,52	0,91	0,26	0,00	0,94
Porteiras	0,18	0,40	0,37	0,13	0,51	0,99	0,14	0,97	0,49	0,00	1,00
Potengi	0,34	0,27	0,49	0,52	0,41	1,00	0,32	0,71	0,19	0,00	0,86
Potiretama	0,18	0,28	0,38	0,50	0,04	1,00	0,25	1,00	0,43	0,00	0,77
Quiterianopoli s	0,00	0,08	0,26	0,52	0,01	1,00	0,12	0,89	0,17	0,31	0,85
Quixada	0,16	0,37	0,67	0,87	0,27	1,00	0,60	0,59	0,87	0,20	0,99
Quixela	0,09	0,25	0,53	0,53	0,07	1,00	0,11	0,92	0,74	0,19	1,00
Quixeramobim	0,21	0,25	0,57	0,79	0,10	1,00	0,42	0,70	0,67	0,35	1,00
Quixere	0,19	0,21	0,66	0,85	0,10	1,00	0,50	0,74	0,85	0,00	0,98
Redencao	0,24	0,49	0,39	0,94	0,34	0,99	0,41	0,85	0,80	0,57	1,00
Reriutaba	0,11	0,15	0,40	0,59	0,32	0,99	0,34	0,98	0,49	0,00	0,81
Russas	0,19	0,48	0,63	0,85	0,17	1,00	0,53	0,72	0,73	0,19	0,97
Saboeiro	0,19	0,26	0,47	0,43	0,12	1,00	0,37	0,94	0,59	0,00	0,97
Salitre	0,12	0,17	0,00	0,08	0,02	1,00	0,18	0,93	0,16	0,00	1,00
Santa Quitéria	0,33	0,29	0,40	0,48	0,06	1,00	0,34	0,93	0,53	0,21	0,89
Santana do Acarau	0,20	0,12	0,48	0,36	0,13	1,00	0,36	0,97	0,24	0,00	0,97
Santana do Cariri	0,25	0,16	0,42	0,32	0,22	1,00	0,38	0,96	0,26	0,17	0,95

Sao Benedito	0,05	0,15	0,36	0,96	0,24	0,99	0,54	0,95	0,63	0,07	0,94
Sao Goncalo do Amarante	0,16	0,34	0,58	0,96	0,20	1,00	0,17	0,86	0,52	0,00	1,00
Sao Joao do Jaguaribe	0,27	0,18	0,76	0,33	0,46	0,99	0,57	0,46	0,63	0,33	0,93
Sao Luis do Curu	0,34	0,12	0,44	0,79	0,37	0,98	0,43	0,81	0,79	0,25	1,00
Senador Pompeu	0,27	0,38	0,56	0,90	0,15	1,00	0,61	0,75	0,71	0,44	0,92
Senador Sa Sobral	0,00	0,17	0,69	0,59	0,18	1,00	0,49	0,91	0,13	0,00	1,00
Solonopole	0,41	0,62	0,95	1,00	0,10	0,99	0,84	0,93	0,65	0,17	0,97
Tabuleiro do Norte	0,22	0,20	0,53	0,60	0,17	1,00	0,34	0,84	0,55	0,17	0,81
Tamboril	0,17	0,14	0,61	0,79	0,13	1,00	0,49	0,65	0,53	0,32	0,99
Tarrafas	0,10	0,08	0,47	0,61	0,12	1,00	0,37	0,82	0,22	0,00	0,97
Taua	0,15	0,18	0,22	0,16	0,04	1,00	0,04	0,97	0,59	0,00	0,72
Tejucuoca	0,09	0,10	0,51	0,67	0,09	1,00	0,41	0,90	0,60	0,23	0,90
Tiangua	0,12	0,31	0,37	0,76	0,03	1,00	0,16	0,96	0,64	0,00	0,88
Trairi	0,07	0,08	0,63	0,48	0,24	0,99	0,57	0,90	0,47	0,18	0,98
Tururu	0,04	0,23	0,05	0,41	0,17	0,99	0,18	0,89	0,34	0,06	0,96
Ubajara	0,11	0,44	0,44	0,19	0,01	0,99	0,34	0,94	0,43	0,48	1,00
Umari	0,21	0,13	0,54	0,23	0,26	0,99	0,35	0,91	0,50	0,30	1,00
Umirim	0,23	0,35	0,32	0,73	0,35	1,00	0,37	0,96	0,35	0,42	1,00
Uruburetama	0,09	0,18	0,55	0,79	0,05	0,99	0,49	0,85	0,25	0,00	0,63
Uruoca	0,17	0,16	0,73	0,64	0,52	0,98	0,61	0,84	0,43	0,16	1,00
Varjota	0,14	0,33	0,41	0,68	0,08	1,00	0,43	0,81	0,13	0,24	0,90
Varzea Alegre	0,04	0,09	0,76	0,93	0,08	0,99	0,77	0,93	0,65	0,00	0,79
Vicosa do Ceara	0,21	0,25	0,59	0,76	0,16	0,99	0,46	0,97	0,65	0,08	0,93
	0,12	0,13	0,32	0,11	0,13	1,00	0,18	0,95	0,40	0,06	1,00

8.2.1.9. IPDS

Tabela 15. Resultados do Índice de Propensão ao Desenvolvimento Sustentável e demais sub-índices em 2000.

MUNICÍPIOS	IPDS	Ranking IPDS	Índice Ambiental	Ranking IA	Índice Econômico	Ranking IE	Índice Institucional	Ranking II	Índice Social	Ranking IS
Abaiara	0,29	156	0,19	106	0,15	90	0,22	167	0,60	125
Acarape	0,37	64	0,20	90	0,21	42	0,38	70	0,68	54
Acarau	0,34	98	0,15	142	0,26	24	0,29	125	0,65	74
Acopiara	0,36	73	0,23	63	0,23	34	0,33	90	0,63	104
Aiuaba	0,23	182	0,12	158	0,10	159	0,18	176	0,54	176
Alcantaras	0,29	161	0,19	111	0,09	165	0,26	147	0,60	129
Altaneira	0,38	45	0,23	68	0,12	130	0,47	22	0,71	27
Alto Santo	0,34	102	0,21	89	0,29	17	0,30	118	0,55	170
Amontada	0,29	154	0,22	69	0,16	76	0,19	173	0,60	139
Antonina do Norte	0,34	92	0,15	152	0,08	177	0,48	18	0,67	59
Apuiaries	0,35	85	0,33	27	0,10	164	0,37	75	0,60	131
Aquiraz	0,41	21	0,19	108	0,40	6	0,30	115	0,77	5
Aracati	0,42	17	0,28	43	0,24	30	0,45	30	0,72	19
Aracoiaba	0,39	40	0,20	92	0,12	131	0,46	28	0,76	9
Ararendá	0,29	159	0,18	118	0,13	121	0,23	161	0,61	117
Araripe	0,31	135	0,21	80	0,11	144	0,31	109	0,59	142
Aratuba	0,39	39	0,42	14	0,16	80	0,32	108	0,65	75
Arneiroz	0,30	145	0,26	55	0,12	128	0,24	158	0,57	159
Assaré	0,31	128	0,23	67	0,13	119	0,32	102	0,57	160
Aurora	0,35	78	0,29	41	0,14	95	0,39	62	0,59	140
Baixio	0,38	47	0,22	72	0,14	101	0,53	10	0,63	100
Banabuiú	0,33	113	0,27	47	0,16	72	0,26	148	0,62	107
Barbalha	0,45	10	0,16	135	0,31	12	0,68	2	0,64	93

Barreira	0,30	148	0,18	115	0,14	103	0,22	166	0,65	83
Barro	0,34	96	0,19	104	0,13	118	0,40	52	0,64	90
Barroquinha	0,30	146	0,20	97	0,13	114	0,27	144	0,60	133
Baturite	0,39	37	0,21	86	0,13	109	0,46	29	0,76	7
Beberibe	0,34	94	0,21	87	0,24	32	0,28	133	0,65	84
Bela Cruz	0,27	178	0,16	140	0,12	136	0,19	172	0,60	127
Boa Viagem	0,32	124	0,21	82	0,16	77	0,28	139	0,62	106
Brejo Santo	0,41	22	0,13	157	0,23	35	0,60	7	0,67	58
Camocim	0,43	16	0,29	38	0,33	9	0,44	36	0,65	85
Campos Sales	0,35	81	0,15	148	0,09	167	0,53	9	0,63	96
Caninde	0,33	112	0,16	141	0,23	39	0,33	93	0,61	118
Capistrano	0,37	58	0,29	40	0,13	106	0,39	61	0,66	66
Caridade	0,33	111	0,16	127	0,12	125	0,41	45	0,63	103
Carire	0,28	165	0,20	99	0,08	178	0,32	103	0,53	178
Caririacu	0,32	119	0,22	74	0,12	127	0,34	86	0,60	134
Carius	0,30	143	0,21	79	0,11	147	0,25	155	0,63	101
Carnaubal	0,37	54	0,36	22	0,11	151	0,38	71	0,64	88
Cascavel	0,40	30	0,18	116	0,28	18	0,40	53	0,72	21
Catarina	0,21	184	0,09	171	0,07	182	0,22	164	0,46	184
Catunda	0,29	158	0,20	100	0,10	157	0,27	145	0,59	149
Caucaia	0,36	75	0,15	145	0,27	21	0,44	37	0,56	168
Cedro	0,34	107	0,06	180	0,10	156	0,45	34	0,73	18
Chaval	0,34	89	0,36	23	0,08	176	0,32	99	0,61	113
Choro	0,33	117	0,40	17	0,11	141	0,12	182	0,68	56
Chorozinho	0,29	155	0,14	156	0,17	68	0,26	151	0,60	123
Coreau	0,29	157	0,15	143	0,07	180	0,28	134	0,65	82
Crateus	0,40	27	0,16	134	0,20	48	0,50	16	0,75	14
Crato	0,51	1	0,27	46	0,24	28	0,75	1	0,76	11
Croata	0,34	95	0,37	21	0,13	115	0,25	153	0,62	108

Cruz	0,33	114	0,31	34	0,15	93	0,22	165	0,64	94
Deputado Irapuan Pinheiro	0,27	175	0,09	170	0,16	74	0,22	168	0,61	116
Erere	0,25	181	0,07	176	0,15	89	0,25	156	0,54	173
Eusebio	0,47	5	0,26	54	0,50	3	0,31	113	0,80	2
Farias Brito	0,36	70	0,40	15	0,07	181	0,29	124	0,67	64
Forquilha	0,34	103	0,16	129	0,11	146	0,36	81	0,72	22
Fortaleza	0,45	11	0,23	64	0,39	7	0,65	3	0,51	180
Fortim	0,39	36	0,32	32	0,21	40	0,32	100	0,71	26
Frecheirinha	0,32	123	0,11	159	0,12	129	0,38	63	0,65	77
General Sampaio	0,36	77	0,25	61	0,21	41	0,36	79	0,60	130
Graça	0,30	141	0,32	29	0,12	122	0,12	183	0,65	81
Granja	0,28	163	0,27	49	0,11	145	0,21	170	0,54	175
Granjeiro	0,31	136	0,06	178	0,18	57	0,48	20	0,51	182
Groairas	0,35	83	0,16	128	0,11	153	0,46	26	0,66	69
Guaiuba	0,38	43	0,28	42	0,16	78	0,40	57	0,70	38
Guaraciaba do Norte	0,31	134	0,18	114	0,17	61	0,25	152	0,62	105
Guaramiranga	0,45	9	0,42	13	0,20	47	0,34	88	0,84	1
Hidrolândia	0,31	137	0,21	84	0,10	160	0,32	104	0,60	138
Horizonte	0,40	26	0,15	151	0,52	1	0,23	162	0,71	24
Ibaretama	0,30	147	0,27	48	0,18	58	0,22	169	0,52	179
Ibiapina	0,40	28	0,42	12	0,29	16	0,25	157	0,64	92
Ibicuitinga	0,31	127	0,20	91	0,15	87	0,28	137	0,62	111
Icapui	0,40	29	0,10	165	0,39	8	0,40	59	0,72	20
Ico	0,33	109	0,16	138	0,19	56	0,36	80	0,63	102
Iguatu	0,44	12	0,19	107	0,29	14	0,53	11	0,76	8
Independência	0,29	152	0,16	136	0,15	88	0,28	138	0,59	152
Ipaporanga	0,34	100	0,26	52	0,17	67	0,29	126	0,63	99
Ipaumirim	0,32	122	0,08	172	0,12	132	0,41	50	0,66	67
Ipu	0,32	120	0,06	182	0,16	79	0,41	49	0,64	87

Ipueiras	0,29	150	0,17	124	0,13	112	0,27	143	0,61	119
Iracema	0,36	68	0,08	174	0,14	98	0,46	27	0,76	6
Iraucuba	0,32	121	0,25	57	0,12	133	0,32	105	0,58	153
Itaicaba	0,39	38	0,25	62	0,12	124	0,42	44	0,77	4
Itaitinga	0,31	131	0,11	161	0,14	104	0,33	97	0,66	68
Itapaje	0,39	42	0,15	150	0,13	105	0,52	12	0,74	15
Itapipoca	0,36	71	0,19	112	0,30	13	0,30	123	0,65	79
Itapiuna	0,36	69	0,21	83	0,16	84	0,37	74	0,71	30
Itarema	0,33	115	0,31	33	0,26	25	0,17	178	0,57	164
Itatira	0,28	164	0,16	131	0,17	63	0,25	154	0,55	172
Jaguaratama	0,31	129	0,17	121	0,20	50	0,29	128	0,59	148
Jaguaribara	0,37	53	0,34	26	0,19	55	0,34	87	0,63	97
Jaguaribe	0,37	63	0,14	155	0,20	49	0,43	39	0,70	34
Jaguaruana	0,37	55	0,25	60	0,21	43	0,33	95	0,71	32
Jardim	0,37	62	0,48	7	0,10	155	0,31	110	0,58	155
Jati	0,37	60	0,20	101	0,17	65	0,51	15	0,60	126
Jijoca de Jericoacoara	0,27	171	0,22	75	0,09	173	0,23	163	0,57	163
Juazeiro do Norte	0,38	48	0,11	163	0,13	116	0,64	4	0,64	95
Jucas	0,33	108	0,16	139	0,15	92	0,30	119	0,74	17
Lavras da Mangabeira	0,34	101	0,19	105	0,13	120	0,37	72	0,66	73
Limoeiro do Norte	0,45	7	0,37	20	0,31	11	0,42	42	0,71	31
Madalena	0,30	142	0,19	102	0,12	138	0,31	114	0,60	137
Maracanau	0,46	6	0,11	162	0,46	4	0,51	14	0,75	13
Maranguape	0,39	33	0,23	65	0,23	36	0,41	46	0,70	37
Marco	0,34	105	0,06	179	0,17	64	0,43	40	0,68	49
Martinopole	0,35	79	0,16	130	0,09	166	0,47	21	0,68	53
Massape	0,33	118	0,20	93	0,09	170	0,35	84	0,66	70
Mauriti	0,34	99	0,27	50	0,25	27	0,26	146	0,58	157
Meruoca	0,34	106	0,29	39	0,07	179	0,36	78	0,61	115

Milagres	0,33	110	0,19	103	0,21	46	0,33	92	0,60	132
Milha	0,29	151	0,04	184	0,11	143	0,34	89	0,69	45
Miraima	0,27	174	0,26	53	0,08	175	0,24	159	0,51	183
Missao Velha	0,35	88	0,28	44	0,16	75	0,37	73	0,57	161
Mombaca	0,29	160	0,15	147	0,15	91	0,28	132	0,57	165
Monsenhor Tabosa	0,27	172	0,06	181	0,12	135	0,30	117	0,62	112
Morada Nova	0,37	51	0,21	85	0,28	20	0,33	94	0,68	47
Moraujo	0,34	93	0,36	24	0,14	99	0,29	131	0,59	147
Morrinhos	0,27	173	0,08	173	0,11	150	0,32	101	0,58	156
Mucambo	0,30	144	0,18	117	0,06	183	0,30	116	0,65	76
Mulungu	0,36	74	0,32	28	0,17	66	0,35	82	0,58	154
Nova Olinda	0,39	32	0,16	132	0,19	53	0,56	8	0,66	71
Nova Russas	0,35	84	0,17	119	0,11	149	0,41	47	0,70	35
Novo Oriente	0,28	168	0,16	133	0,18	60	0,19	174	0,60	128
Ocara	0,28	170	0,20	95	0,14	102	0,18	177	0,59	141
Oros	0,39	41	0,22	76	0,13	107	0,48	19	0,71	23
Pacajus	0,41	20	0,07	177	0,44	5	0,47	23	0,68	52
Pacatuba	0,48	4	0,55	3	0,09	168	0,60	6	0,69	40
Pacoti	0,38	44	0,39	18	0,17	69	0,37	76	0,60	122
Pacuja	0,41	25	0,42	11	0,19	52	0,38	67	0,63	98
Palhano	0,36	72	0,15	144	0,16	71	0,40	55	0,71	25
Palmacia	0,41	24	0,31	36	0,12	137	0,45	32	0,75	12
Paracuru	0,39	34	0,32	30	0,23	37	0,38	65	0,64	91
Paraipaba	0,43	14	0,49	6	0,24	29	0,30	122	0,70	39
Parambu	0,30	149	0,21	78	0,14	96	0,26	149	0,56	166
Paramoti	0,30	140	0,19	110	0,14	100	0,28	140	0,61	114
Pedra Branca	0,28	169	0,09	168	0,14	97	0,30	120	0,59	143
Penaforte	0,36	76	0,14	154	0,15	86	0,42	43	0,70	33
Pentecoste	0,36	67	0,23	66	0,10	154	0,44	38	0,68	46

Pereiro	0,34	90	0,17	126	0,16	70	0,38	69	0,67	62
Pindoretama	0,38	46	0,26	56	0,18	59	0,43	41	0,67	63
Piquet Carneiro	0,31	132	0,09	169	0,13	113	0,38	68	0,64	89
Pires Ferreira	0,26	180	0,15	146	0,10	163	0,21	171	0,59	150
Poranga	0,35	86	0,16	137	0,11	142	0,51	13	0,61	121
Porteiras	0,34	97	0,32	31	0,13	111	0,32	106	0,60	136
Potengi	0,31	133	0,21	81	0,11	148	0,41	51	0,51	181
Potiretama	0,27	176	0,06	183	0,16	73	0,28	135	0,58	158
Quiterianopolis	0,27	177	0,22	71	0,11	140	0,17	179	0,56	169
Quixada	0,42	19	0,19	109	0,32	10	0,47	24	0,71	28
Quixela	0,37	66	0,30	37	0,21	44	0,29	127	0,66	72
Quixeramobim	0,38	49	0,15	153	0,29	15	0,38	64	0,69	41
Quixere	0,44	13	0,45	8	0,23	33	0,40	54	0,68	55
Redencao	0,42	18	0,20	98	0,24	31	0,48	17	0,77	3
Reriutaba	0,29	153	0,17	123	0,09	174	0,31	111	0,60	124
Russas	0,41	23	0,26	51	0,21	45	0,46	25	0,69	42
Saboeiro	0,28	167	0,09	167	0,10	162	0,29	130	0,64	86
Salitre	0,22	183	0,15	149	0,11	152	0,08	184	0,54	174
Santa Quitéria	0,35	87	0,17	122	0,25	26	0,31	112	0,65	80
Santana do Acarau	0,28	166	0,17	120	0,10	158	0,26	150	0,59	144
Santana do Cariri	0,34	104	0,31	35	0,14	94	0,27	142	0,62	110
Sao Benedito	0,43	15	0,40	16	0,28	19	0,35	83	0,69	44
Sao Goncalo do Amarante	0,37	59	0,28	45	0,16	82	0,45	33	0,59	145
Sao Joao do Jaguaribe	0,37	56	0,20	94	0,23	38	0,40	56	0,65	78
Sao Luis do Curu	0,39	35	0,39	19	0,06	184	0,41	48	0,71	29
Senador Pompeu	0,39	31	0,22	70	0,16	81	0,45	31	0,74	16
Senador Sa	0,31	138	0,22	73	0,09	172	0,32	98	0,59	146
Sobral	0,50	3	0,09	166	0,52	2	0,62	5	0,76	10
Solonopole	0,32	126	0,18	113	0,12	139	0,34	85	0,62	109

Tabuleiro do Norte	0,34	91	0,22	77	0,13	110	0,37	77	0,66	65
Tamboril	0,26	179	0,08	175	0,12	134	0,28	136	0,56	167
Tarrafas	0,35	82	0,54	5	0,16	83	0,15	181	0,55	171
Taua	0,32	125	0,11	160	0,19	54	0,29	129	0,67	60
Tejuçuoca	0,31	130	0,17	125	0,15	85	0,32	107	0,61	120
Tiangua	0,45	8	0,57	2	0,26	23	0,30	121	0,68	51
Trairi	0,29	162	0,20	96	0,19	51	0,18	175	0,57	162
Tururu	0,37	65	0,44	9	0,09	171	0,24	160	0,70	36
Ubajara	0,50	2	0,79	1	0,27	22	0,27	141	0,67	57
Umari	0,33	116	0,11	164	0,13	117	0,40	58	0,68	48
Umirim	0,30	139	0,25	59	0,10	161	0,33	91	0,53	177
Uruburetama	0,38	50	0,25	58	0,13	108	0,45	35	0,67	61
Uruoca	0,37	61	0,44	10	0,12	126	0,33	96	0,59	151
Varjota	0,37	52	0,34	25	0,09	169	0,38	66	0,69	43
Varzea Alegre	0,35	80	0,21	88	0,12	123	0,39	60	0,68	50
Vicosa do Ceara	0,37	57	0,55	4	0,17	62	0,16	180	0,60	135

8.2.2. 2008

8.2.2.10. Dados dos Índices Ambiental e Econômico

Tabela 16. Dados padronizados utilizados nos Índices Ambiental e Econômico em 2008.

MUNICIPIO	AMBIENTAL			ECONÔMICO				
	Área explorável utilizada /Área dos imóveis	Área protegida / Área total do mun	Consumo de energia rural / Consumo total	Produção vegetal mun/estadual	Produção animal mun/estadual	Receita orçamentária per capita	PIB industrial/PIB total	PIB per capita
Abaiara	0,03	0,00	0,43	0,01	0,02	0,47	0,10	0,01
Acarape	0,49	0,00	0,02	0,01	0,01	0,24	0,37	0,05
Acarau	0,31	0,00	0,14	0,54	0,04	0,30	0,25	0,08
Acopiara	0,54	0,00	0,09	0,02	0,12	0,17	0,10	0,03
Aiuaba	0,31	0,05	0,07	0,02	0,02	0,29	0,05	0,03
Alcantaras	0,54	0,00	0,12	0,04	0,01	0,33	0,07	0,03
Altaneira	0,37	0,00	0,16	0,00	0,01	0,56	0,11	0,02
Alto Santo	0,25	0,05	0,12	0,12	0,21	0,39	0,12	0,04
Amontada	0,26	0,00	0,36	0,24	0,04	0,39	0,46	0,08
Antonina do Norte	0,40	0,00	0,03	0,00	0,01	0,48	0,08	0,04
Apuiaries	0,70	0,00	0,28	0,02	0,03	0,46	0,08	0,03
Aquiraz	0,28	0,04	0,02	0,15	1,00	0,38	0,58	0,21
Aracati	0,58	0,03	0,09	0,24	0,05	0,34	0,37	0,20
Aracoiaba	0,38	0,00	0,25	0,11	0,04	0,38	0,08	0,05
Ararendá	0,43	0,00	0,17	0,01	0,02	0,45	0,07	0,03
Araripe	0,21	0,25	0,09	0,01	0,03	0,32	0,03	0,07
Aratuba	0,38	0,30	0,72	0,22	0,01	0,42	0,00	0,11
Arneiroz	0,48	0,00	0,22	0,00	0,04	0,50	0,04	0,06
Assaré	0,43	0,00	0,15	0,02	0,03	0,31	0,10	0,02
Aurora	0,24	0,00	0,30	0,03	0,09	0,28	0,08	0,04

Baixio	0,40	0,00	0,35	0,00	0,03	0,53	0,08	0,05
Banabuiu	0,37	0,00	0,39	0,01	0,08	0,37	0,22	0,08
Barbalha	0,28	0,08	0,01	0,13	0,09	0,57	0,36	0,15
Barreira	0,24	0,00	0,14	0,16	0,02	0,27	0,10	0,07
Barro	0,13	0,00	0,14	0,04	0,06	0,24	0,09	0,04
Barroquinha	0,56	0,01	0,20	0,05	0,01	0,38	0,09	0,05
Baturite	0,35	0,15	0,08	0,30	0,02	0,21	0,08	0,07
Beberibe	0,47	0,02	0,07	0,42	0,47	0,29	0,10	0,08
Bela Cruz	0,33	0,00	0,17	0,35	0,04	0,23	0,06	0,03
Boa Viagem	0,51	0,00	0,09	0,10	0,19	0,23	0,06	0,05
Brejo Santo	0,03	0,05	0,13	0,14	0,15	0,16	0,12	0,08
Camocim	0,77	0,05	0,04	0,29	0,03	0,14	0,24	0,09
Campos Sales	0,40	0,03	0,02	0,01	0,02	0,25	0,09	0,05
Caninde	0,37	0,00	0,03	0,13	0,22	0,27	0,09	0,07
Capistrano	0,47	0,22	0,42	0,10	0,02	0,38	0,06	0,03
Caridade	0,32	0,00	0,09	0,02	0,00	0,22	0,12	0,03
Carire	0,36	0,00	0,19	0,08	0,08	0,15	0,06	0,04
Caririacu	0,49	0,00	0,14	0,07	0,06	0,30	0,09	0,02
Carius	0,54	0,00	0,29	0,01	0,04	0,28	0,10	0,02
Carnaubal	0,78	0,01	0,23	0,41	0,01	0,29	0,06	0,04
Cascavel	0,42	0,00	0,02	0,39	0,31	0,16	0,47	0,14
Catarina	0,15	0,00	0,06	0,01	0,02	0,24	0,07	0,01
Catunda	0,33	0,00	0,18	0,04	0,03	0,37	0,05	0,03
Caucaia	0,38	0,03	0,01	0,27	0,37	0,19	0,42	0,15
Cedro	0,08	0,00	0,16	0,01	0,05	0,29	0,09	0,04
Chaval	0,75	0,31	0,15	0,02	0,01	0,40	0,09	0,04
Choro	0,47	0,00	0,65	0,00	0,05	0,39	0,06	0,02
Chorozinho	0,24	0,00	0,09	0,23	0,01	0,45	0,12	0,06
Coreau	0,42	0,01	0,08	0,08	0,03	0,26	0,08	0,02

Crateus	0,35	0,03	0,05	0,03	0,17	0,14	0,30	0,12
Crato	0,35	0,39	0,02	0,28	0,11	0,22	0,22	0,16
Croata	0,31	0,06	0,54	0,25	0,01	0,30	0,07	0,04
Cruz	0,47	0,19	0,18	0,13	0,03	0,36	0,08	0,04
Deputado Irapuan Pinheiro	0,16	0,00	0,28	0,00	0,03	0,44	0,06	0,04
Erere	0,04	0,00	0,31	0,00	0,07	0,42	0,06	0,04
Eusebio	0,47	0,20	0,01	0,01	0,18	0,89	1,00	1,00
Farias Brito	0,96	0,00	0,22	0,02	0,03	0,54	0,09	0,03
Forquilha	0,35	0,00	0,02	0,01	0,03	0,31	0,35	0,08
Fortaleza	0,45	0,25	0,00	0,00	0,15	0,40	0,25	0,44
Fortim	0,72	0,00	0,10	0,03	0,01	0,46	0,15	0,09
Frecheirinha	0,27	0,00	0,06	0,12	0,01	0,38	0,12	0,04
General Sampaio	0,45	0,01	0,29	0,00	0,02	0,74	0,05	0,05
Graca	0,48	0,00	0,42	0,06	0,01	0,29	0,07	0,03
Granja	0,62	0,16	0,08	0,26	0,06	0,16	0,09	0,02
Granjeiro	0,09	0,00	0,41	0,03	0,01	0,71	0,06	0,05
Groairas	0,28	0,00	0,20	0,01	0,02	0,13	0,10	0,04
Guaiuba	0,48	0,00	0,08	0,09	0,12	0,28	0,12	0,04
Guaraciaba do Norte	0,00	0,07	0,31	0,69	0,03	0,22	0,02	0,10
Guaramiranga	0,35	0,71	0,13	0,16	0,01	1,00	0,22	0,17
Hidrolandia	0,56	0,00	0,10	0,03	0,07	0,29	0,04	0,07
Horizonte	0,27	0,06	0,01	0,07	0,85	0,58	0,92	0,57
Ibaretama	0,30	0,00	0,26	0,01	0,05	0,11	0,06	0,04
Ibiapina	0,42	0,10	0,55	0,56	0,02	0,26	0,01	0,16
Ibicuitinga	0,34	0,00	0,24	0,01	0,04	0,40	0,06	0,04
Icapui	0,14	0,04	0,01	0,20	0,05	0,60	0,30	0,29
Ico	0,25	0,00	0,17	0,05	0,16	0,18	0,09	0,05
Iguatu	0,31	0,00	0,06	0,12	0,15	0,25	0,18	0,17

Independencia	0,26	0,00	0,07	0,01	0,15	0,24	0,13	0,05
Ipaporanga	0,74	0,00	0,12	0,01	0,03	0,41	0,08	0,02
Ipaumirim	0,10	0,00	0,12	0,01	0,04	0,27	0,16	0,05
Ipu	0,04	0,06	0,11	0,46	0,05	0,21	0,06	0,07
Ipueiras	0,40	0,03	0,18	0,39	0,10	0,30	0,06	0,04
Iracema	0,16	0,00	0,10	0,01	0,13	0,33	0,06	0,07
Iraucuba	0,52	0,00	0,17	0,00	0,13	0,32	0,07	0,03
Itaicaba	0,63	0,00	1,00	0,03	0,01	0,65	0,14	0,12
Itaitinga	0,14	0,07	0,02	0,01	0,02	0,36	0,31	0,07
Itapage	0,29	0,00	0,03	0,61	0,08	0,19	0,47	0,11
Itapipoca	0,34	0,01	0,04	0,63	0,11	0,23	0,38	0,10
Itapiuna	0,46	0,00	0,50	0,03	0,04	0,45	0,07	0,04
Itarema	0,55	0,00	0,09	0,42	0,03	0,40	0,64	0,14
Itatira	0,24	0,00	0,19	0,19	0,06	0,54	0,02	0,05
Jaguaretama	0,21	0,00	0,24	0,01	0,21	0,16	0,04	0,10
Jaguaribara	0,52	0,00	0,56	0,08	0,05	0,55	0,11	0,09
Jaguaribe	0,12	0,03	0,16	0,02	0,26	0,46	0,15	0,13
Jaguaruana	0,31	0,00	0,47	0,19	0,08	0,25	0,37	0,15
Jardim	0,30	0,87	0,01	0,07	0,08	0,27	0,06	0,03
Jati	0,07	0,01	0,12	0,04	0,03	0,40	0,08	0,04
Jijoca de Jericoacoara	0,31	0,33	0,02	0,06	0,01	0,33	0,13	0,05
Juazeiro do Norte	0,27	0,03	0,00	0,02	0,06	0,19	0,25	0,16
Jucas	0,21	0,00	0,05	0,01	0,03	0,23	0,23	0,04
Lavras da Mangabeira	0,30	0,00	0,27	0,04	0,09	0,27	0,08	0,04
Limoeiro do Norte	0,28	0,00	0,23	0,77	0,23	0,33	0,16	0,30
Madalena	0,30	0,00	0,23	0,03	0,21	0,39	0,06	0,05
Maracanau	0,32	0,00	0,00	0,01	0,01	0,52	0,92	0,62
Maranguape	0,36	0,04	0,04	0,23	0,17	0,13	0,67	0,20

Marco	0,14	0,00	0,14	0,13	0,03	0,34	0,21	0,09
Martinopole	0,47	0,00	0,06	0,04	0,01	0,42	0,11	0,00
Massape	0,51	0,00	0,11	0,13	0,05	0,23	0,17	0,05
Mauriti	0,07	0,00	0,40	0,27	0,21	0,25	0,06	0,06
Meruoca	0,56	0,01	0,16	0,09	0,01	0,61	0,10	0,03
Milagres	0,09	0,00	0,17	0,05	0,10	0,18	0,14	0,03
Milha	0,01	0,00	0,23	0,00	0,08	0,32	0,07	0,04
Miraima	0,31	0,00	0,58	0,01	0,05	0,32	0,08	0,01
Missao Velha	0,13	0,06	0,38	0,39	0,09	0,20	0,17	0,05
Mombaca	0,30	0,00	0,16	0,03	0,10	0,12	0,07	0,02
Monsenhor Tabosa	0,09	0,00	0,15	0,02	0,05	0,42	0,07	0,03
Morada Nova	0,24	0,00	0,07	0,15	0,50	0,30	0,46	0,13
Moraujo	1,00	0,01	0,11	0,04	0,02	0,35	0,08	0,03
Morrinhos	0,16	0,00	0,09	0,14	0,03	0,18	0,10	0,02
Mucambo	0,52	0,00	0,09	0,01	0,01	0,41	0,08	0,03
Mulungu	0,22	0,31	0,32	0,35	0,01	0,30	0,01	0,09
Nova Olinda	0,42	0,01	0,01	0,01	0,02	0,37	0,29	0,05
Nova Russas	0,41	0,00	0,05	0,02	0,05	0,39	0,07	0,06
Novo Oriente	0,43	0,00	0,11	0,02	0,07	0,29	0,21	0,03
Ocara	0,51	0,00	0,54	0,23	0,02	0,33	0,07	0,02
Oros	0,48	0,00	0,08	0,00	0,07	0,27	0,08	0,08
Pacajus	0,17	0,00	0,00	0,18	0,39	0,26	0,66	0,27
Pacatuba	0,61	0,94	0,01	0,11	0,05	0,12	0,78	0,20
Pacoti	0,47	0,38	0,24	0,30	0,01	0,45	0,07	0,08
Pacuja	0,96	0,00	0,19	0,00	0,01	0,62	0,09	0,04
Palhano	0,34	0,00	0,12	0,11	0,02	0,31	0,02	0,10
Palmacia	0,38	0,36	0,39	0,16	0,01	0,16	0,06	0,02
Paracuru	0,43	0,15	0,25	0,10	0,34	0,46	0,51	0,16

Paraipaba	0,45	0,03	0,81	0,28	0,04	0,37	0,29	0,11
Parambu	0,48	0,01	0,12	0,04	0,10	0,38	0,06	0,03
Paramoti	0,45	0,00	0,11	0,03	0,03	0,53	0,06	0,05
Pedra Branca	0,17	0,00	0,12	0,01	0,07	0,30	0,07	0,03
Penaforte	0,03	0,02	0,18	0,01	0,01	0,58	0,07	0,08
Pentecoste	0,43	0,00	0,13	0,06	0,07	0,26	0,17	0,06
Pereiro	0,31	0,00	0,21	0,01	0,04	0,40	0,07	0,03
Pindoretama	0,51	0,00	0,16	0,03	0,39	0,00	0,13	0,07
Piquet Carneiro	0,18	0,00	0,17	0,01	0,03	0,25	0,06	0,03
Pires Ferreira	0,17	0,00	0,27	0,05	0,02	0,35	0,07	0,03
Poranga	0,45	0,00	0,12	0,01	0,02	0,25	0,08	0,01
Porteiras	0,14	0,02	0,65	0,07	0,05	0,47	0,09	0,04
Potengi	0,49	0,01	0,07	0,02	0,01	0,33	0,07	0,03
Potiretama	0,06	0,00	0,14	0,03	0,07	0,47	0,05	0,05
Quiterianopolis	0,49	0,00	0,22	0,01	0,06	0,34	0,06	0,02
Quixada	0,30	0,09	0,04	0,03	0,46	0,28	0,11	0,10
Quixela	0,25	0,00	0,77	0,00	0,08	0,30	0,08	0,05
Quixeramobim	0,29	0,00	0,06	0,01	0,29	0,42	0,40	0,11
Quixere	0,41	0,00	0,91	0,42	0,03	0,36	0,02	0,42
Redencao	0,30	0,19	0,06	0,23	0,01	0,38	0,14	0,06
Reriutaba	0,44	0,00	0,13	0,17	0,03	0,28	0,06	0,05
Russas	0,53	0,00	0,05	0,32	0,10	0,21	0,31	0,21
Saboeiro	0,21	0,00	0,13	0,00	0,03	0,35	0,07	0,01
Salitre	0,41	0,04	0,08	0,01	0,02	0,34	0,00	0,07
Santa Quiteria	0,41	0,00	0,04	0,20	0,08	0,26	0,03	0,06
Santana do Acarau	0,13	0,00	0,12	0,09	0,39	0,31	0,17	0,07
Santana do Cariri	0,26	0,52	0,15	0,05	0,07	0,26	0,09	0,04
Sao Benedito	0,51	0,01	0,06	0,71	0,03	0,07	0,24	0,64

Sao Goncalo do Amarante	0,43	0,01	0,03	0,14	0,58	0,52	0,23	0,06
Sao Joao do Jaguaribe	0,14	0,00	0,48	0,16	0,07	0,35	0,10	0,09
Sao Luis do Curu	0,48	0,00	0,11	0,02	0,01	0,21	0,08	0,09
Senador Pompeu	0,24	0,00	0,26	0,00	0,07	0,62	0,02	0,07
Senador Sa	0,42	0,00	0,04	0,02	0,01	0,62	0,18	0,08
Sobral	0,25	0,00	0,00	0,09	0,17	0,67	0,53	0,43
Solonopole	0,36	0,00	0,19	0,00	0,07	0,43	0,02	0,11
Tabuleiro do Norte	0,35	0,00	0,14	0,14	0,13	0,20	0,16	0,09
Tamboril	0,15	0,00	0,14	0,01	0,11	0,45	0,06	0,04
Tarrafas	0,92	0,00	0,45	0,01	0,01	0,40	0,08	0,01
Taua	0,17	0,00	0,09	0,02	0,26	0,42	0,05	0,09
Tejucuoca	0,28	0,00	0,20	0,00	0,03	0,53	0,07	0,02
Tiangua	0,79	0,46	0,19	1,00	0,66	0,17	0,05	0,15
Trairi	0,40	0,01	0,15	0,50	0,04	0,25	0,56	0,09
Tururu	0,65	0,00	0,37	0,04	0,01	0,38	0,10	0,01
Ubajara	0,70	1,00	0,13	0,83	0,13	0,26	0,20	0,13
Umari	0,18	0,00	0,33	0,01	0,03	0,42	0,10	0,03
Umirim	0,35	0,00	0,19	0,03	0,03	0,34	0,08	0,04
Uruburetama	0,47	0,00	0,04	0,43	0,01	0,21	0,47	0,12
Uruoca	0,66	0,60	0,12	0,08	0,02	0,48	0,07	0,02
Varjota	0,37	0,00	0,32	0,42	0,01	0,31	0,13	0,08
Varzea Alegre	0,45	0,00	0,12	0,01	0,06	0,22	0,10	0,03
Vicosa do Ceara	0,72	0,32	0,49	0,61	0,06	0,29	0,04	0,04

8.2.2.11. Dados dos Índices Institucional e Social

Tabela 17. Dados padronizados utilizados nos Índices Institucional e Social em 2008.

MUNICÍPIO	INSTITUCIONAL					SOCIAL					
	Leitos/ mil hab.	Médicos/ mil hab.	Abastecimento de água adequado	Domicílios com energia elétrica	Rede rodoviária/ área municipal	Dens. Demográfica	Urbani zação	Ocorrências policiais/mil hab.	Distorção idade/série no ens. Fund. Púb.	Cooperativas ativas/mil hab.	Escolarização no ens. Fund. Pub.
Abaiara	0,00	0,06	0,21	0,46	0,07	0,99	0,27	0,99	0,85	0,00	0,34
Acarape	0,00	0,04	0,63	0,61	0,07	0,99	0,44	0,96	0,79	0,00	0,10
Acarau	0,17	0,17	0,42	0,83	0,10	0,99	0,49	0,99	0,73	0,03	0,48
Acopiara	0,33	0,10	0,36	0,82	0,04	1,00	0,46	0,96	0,74	0,02	0,44
Aiuaba	0,23	0,17	0,06	1,00	0,03	1,00	0,08	0,99	0,92	0,00	0,28
Alcantaras	0,00	0,11	0,17	1,00	0,20	0,99	0,17	1,00	0,84	0,00	0,30
Altaneira	0,35	0,21	0,69	0,96	0,07	0,99	0,64	0,99	0,85	0,00	0,51
Alto Santo	0,20	0,05	0,24	0,35	0,06	1,00	0,25	0,98	0,73	0,00	0,00
Amontada	0,11	0,03	0,16	0,64	0,06	1,00	0,22	0,98	0,94	0,00	0,67
Antonina do Norte	0,28	0,16	0,63	1,00	0,20	1,00	0,65	0,99	0,89	0,00	0,74
Apuiaries	0,10	0,19	0,29	0,78	0,07	1,00	0,32	0,99	0,91	0,00	0,58
Aquiraz	0,07	0,27	0,34	1,00	0,14	0,98	0,90	0,24	0,85	0,01	0,29
Aracati	0,19	0,15	0,77	1,00	0,14	0,99	0,57	0,97	0,82	0,06	0,61
Aracoiaba	0,32	0,62	0,48	0,68	0,04	1,00	0,42	0,96	0,90	0,06	0,51
Ararenda	0,18	0,11	0,48	1,00	0,11	1,00	0,33	0,97	0,95	0,00	0,75
Araripe	0,25	0,10	0,29	1,00	0,03	1,00	0,49	0,97	0,74	0,00	0,23
Aratuba	0,12	0,60	0,03	0,00	0,17	0,99	0,00	0,97	0,81	0,00	0,68
Arneiroz	0,26	0,10	0,30	1,00	0,04	1,00	0,20	0,97	0,81	0,00	0,50
Assare	0,25	0,13	0,33	0,90	0,06	1,00	0,43	0,99	0,86	0,00	0,35
Aurora	0,44	0,21	0,29	0,62	0,01	1,00	0,29	0,99	0,75	0,02	0,35
Baixio	0,39	0,34	0,37	1,00	0,07	1,00	0,37	0,98	0,92	0,00	0,13
Banabuiu	0,12	0,17	0,33	0,73	0,03	1,00	0,49	0,97	0,84	0,00	0,56

Barbalha	1,00	1,00	0,62	1,00	0,14	0,99	0,58	0,99	0,69	0,02	0,64
Barreira	0,16	0,10	0,28	0,61	0,09	0,99	0,33	0,97	0,84	0,00	0,54
Barro	0,17	0,15	0,44	0,85	0,09	1,00	0,53	0,99	0,98	0,00	0,91
Barroquinha	0,00	0,08	0,57	1,00	0,03	1,00	0,72	0,99	0,80	0,00	0,87
Baturite	0,27	0,28	0,63	0,88	0,11	0,99	0,71	0,93	0,74	0,07	0,42
Beberibe	0,07	0,13	0,16	1,00	0,09	1,00	0,47	0,98	0,88	0,00	0,69
Bela Cruz	0,12	0,13	0,41	0,59	0,03	1,00	0,31	0,98	0,81	0,00	0,65
Boa Viagem	0,15	0,04	0,66	0,93	0,06	1,00	0,37	0,96	0,87	0,00	0,49
Brejo Santo	0,74	0,54	0,57	1,00	0,09	0,99	0,55	0,98	0,79	0,01	0,56
Camocim	0,14	0,13	0,67	1,00	0,07	0,99	0,72	0,98	0,55	0,00	0,53
Campos Sales	0,65	0,23	0,49	1,00	0,09	1,00	0,65	0,95	0,77	0,00	0,56
Caninde	0,18	0,25	0,56	0,97	0,06	1,00	0,53	0,95	0,83	0,00	0,32
Capistrano	0,13	0,28	0,37	0,18	0,10	0,99	0,21	0,97	0,92	0,00	0,74
Caridade	0,14	0,10	0,29	0,98	0,07	1,00	0,48	0,98	0,82	0,00	0,23
Carire	0,27	0,01	0,36	0,90	0,09	1,00	0,19	1,00	0,65	0,00	0,39
Caririacu	0,13	0,15	0,34	1,00	0,01	1,00	0,32	0,99	0,79	0,01	0,36
Carius	0,16	0,10	0,12	0,74	0,07	1,00	0,34	0,99	0,91	0,00	0,55
Carnaubal	0,12	0,21	0,77	0,81	0,03	1,00	0,37	0,99	0,92	0,00	0,54
Cascavel	0,15	0,20	0,58	1,00	0,14	0,99	0,81	0,98	0,87	0,11	0,56
Catarina	0,11	0,11	0,32	0,57	0,03	1,00	0,34	0,99	0,87	0,00	0,11
Catunda	0,26	0,27	0,49	0,69	0,10	1,00	0,43	0,99	0,92	0,00	0,65
Caucaia	0,09	0,17	1,00	1,00	0,21	0,97	0,88	0,37	0,78	0,11	0,33
Cedro	0,43	0,21	0,58	0,97	0,09	1,00	0,52	0,97	0,83	0,01	0,98
Chaval	0,29	0,09	0,51	1,00	0,39	0,99	0,66	0,99	0,73	0,00	0,65
Choro	0,15	0,41	0,13	0,58	0,06	1,00	0,14	0,98	0,84	0,02	0,50
Chorozinho	0,07	0,18	0,26	1,00	0,11	0,99	0,54	0,95	0,89	0,00	0,34
Coreau	0,10	0,11	0,46	0,94	0,06	1,00	0,52	0,98	0,85	0,00	0,60
Crateus	0,00	0,13	0,65	1,00	0,10	1,00	0,65	0,95	0,91	0,08	0,49
Crato	0,67	0,36	0,79	1,00	0,23	0,99	0,77	0,97	0,77	0,04	0,75

Croata	0,18	0,14	0,71	0,72	0,03	1,00	0,42	1,00	0,93	0,00	1,00
Cruz	0,30	0,16	0,45	0,87	0,14	0,99	0,27	0,99	0,97	0,00	0,79
Deputado Irapuan Pinheiro	0,16	0,07	0,18	0,96	0,06	1,00	0,34	0,98	0,84	0,00	0,57
Erere	0,15	0,03	0,28	0,80	0,09	1,00	0,30	0,99	0,83	0,00	0,37
Eusebio	0,21	0,48	0,84	1,00	0,17	0,93	1,00	0,03	0,82	0,03	0,58
Farias Brito	0,26	0,17	0,33	0,90	0,07	1,00	0,32	0,99	0,89	0,00	0,83
Forquilha	0,02	0,24	0,85	1,00	0,16	1,00	0,68	1,00	0,75	0,01	0,47
Fortaleza	0,46	0,40	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,54	0,83	1,00	0,60
Fortim	0,14	0,17	0,45	1,00	0,10	0,99	0,93	0,99	0,86	0,00	0,49
Frecheirinha	0,29	0,17	0,44	1,00	0,01	0,99	0,49	0,99	0,83	0,00	0,62
General Sampaio	0,24	0,17	0,40	0,86	0,04	1,00	0,54	0,98	0,71	0,00	0,52
Graca	0,00	0,10	0,21	0,77	0,09	0,99	0,33	1,00	0,76	0,00	0,42
Granja	0,07	0,01	0,17	0,81	0,03	1,00	0,40	0,99	0,77	0,01	0,36
Granjeiro	0,47	0,18	0,35	1,00	0,09	0,99	0,09	0,99	0,67	0,00	0,63
Groairas	0,30	0,10	0,61	1,00	0,16	0,99	0,61	1,00	0,82	0,00	0,82
Guaiuba	0,07	0,15	0,56	0,96	0,14	0,99	0,89	0,65	0,90	0,00	0,38
Guaraciaba do Norte	0,15	0,10	0,40	0,74	0,13	0,99	0,37	0,99	0,75	0,01	0,33
Guaramiranga	0,15	0,70	0,04	1,00	0,47	0,99	0,36	0,96	0,99	0,00	0,69
Hidrolandia	0,11	0,18	0,47	0,97	0,01	1,00	0,53	0,97	0,80	0,00	0,52
Horizonte	0,13	0,37	0,69	1,00	0,24	0,96	0,88	0,94	0,88	0,00	0,39
Ibaretama	0,15	0,21	0,00	0,71	0,07	1,00	0,16	0,95	0,89	0,00	0,52
Ibiapina	0,20	0,12	0,59	0,47	0,06	0,99	0,28	0,98	0,78	0,00	0,53
Ibicuitinga	0,00	0,10	0,70	0,91	0,07	1,00	0,48	0,95	0,92	0,00	0,99
Icapui	0,09	0,18	0,65	1,00	0,17	1,00	0,06	0,99	0,89	0,02	0,30
Ico	0,22	0,14	0,44	0,82	0,10	1,00	0,32	0,98	0,79	0,02	0,50
Iguatu	0,26	0,24	0,63	1,00	0,21	0,99	0,68	0,96	0,85	0,03	0,65
Independencia	0,08	0,21	0,37	0,94	0,04	1,00	0,32	0,97	0,93	0,00	0,69

Ipaporanga	0,19	0,15	0,14	1,00	0,09	1,00	0,21	0,97	0,99	0,00	0,71
Ipauimirim	0,27	0,17	0,39	0,92	0,19	1,00	0,49	0,99	0,83	0,00	0,17
Ipu	0,48	0,26	0,51	0,89	0,17	0,99	0,53	0,98	0,85	0,00	0,59
Ipueiras	0,18	0,04	0,49	0,90	0,09	1,00	0,31	0,98	0,84	0,00	0,33
Iracema	0,24	0,11	0,61	0,93	0,10	1,00	0,68	0,97	0,95	0,00	0,64
Iraucuba	0,10	0,04	0,59	0,80	0,06	1,00	0,53	0,99	0,81	0,00	0,48
Itaicaba	0,22	0,32	0,68	1,00	0,11	1,00	0,45	0,98	0,93	0,00	0,91
Itaitinga	0,10	0,36	0,91	1,00	0,10	0,97	0,91	0,50	0,83	0,02	0,45
Itapage	0,09	0,12	0,58	1,00	0,06	0,99	0,66	0,99	0,79	0,02	0,67
Itapipoca	0,16	0,12	0,40	0,78	0,09	0,99	0,44	0,97	0,87	0,04	0,58
Itapiuna	0,20	0,31	0,54	0,45	0,07	1,00	0,40	0,96	0,69	0,00	0,51
Itarema	0,11	0,15	0,22	0,75	0,13	0,99	0,18	0,99	0,64	0,00	0,49
Itatira	0,00	0,15	0,12	1,00	0,04	1,00	0,32	0,99	0,81	0,00	0,45
Jaguaretama	0,11	0,09	0,42	0,84	0,09	1,00	0,35	0,96	0,77	0,00	0,46
Jaguaribara	0,30	0,15	0,44	0,89	0,19	1,00	0,29	0,96	0,77	0,00	0,51
Jaguaribe	0,10	0,09	0,50	1,00	0,04	1,00	0,56	0,98	0,84	0,03	0,53
Jaguaruana	0,13	0,16	0,51	0,93	0,04	1,00	0,53	0,97	0,93	0,00	0,46
Jardim	0,30	0,18	0,12	1,00	0,16	0,99	0,15	0,99	0,81	0,00	0,81
Jati	0,73	0,34	0,41	0,73	0,06	1,00	0,32	0,98	0,84	0,00	0,77
Jijoca de Jericoacoara	0,13	0,09	0,68	1,00	0,01	0,99	0,15	0,99	0,69	0,00	0,67
Juazeiro do Norte	0,27	0,30	0,95	1,00	0,20	0,88	0,94	0,98	0,82	0,09	0,53
Jucas	0,34	0,21	0,37	0,82	0,07	1,00	0,54	0,98	0,98	0,00	0,41
Lavras da Mangabeira	0,20	0,10	0,44	0,92	0,07	1,00	0,48	0,99	0,85	0,00	0,54
Limoeiro do Norte	0,45	0,26	0,69	0,89	0,17	0,99	0,47	0,97	0,83	0,01	0,69
Madalena	0,17	0,12	0,37	0,81	0,06	1,00	0,27	0,97	0,79	0,00	0,42
Maracanau	0,16	0,50	0,76	1,00	0,23	0,76	1,00	0,00	0,81	0,01	0,61
Maranguape	0,23	0,33	0,55	0,88	0,24	0,98	0,69	0,60	0,79	0,07	0,46

Marco	0,17	0,15	0,76	1,00	0,03	1,00	0,62	0,99	0,84	0,00	0,50
Martinopole	0,19	0,08	0,67	1,00	0,07	1,00	0,74	0,99	0,69	0,00	0,49
Massape	0,11	0,04	0,61	1,00	0,09	0,99	0,63	0,99	0,76	0,02	0,54
Mauriti	0,20	0,14	0,23	0,80	0,06	1,00	0,32	0,99	0,58	0,00	0,42
Meruoca	0,17	0,34	0,40	1,00	0,61	0,99	0,47	1,00	0,76	0,00	0,61
Milagres	0,34	0,13	0,24	0,83	0,19	0,99	0,30	0,99	0,69	0,04	0,32
Milha	0,18	0,07	0,30	0,63	0,04	1,00	0,30	0,98	0,83	0,00	0,52
Miraima	0,00	0,02	0,61	0,71	0,06	1,00	0,31	0,98	0,89	0,00	0,45
Missao Velha	0,26	0,15	0,44	0,57	0,09	0,99	0,26	0,99	0,83	0,00	0,41
Mombaca	0,16	0,02	0,36	0,66	0,06	1,00	0,29	0,97	0,75	0,00	0,35
Monsenhor Tabosa	0,20	0,15	0,38	0,88	0,01	1,00	0,45	0,97	0,83	0,00	0,78
Morada Nova	0,30	0,17	0,60	0,89	0,09	1,00	0,47	0,97	0,84	0,03	0,49
Moraujo	0,18	0,06	0,62	0,93	0,07	1,00	0,43	0,98	0,92	0,00	0,63
Morrinhos	0,11	0,06	0,44	0,94	0,23	0,99	0,33	0,99	0,81	0,00	0,25
Mucambo	0,34	0,17	0,58	1,00	0,20	0,99	0,53	0,99	0,77	0,00	0,66
Mulungu	0,10	0,37	0,40	0,37	0,26	0,99	0,30	0,98	0,80	0,00	0,05
Nova Olinda	0,18	0,19	0,51	1,00	0,11	0,99	0,50	0,99	0,94	0,00	0,46
Nova Russas	0,16	0,12	0,72	1,00	0,16	1,00	0,73	0,94	0,85	0,00	0,58
Novo Oriente	0,09	0,10	0,66	1,00	0,06	1,00	0,49	0,96	0,93	0,00	0,72
Ocara	0,10	0,23	0,19	0,23	0,10	1,00	0,15	0,98	0,82	0,00	0,44
Oros	0,30	0,10	0,74	1,00	0,06	1,00	0,72	0,97	0,91	0,05	0,55
Pacajus	0,25	0,22	0,66	1,00	0,14	0,97	0,76	0,94	0,86	0,02	0,49
Pacatuba	0,04	0,11	0,14	0,86	0,36	0,93	0,89	0,76	0,85	0,01	0,22
Pacoti	0,22	0,28	0,48	0,44	0,47	0,99	0,22	0,96	0,82	0,00	0,61
Pacuja	0,00	0,14	0,67	1,00	0,10	0,99	0,57	1,00	0,77	0,00	0,74
Palhano	0,09	0,11	0,67	0,95	0,14	1,00	0,48	0,98	0,81	0,00	0,58
Palmacia	0,18	0,14	0,55	0,58	0,16	0,99	0,40	0,96	0,88	0,00	0,53
Paracuru	0,18	0,24	0,53	1,00	0,10	0,99	0,55	0,98	0,89	0,00	0,65

Paraipaba	0,10	0,15	0,44	0,90	0,11	0,99	0,44	0,97	0,96	0,00	0,67
Parambu	0,14	0,11	0,28	1,00	0,04	1,00	0,34	0,99	0,80	0,00	0,38
Paramoti	0,33	0,14	0,31	1,00	0,01	1,00	0,33	0,98	0,77	0,00	0,70
Pedra Branca	0,19	0,14	0,34	1,00	0,04	1,00	0,38	0,97	0,90	0,00	0,53
Penaforte	0,20	0,34	0,51	1,00	0,11	1,00	0,73	0,99	0,96	0,00	0,82
Pentecoste	0,18	0,14	0,54	1,00	0,03	1,00	0,56	0,98	0,94	0,00	0,72
Pereiro	0,14	0,10	0,28	1,00	0,07	1,00	0,23	0,99	0,79	0,00	0,50
Pindoretama	0,10	0,27	0,01	1,00	0,46	0,97	0,41	0,95	0,87	0,00	0,58
Piquet	0,15	0,06	0,41	0,97	0,07	1,00	0,37	0,99	0,84	0,01	0,34
Carneiro	0,15	0,06	0,41	0,97	0,07	1,00	0,37	0,99	0,84	0,01	0,34
Pires Ferreira	0,00	0,01	0,10	0,80	0,20	1,00	0,34	1,00	0,74	0,00	0,97
Poranga	0,21	0,19	0,56	1,00	0,00	1,00	0,68	0,98	0,94	0,00	0,59
Porteiras	0,20	0,10	0,29	0,66	0,06	0,99	0,17	0,99	0,77	0,00	0,40
Potengi	0,22	0,12	0,46	1,00	0,10	1,00	0,32	0,98	0,42	0,00	0,03
Potiretama	0,24	0,08	0,39	0,91	0,06	1,00	0,35	0,99	0,87	0,00	0,18
Quiterianopolis	0,07	0,05	0,17	0,89	0,03	1,00	0,21	0,99	0,85	0,00	0,56
Quixada	0,32	0,19	0,63	1,00	0,11	1,00	0,64	0,93	0,84	0,02	0,57
Quixela	0,19	0,11	0,15	0,73	0,01	1,00	0,19	0,98	1,00	0,00	0,68
Quixeramobim	0,17	0,12	0,52	0,82	0,03	1,00	0,47	0,98	0,86	0,01	0,53
Quixere	0,18	0,11	0,39	1,00	0,13	1,00	0,55	0,98	0,91	0,00	0,66
Redencao	0,29	0,32	0,42	0,68	0,23	0,99	0,43	0,96	0,93	0,03	0,70
Reriutaba	0,16	0,16	0,29	0,85	0,09	0,99	0,32	1,00	0,83	0,00	0,59
Russas	0,33	0,28	0,70	1,00	0,09	1,00	0,55	0,97	0,88	0,03	0,58
Saboeiro	0,26	0,14	0,39	0,91	0,03	1,00	0,46	0,99	0,81	0,00	0,31
Salitre	0,14	0,12	0,18	1,00	0,06	1,00	0,21	0,98	0,79	0,00	0,40
Santa Quiteria	0,14	0,11	0,14	0,78	0,06	1,00	0,44	0,99	0,00	0,02	0,46
Santana do Acarau	0,13	0,08	0,42	0,78	0,09	1,00	0,45	0,99	0,77	0,00	0,50
Santana do Cariri	0,17	0,13	0,44	0,93	0,16	1,00	0,41	1,00	0,74	0,00	0,31

Sao Benedito	0,10	0,16	0,48	1,00	0,23	0,99	0,53	0,99	0,81	0,00	0,69
Sao Goncalo do Amarante	0,20	0,14	0,64	0,65	0,16	0,99	0,55	0,96	0,76	0,03	0,61
Sao Joao do Jaguaribe	0,44	0,29	0,55	0,72	0,13	1,00	0,16	0,94	0,93	0,00	0,36
Sao Luis do Curu	0,25	0,11	0,22	1,00	0,09	0,98	0,50	0,98	0,82	0,00	0,58
Senador Pompeu	0,28	0,23	0,64	0,84	0,06	1,00	0,66	0,96	0,79	0,04	0,44
Senador Sa	0,13	0,13	0,54	1,00	0,06	1,00	0,50	0,99	0,56	0,00	0,35
Sobral	0,46	0,39	0,89	1,00	0,21	0,99	0,87	0,99	0,77	0,17	0,81
Solonopole	0,26	0,11	0,40	0,74	0,07	1,00	0,41	0,96	0,91	0,00	0,57
Tabuleiro do Norte	0,20	0,10	0,45	1,00	0,06	1,00	0,55	0,97	0,82	0,01	0,41
Tamboril	0,19	0,20	0,30	0,99	0,07	1,00	0,50	0,96	0,83	0,00	0,37
Tarrafas	0,19	0,05	0,08	0,58	0,03	1,00	0,13	1,00	0,00	0,00	0,39
Taua	0,18	0,10	0,42	1,00	0,07	1,00	0,46	0,99	0,83	0,00	0,48
Tejucuoca	0,12	0,26	0,28	0,96	0,03	1,00	0,23	1,00	0,75	0,00	0,41
Tiangua	0,11	0,14	0,91	0,97	0,09	0,99	0,60	0,98	0,76	0,00	0,53
Trairi	0,08	0,05	0,02	0,92	0,14	0,99	0,24	0,98	0,78	0,01	0,61
Tururu	0,14	0,18	0,40	0,90	0,04	0,99	0,40	0,98	0,96	0,00	0,81
Ubajara	0,24	0,17	0,44	0,68	0,10	0,99	0,38	0,98	0,81	0,00	0,56
Umari	0,32	0,10	0,38	0,95	0,14	1,00	0,49	0,98	0,92	0,00	0,25
Umirim	0,09	0,18	0,54	0,88	0,10	0,99	0,54	0,96	0,74	0,00	0,22
Uruburetama	0,10	0,14	0,66	0,91	0,20	0,97	0,65	0,96	0,86	0,00	0,69
Uruoca	0,10	0,06	0,57	0,85	0,07	1,00	0,50	0,99	0,60	0,01	0,28
Varjota	0,14	0,00	0,82	1,00	0,49	0,99	0,81	0,99	0,90	0,00	0,34
Varzea Alegre	0,24	0,17	0,45	0,65	0,13	0,99	0,52	0,99	0,87	0,00	0,59
Vicosa do Ceara	0,08	0,12	0,42	0,55	0,07	1,00	0,20	0,99	0,80	0,00	0,42

8.2.2.12. IPDS

Tabela 18. Resultados do Índice de Propensão ao Desenvolvimento Sustentável e demais sub-índices em 2008.

MUNICÍPIOS	IPDS	Ranking IPDS	Índice Ambiental	Ranking IA	Índice Econômico	Ranking IE	Índice Institucional	Ranking II	Índice Social	Ranking IS
Abaiara	0,25	181	0,2	119	0,13	105	0,16	184	0,57	150
Acarape	0,28	169	0,2	108	0,13	91	0,27	159	0,55	174
Acarau	0,34	86	0,2	124	0,24	32	0,34	109	0,62	107
Acopiara	0,31	132	0,2	62	0,09	170	0,33	120	0,60	119
Aiuaba	0,27	177	0,1	130	0,08	177	0,30	149	0,54	176
Alcantaras	0,29	161	0,2	57	0,10	158	0,30	148	0,55	172
Altaneira	0,36	52	0,2	100	0,14	82	0,46	22	0,66	47
Alto Santo	0,25	183	0,1	138	0,18	49	0,18	182	0,49	181
Amontada	0,32	115	0,2	64	0,24	30	0,20	179	0,64	88
Antonina do Norte	0,36	54	0,1	134	0,12	111	0,45	26	0,71	11
Apuiaries	0,34	73	0,3	27	0,12	110	0,29	151	0,63	91
Aquiraz	0,37	37	0,1	150	0,46	3	0,36	81	0,55	175
Aracati	0,40	19	0,2	50	0,24	31	0,45	30	0,67	37
Aracoiaba	0,35	58	0,2	63	0,13	93	0,43	39	0,64	79
Ararendá	0,34	78	0,2	71	0,12	122	0,38	68	0,67	43
Araripe	0,29	154	0,2	94	0,09	168	0,33	118	0,57	153
Aratuba	0,34	71	0,5	6	0,15	69	0,18	181	0,58	147
Arneiroz	0,32	117	0,2	51	0,13	99	0,34	104	0,58	139
Assaré	0,31	135	0,2	73	0,10	159	0,33	114	0,60	118
Aurora	0,29	156	0,2	95	0,10	143	0,31	134	0,57	157
Baixio	0,35	63	0,3	45	0,14	83	0,43	35	0,57	155
Banabuiú	0,33	99	0,3	46	0,15	72	0,27	156	0,64	74
Barbalha	0,45	9	0,1	145	0,26	24	0,75	2	0,65	65
Barreira	0,28	172	0,1	142	0,12	112	0,25	166	0,61	111

Barro	0,31	125	0,1	164	0,09	166	0,34	105	0,74	3
Barroquinha	0,36	50	0,3	43	0,12	116	0,34	110	0,73	4
Baturite	0,35	62	0,2	77	0,13	90	0,43	34	0,64	75
Beberibe	0,35	57	0,2	90	0,27	23	0,29	150	0,67	39
Bela Cruz	0,30	150	0,2	111	0,14	79	0,26	163	0,62	101
Boa Viagem	0,33	104	0,2	70	0,13	101	0,37	78	0,61	109
Brejo Santo	0,36	53	0,1	180	0,13	96	0,59	5	0,65	72
Camocim	0,37	39	0,3	35	0,16	62	0,40	50	0,63	96
Campos Sales	0,35	68	0,2	120	0,08	173	0,49	13	0,65	58
Caninde	0,32	109	0,1	140	0,15	65	0,40	48	0,60	117
Capistrano	0,33	91	0,4	19	0,12	117	0,21	178	0,64	83
Caridade	0,28	170	0,1	139	0,08	178	0,32	133	0,58	134
Carire	0,28	166	0,2	93	0,08	176	0,32	127	0,54	178
Caririacu	0,31	136	0,2	61	0,11	139	0,33	124	0,58	143
Carius	0,31	130	0,3	38	0,09	169	0,24	171	0,63	92
Carnaubal	0,38	28	0,3	25	0,16	61	0,39	58	0,64	89
Cascavel	0,39	22	0,1	127	0,30	16	0,41	44	0,72	7
Catarina	0,23	184	0,1	177	0,07	181	0,23	175	0,55	170
Catunda	0,33	106	0,2	105	0,11	142	0,36	82	0,66	44
Caucaia	0,37	36	0,1	137	0,28	22	0,49	10	0,57	152
Cedro	0,34	83	0,1	173	0,10	157	0,46	23	0,72	8
Chaval	0,41	16	0,4	11	0,11	130	0,45	25	0,67	38
Choro	0,33	97	0,4	18	0,11	141	0,26	160	0,58	142
Chorozinho	0,31	133	0,1	154	0,18	50	0,33	126	0,62	105
Coreau	0,31	127	0,2	109	0,10	161	0,33	115	0,66	52
Crateus	0,34	85	0,1	131	0,15	74	0,38	72	0,68	26
Crato	0,44	10	0,3	44	0,20	41	0,61	3	0,71	9
Croata	0,38	31	0,3	31	0,14	85	0,35	92	0,72	5
Cruz	0,37	46	0,3	37	0,13	100	0,39	61	0,67	42

Deputado Irapuan Pinheiro	0,29	159	0,1	132	0,11	127	0,29	154	0,62	106
Erere	0,27	175	0,1	147	0,12	124	0,27	157	0,58	138
Eusebio	0,49	2	0,2	55	0,62	1	0,54	7	0,57	158
Farias Brito	0,39	25	0,4	13	0,14	81	0,35	99	0,67	36
Forquilha	0,35	70	0,1	144	0,15	66	0,45	27	0,65	69
Fortaleza	0,48	4	0,2	52	0,25	27	0,77	1	0,66	48
Fortim	0,38	34	0,3	40	0,15	75	0,37	73	0,71	12
Frecheirinha	0,32	118	0,1	155	0,13	89	0,38	63	0,65	60
General Sampaio	0,35	65	0,3	47	0,17	54	0,34	102	0,62	102
Graca	0,30	141	0,3	30	0,09	167	0,23	173	0,58	137
Granja	0,30	144	0,3	36	0,12	121	0,22	177	0,59	132
Granjeiro	0,33	100	0,2	107	0,17	55	0,42	43	0,56	165
Groairas	0,34	77	0,2	114	0,06	183	0,43	36	0,71	15
Guaiuba	0,33	95	0,2	85	0,13	97	0,38	71	0,64	90
Guaraciaba do Norte	0,30	139	0,1	143	0,21	35	0,30	142	0,57	149
Guaramiranga	0,46	7	0,4	12	0,31	12	0,47	17	0,66	45
Hidrolandia	0,33	107	0,2	59	0,10	156	0,35	96	0,64	85
Horizonte	0,47	5	0,1	151	0,60	2	0,49	15	0,68	29
Ibaretama	0,26	178	0,2	89	0,05	184	0,23	174	0,59	133
Ibiapina	0,36	51	0,4	22	0,20	40	0,29	152	0,59	128
Ibicuitinga	0,35	69	0,2	78	0,11	133	0,36	87	0,72	6
Icapui	0,33	102	0,1	183	0,29	19	0,42	42	0,54	177
Ico	0,30	148	0,1	135	0,11	137	0,34	103	0,60	122
Iguatu	0,37	45	0,1	146	0,17	52	0,47	18	0,69	19
Independencia	0,30	143	0,1	153	0,12	115	0,33	122	0,65	62
Ipaporanga	0,34	80	0,3	33	0,11	131	0,31	137	0,65	70
Ipaumirim	0,29	165	0,1	178	0,11	138	0,39	60	0,58	144
Ipu	0,34	76	0,1	179	0,17	59	0,46	20	0,66	53
Ipueiras	0,32	110	0,2	68	0,18	48	0,34	108	0,58	145

Iracema	0,33	103	0,1	169	0,12	113	0,40	53	0,71	13
Iraucuba	0,32	113	0,2	54	0,11	128	0,32	132	0,64	87
Itaicaba	0,48	3	0,5	2	0,19	43	0,47	19	0,71	10
Itaitinga	0,33	93	0,1	176	0,15	71	0,49	11	0,61	110
Itapaje	0,36	49	0,1	157	0,29	17	0,37	77	0,68	22
Itapipoca	0,34	72	0,1	141	0,29	18	0,31	139	0,65	71
Itapiuna	0,34	82	0,3	28	0,13	98	0,31	135	0,59	127
Itarema	0,34	79	0,2	60	0,33	10	0,27	158	0,55	173
Itatira	0,29	155	0,1	136	0,17	53	0,26	161	0,59	125
Jaguaretama	0,29	162	0,1	125	0,10	144	0,31	138	0,59	130
Jaguaribara	0,38	30	0,4	21	0,17	51	0,39	54	0,59	131
Jaguaribe	0,33	105	0,1	158	0,20	39	0,35	97	0,66	56
Jaguaruana	0,37	42	0,3	42	0,21	37	0,35	93	0,65	68
Jardim	0,37	44	0,4	14	0,10	152	0,35	95	0,63	100
Jati	0,32	114	0,1	181	0,12	120	0,45	28	0,65	61
Jijoca de Jericoacoara	0,32	108	0,2	58	0,11	126	0,38	62	0,58	140
Juazeiro do Norte	0,37	38	0,1	160	0,13	92	0,54	6	0,71	14
Jucas	0,30	142	0,1	165	0,11	136	0,36	85	0,65	59
Lavras da Mangabeira	0,32	116	0,2	75	0,10	146	0,35	98	0,64	77
Limoeiro do Norte	0,42	13	0,2	104	0,36	7	0,49	12	0,66	50
Madalena	0,30	146	0,2	98	0,15	76	0,31	141	0,57	151
Maracanau	0,40	20	0,1	156	0,42	4	0,53	8	0,53	179
Maranguape	0,37	40	0,1	129	0,28	21	0,45	31	0,60	124
Marco	0,33	94	0,1	163	0,16	63	0,42	41	0,66	54
Martinopole	0,34	88	0,2	101	0,12	125	0,40	49	0,65	63
Massape	0,34	81	0,2	67	0,13	106	0,37	76	0,66	55
Mauriti	0,29	157	0,2	115	0,17	56	0,29	153	0,55	171
Meruoca	0,39	24	0,2	48	0,17	57	0,50	9	0,64	84
Milagres	0,27	176	0,1	168	0,10	154	0,35	100	0,56	168

Milha	0,26	180	0,1	172	0,10	150	0,24	168	0,60	116
Miraima	0,32	120	0,3	32	0,09	162	0,28	155	0,60	115
Missao Velha	0,31	128	0,2	81	0,18	47	0,30	144	0,58	141
Mombaca	0,26	179	0,2	121	0,07	182	0,25	164	0,56	166
Monsenhor Tabosa	0,30	147	0,1	174	0,12	119	0,33	125	0,67	33
Morada Nova	0,36	47	0,1	159	0,31	15	0,41	47	0,64	86
Moraujo	0,38	32	0,4	17	0,11	140	0,37	74	0,66	51
Morrinhos	0,27	174	0,1	170	0,09	164	0,36	91	0,56	164
Mucambo	0,36	55	0,2	66	0,11	134	0,46	21	0,66	57
Mulungu	0,31	124	0,3	34	0,15	68	0,30	146	0,52	180
Nova Olinda	0,34	89	0,1	126	0,15	77	0,40	52	0,65	66
Nova Russas	0,35	66	0,2	122	0,12	114	0,43	38	0,68	25
Novo Oriente	0,34	74	0,2	96	0,12	108	0,38	64	0,68	24
Ocara	0,31	138	0,4	23	0,14	86	0,17	183	0,56	162
Oros	0,36	56	0,2	87	0,10	151	0,44	33	0,70	18
Pacajus	0,38	26	0,1	184	0,35	8	0,46	24	0,67	30
Pacatuba	0,42	12	0,5	3	0,25	25	0,30	143	0,61	112
Pacoti	0,38	29	0,4	20	0,18	46	0,38	70	0,60	123
Pacuja	0,40	17	0,4	15	0,15	70	0,38	66	0,68	27
Palhano	0,32	111	0,2	118	0,11	132	0,39	56	0,64	81
Palmacia	0,35	60	0,4	16	0,08	174	0,32	129	0,63	97
Paracuru	0,42	14	0,3	39	0,31	11	0,41	45	0,68	28
Paraipaba	0,42	15	0,4	10	0,22	34	0,34	107	0,67	32
Parambu	0,31	137	0,2	69	0,12	109	0,31	136	0,58	135
Paramoti	0,33	101	0,2	86	0,14	84	0,36	86	0,63	95
Pedra Branca	0,29	158	0,1	161	0,10	160	0,34	106	0,63	94
Penaforte	0,35	59	0,1	175	0,15	73	0,43	37	0,75	2
Pentecoste	0,35	64	0,2	88	0,13	104	0,38	67	0,70	17
Pereiro	0,30	151	0,2	102	0,11	129	0,32	130	0,58	136

Pindoretama	0,34	90	0,2	56	0,12	107	0,37	79	0,63	93
Piquet Carneiro	0,28	171	0,1	149	0,08	179	0,33	116	0,59	129
Pires Ferreira	0,29	163	0,1	128	0,10	145	0,22	176	0,67	31
Poranga	0,34	75	0,2	76	0,08	180	0,39	57	0,70	16
Porteiras	0,31	134	0,3	41	0,14	78	0,26	162	0,55	169
Potengi	0,28	168	0,2	82	0,09	165	0,38	65	0,46	183
Potiretama	0,27	173	0,1	182	0,13	94	0,34	111	0,56	159
Quiterianopolis	0,30	153	0,2	49	0,10	155	0,24	170	0,60	121
Quixada	0,36	48	0,1	133	0,19	42	0,45	29	0,66	46
Quixela	0,33	96	0,3	24	0,10	149	0,24	172	0,64	78
Quixeramobim	0,33	92	0,1	148	0,25	29	0,33	117	0,64	76
Quixere	0,43	11	0,4	9	0,25	26	0,36	83	0,68	23
Redencao	0,35	61	0,2	91	0,16	60	0,39	59	0,67	35
Reriutaba	0,31	129	0,2	80	0,12	118	0,31	140	0,62	103
Russas	0,39	23	0,2	79	0,23	33	0,48	16	0,67	40
Saboeiro	0,29	164	0,1	152	0,09	163	0,34	101	0,59	126
Salitre	0,28	167	0,2	99	0,09	171	0,30	145	0,56	167
Santa Quiteria	0,25	182	0,2	123	0,13	103	0,24	167	0,48	182
Santana do Acarau	0,30	145	0,1	171	0,21	38	0,30	147	0,62	108
Santana do Cariri	0,34	84	0,3	29	0,10	153	0,36	80	0,58	146
Sao Benedito	0,40	18	0,2	74	0,34	9	0,39	55	0,67	41
Sao Goncalo do Amarante	0,37	43	0,2	116	0,31	14	0,36	89	0,65	67
Sao Joao do Jaguaribe	0,34	87	0,2	65	0,15	67	0,42	40	0,56	161
Sao Luis do Curu	0,31	126	0,2	72	0,08	175	0,33	112	0,64	73
Senador Pompeu	0,35	67	0,2	110	0,16	64	0,41	46	0,65	64
Senador Sa	0,32	119	0,2	117	0,18	45	0,37	75	0,57	156
Sobral	0,46	8	0,1	166	0,38	6	0,59	4	0,77	1
Solonopole	0,32	122	0,2	92	0,13	102	0,32	131	0,64	82
Tabuleiro do Norte	0,32	112	0,2	112	0,14	80	0,36	84	0,63	99

Tamboril	0,30	149	0,1	162	0,13	87	0,35	94	0,61	113
Tarrafas	0,29	160	0,5	8	0,10	148	0,19	180	0,42	184
Taua	0,31	131	0,1	167	0,17	58	0,36	90	0,63	98
Tejucuoca	0,30	152	0,2	113	0,13	95	0,33	121	0,56	160
Tiangua	0,49	1	0,5	5	0,41	5	0,44	32	0,64	80
Trairi	0,33	98	0,2	84	0,29	20	0,24	169	0,60	120
Tururu	0,37	41	0,3	26	0,11	135	0,33	113	0,69	20
Ubajara	0,47	6	0,6	1	0,31	13	0,32	128	0,62	104
Umari	0,32	121	0,2	103	0,12	123	0,38	69	0,61	114
Umirim	0,30	140	0,2	97	0,10	147	0,36	88	0,58	148
Uruburetama	0,38	33	0,2	106	0,25	28	0,40	51	0,69	21
Uruoca	0,37	35	0,5	7	0,13	88	0,33	119	0,56	163
Varjota	0,40	21	0,2	53	0,19	44	0,49	14	0,67	34
Varzea Alegre	0,32	123	0,2	83	0,09	172	0,33	123	0,66	49
Vicosa do Ceara	0,38	27	0,5	4	0,21	36	0,25	165	0,57	154